

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 11 DE JULHO DE 2007

NÚMERO 5.749

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1766
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 014ª Sessão Solene da
16ª realizada em 09/07/2007 às
19h2

Publicações Diversas

Audiências Públicas8
Extrato27
Projetos de Lei.....28
Projeto de Resolução28

PLENÁRIO

ATA DA 014ª SESSÃO SOLENE DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 09 DE JULHO DE 2007 ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

OUTORGA DAS MEDALHAS DE MÉRITO ANTONIETA DE BARROS, CRUZ E SOUZA, PARCERIA COMUNITÁRIA/ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/LIONS CLUBE CATARINENSE, CARL FRANZ ALBERT HOEPCKE, PROFESSOR JACOB ANDERLE, MEDALHA DE HONRA E MÉRITO DIA INTERNACIONAL DA MULHER

SUMÁRIO

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Fala da oportunidade relacionada ao esforço de cada indivíduo.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Afirma que a determinação de homens e mulheres é que marca a história de Santa Catarina.

HILDO JOSÉ BATTISTELLA - Homenageia o pai, já falecido e alerta para os desafios que Santa Catarina tem para o futuro.

DEPUTADA FEDERAL ANGELA AMIN - Ressalta a importância do papel da mulher ao longo da história da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido a sra. deputada Ana Paula Lima e o sr. deputado Dagomar Carneiro para conduzirem à mesa as autoridades que serão nominadas para compô-la:

Excelentíssimo sr. Ivo Carminati, digníssimo secretário de estado de Coordenação e Articulação, neste ato representando o governador do estado;

Excelentíssimo desembargador Carlos Prudêncio, representando o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado;

Excelentíssima deputada Ana Paula Lima, segunda-vice-presidente deste Poder;

Excelentíssimo deputado Dagomar Carneiro, terceiro-secretário desta Casa;

Excelentíssimo deputado Antônio Aguiar, quarto-secretário desta Assembléia;

Excelentíssimas autoridades e srs. deputados, a presente sessão solene foi convocada pela Mesa Diretora da Assembléia

Legislativa para entrega das medalhas Antonieta de Barros; Carl Franz Albert Hoepcke; Cruz e Souza; Parceria Comunitária Assembléia Legislativa Catarinense - Lions Clube Catarinense; Professor Jacob Anderle e Honra e Mérito Dia Internacional da Mulher.

Convido todos para, de pé, ouvimos a execução do hino nacional que será interpretado pelo Coral Criança Feliz, da cidade de Criciúma, sob a regência da maestrina Silvia Regina Teixeira.

(Procede-se à interpretação do hino nacional.)

A Presidência registra com satisfação a presença da deputada federal Angela Regina Heinzen Amin Helou; do deputado Ronaldo Benedit, secretário de estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão; do deputado Altair Guidi, secretário

de estado do Planejamento; do deputado Jean Kuhlmann, secretário de estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável; do professor Viegand Eger, reitor da Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale de Itajaí - Unidavi; do prefeito do município de Cunha Porá, sr. Mauro de Nadal; do prefeito do município de Orleans, sr. Valmir José Brati; do prefeito do município de Canoinhas, sr. Leoberto Weinert; do presidente da Companhia Catarinense de Água e Saneamento, sr. Walmor De Luca; do presidente da Flesc, o empresário Alcantaro Correa; do presidente da Fatma, sr. Carlos Leumar Cross; do ex-presidente da Assembléia Legislativa, ex-deputado Juarez Furtado; do presidente da Acic, sr. Edilando de Moraes; do jornalista Moacir Pereira, presidente da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista.

Neste momento, convido para fazer o seu pronunciamento, representando as bancadas da Situação que compõem esta Casa, o eminente deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, excelentíssimo sr. Ivo Carminati, secretário de estado de Coordenação e Articulação, neste ato representando o sr. governador em exercício, Leonel Pavan;

Excelentíssimo sr. desembargador Carlos Prudêncio, neste ato representando o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima sra. deputada Ana Paula Lima;

Excelentíssimo sr. deputado Dagomar Carneiro;

Excelentíssimo sr. deputado Antônio Aguiar;

Demais autoridades;

Senhoras e senhores.

Sinto-me privilegiado nesta noite e agradeço aos nobres deputados pela indicação e deferência. Mas vinha pensando no que falar, no que dizer a tão ilustres pessoas e aí, deputado Julio Garcia, voltei ao tempo em que era criança e lembrei-me de que aos sete anos de idade eu estava na praia como ambulante vendendo suco de laranja e comecei a pensar na sorte. Há pessoas que dizem que têm sorte e há pessoas que dizem que as outras que são prósperas é que têm e que a sorte não tem sido generosa com elas. Eu comecei a pensar de que maneira a sorte pode ser generosa com alguns e não com outros. E, como eu disse, no meu tempo de infância eu não fui um ambulante, eu trabalhei para ser o melhor ambulante.

Depois de ter sido ambulante e de passar por diversos serviços, eu cheguei a trabalhar em um banco, no Banco Bamerindus do Brasil, hoje HSBC. E eu entrei neste banco com 18 anos de idade. Talvez tenha tido a sorte de entrar no banco, mas com tanta sorte eu chegava ao banco às 7h e saía a 1h, a 1h30min, às 2h. Naquele tempo ainda não havia o sistema eletrônico e a minha sorte me disse: trabalhe bastante porque senão você não vai conseguir o seu espaço. E trabalhando assim e aplicando-me plenamente nas atividades, a minha sorte fez com que eu chegasse a ser o chefe de pessoas que estavam com menos sorte do que eu, pois estavam há dez, 15 anos trabalhando na agência.

Assim, com a sorte eu empreendi na minha vida privada e monei um comércio em parceria com um tio em Balneário Camboriú. E a minha sorte também me disse: acorde cedo, abra a loja antes das 7h e trabalhe o máximo que você puder, porque daí eu vou ser generosa com você. Daí eu trabalhei, empreendi, venci na iniciativa privada e disse para a sorte que eu tinha vontade de entrar para a vida pública e fui candidato a vereador

na minha cidade. Só que daí a sorte me falou: acorde cedo, vá de casa em casa, bata de porta em porta, apresente-se para as pessoas, monte um projeto para a cidade, transforme positivamente o nosso povo e a nossa gente. E a minha sorte foi generosa: fui o mais votado da Oposição naquela eleição.

A minha sorte continua comigo e eu conversando com ela. E agora, o que eu faço? Daí tornei-me candidato a prefeito no ano de 2004. E candidato a prefeito no ano de 2004, deputado João Henrique Blasi, com um sonho enorme de comandar político-administrativamente a cidade onde eu nasci, a cidade que eu amo tanto. Mas no final da eleição eu fiz 43% dos votos e com estes votos eu perguntei para a minha sorte o que é que tinha ocorrido. Ela disse: ainda não é a sua hora. Vá trabalhar, vá estudar mais, prepare-se para poder administrar, porque o povo está esperando uma resposta positiva sua!

E eu vim trabalhar e estudar e hoje sou formando de Administração Pública. E eu perguntei a ela mais uma vez: e agora, o que eu faço? E eu fui candidato a deputado estadual e hoje tenho a sorte, depois de muita luta, de muito trabalho, de estar deputado estadual. E estando deputado estadual, deputado Ronaldo Benedet, a sorte me falou: vá para o plenário, vista e honre a camisa que você veste, trabalhe da melhor maneira que você puder, deputado Manoel Mota, e a minha sorte me colocou como vice-líder da bancada do PMDB. Vejam só os senhores!

E hoje a minha sorte me coloca aqui, diante de tão ilustres pessoas que empreenderam o estado catarinense, que transformaram positivamente este belo estado. E aqui estou eu, falando sobre a sorte e encontro 40 pessoas que são homenageadas, que também creio tiveram uma grande sorte, mas essa sorte deve servir para que nós apreciemos de maneira positiva, porque quem não busca por ela não a merece, não terá oportunidade.

Tenho certeza de que dos 40 que aqui estão, somados a todo este corpo político, essa maravilhosa concepção que temos na Assembléia Legislativa, independentemente Situação ou de Oposição, cada qual é merecedor de aqui estar.

Então, vejo desta maneira como inspiração para todos nós, para as pessoas que nos assistem em suas casas, telespectadores da TVAL, radiouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que aqui estão, que nós é que construímos a nossa sorte, nós é que temos condição de fazer aquilo que queremos. E hoje me sinto, sr. Narbal, um privilegiado de poder homenageá-lo, de tê-lo como empreendedor em Balneário Camboriú, uma pessoa que lá investiu quando a cidade não era o que é hoje.

Entendendo, assim, que é desta forma que podemos edificar, eu agradeço a todos os senhores a oportunidade e parabênz pela sorte que todos vocês construíram. Continuem apostando no estado de Santa Catarina, continuem apostando no nosso povo, na nossa gente, porque só assim vamos construir um estado ainda melhor.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Na forma do Regimento Interno, falará neste momento o representante das bancadas de Oposição nesta Casa, deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Excelentíssimo sr. deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa;

Excelentíssimo sr. Ivo Carminati, secretário de estado de Coordenação e Articulação, neste ato representando o excelentíssimo sr. Leonel Pavan, governador do estado em exercício;

Excelentíssimo sr. desembargador Carlos Prudêncio, neste ato representando o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima sra. Ana Paula Lima, segunda-vice-presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado Dagomar Carneiro, terceiro-secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado Antônio Aguiar, quarto-secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado Valmir Comin, segundo-secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Demais autoridades presentes, homenageados e homenageadas desta noite, público que nos assiste pela TVAL e pelo telão do hall desta Casa Legislativa.

(Passa a ler.)

"Na noite de hoje cinco medalhas serão entregues para homenagear 35 personalidades e cinco entidades. Recebedores de medalhas que resgatam ou resgataram no seu trabalho, com dedicação e brilhantismo diversas qualidades vivenciadas do passado por homens e mulheres que marcaram a história de Santa Catarina.

De alguma forma os homenageados de hoje traduziram em inúmeras ações a poesia, a sensibilidade e a força de Cruz e Sousa; o empreendedorismo de Carl Hoepcke; a sapiência do professor Jacob Anderle e da professora e ex-deputada Antonieta de Barros; o vigor e a sensibilidade da Parceria Comunitária; a magnificência e a determinação feminina, heroína, mãe, irmã, sogra e aguerrida trabalhadora representada pelo Dia Internacional da Mulher.

Homenagens batizadas por públicos e significativos nomes, oferecidas como reconhecimento de valor naquilo que se destaca em cada pessoa escolhida por mim e pelos meus pares.

Precisamos da pausa serena que nos dá força à caminhada. Do alimento da alma que nos preenche de bons exemplos e que nos faz mirar com orgulho o horizonte, que somente nos cega quando não nos protegemos do esquecimento.

Homenagear é lembrar, é fazer do tempo nosso berço e não relógio de ponto ou pulso. É parar e agradecer. É mais o ser do que o ter. É não esperar nada em troca daquilo ou daquele que muito nos ofertou no passado e no presente. É fazer parar o tempo que nos escapa todos os dias, que nos dribla com a ligeireza de um garoto e ainda nos oferece tão perto a calma ancia. É a pausa necessária para o abraço, o carinho, o reconhecimento.

Neste sossegado descanso, cada um de nós que aqui nos encontramos, além dos homenageados e homenageadas desta noite, vamos nos lembrar dos amigos esquecidos, de nossas famílias, vizinhanças e trabalho e também nos lembrar daqueles que não conhecemos e alguns que até nem conheceremos, porque não existem, não existem para o estado e para o mercado, não possuem famílias, endereço, terra e trabalho.

E é com esse sentimento de extremo agradecimento, que hoje lembramos de homens e mulheres que oferecem ou ofereceram grande parte do seu tempo por uma causa e de agradecimento também a pessoas reconhecidas e algumas até anônimas, que fizeram de associações fermento de ações sociais significativas.

As entidades: Centro Cultural Escrava Anastácia; Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí; Hospital Samária, de Rio do Sul; Rede Feminina de Combate ao Câncer, de Cunha Porã e Sindicato da Indústria da Extração do Carvão do Estado de Santa Catarina, o nosso reconhecimento.

As personalidades que em seguida serão chamadas para receber suas respectivas medalhas, nossa admiração e nosso agradecimento. E aos dois homenageados que já partiram, Moisés de Barros e irmã Eva Michalak, que nossa memória os ressuscitem em ações vindouras. O Moisés de Barros, bravo soldado da Polícia Militar de Santa Catarina, um dos fundadores da Aprasc, foi indicado pelo deputado Sargento Amauri Soares. A irmã Eva Michalak, indicada por mim, faleceu recentemente, em 31 de maio, aos 94 anos de idade, um mês após ter sido escolhida para receber a Medalha de Honra ao Mérito Dia Internacional da Mulher. Eva Michalak, irmã franciscana conhecida nacionalmente, reuniu a maior coleção de plantas medicinais e frutíferas de Santa Catarina no convento em Rodeio.

Então, aos dois homenageados que nos deixaram, peço neste momento um breve silêncio, como forma de transmitir o respeito pela vida e o lamento pela ausência física desses dois entes queridos.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

Finalizando, gostaria de novamente agradecer a todos os presentes, especialmente aos homenageados e homenageadas, e citar uma frase do poeta Fernando Pessoa:

"O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis".

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Já está conosco na mesa o deputado Valmir Comin.

Convido o jornalista Valter Souza para proceder à leitura da nominata dos homenageados desta noite de outorga de medalhas.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

(Passa a ler.)

"A Resolução DP 009/2004 institui a Medalha de Mérito Carl Franz Albert Hoepcke como prêmio simbólico a ser conferido aos empresários que realizaram relevantes trabalhos na área empresarial, educacional, ambiental, econômica, social ou que tenham contribuído com outros meios e de modo eficaz para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina e dos cidadãos catarinenses.

Neste momento, o sr. deputado Julio Garcia, presidente deste Parlamento, fará a entrega da medalha ao sr. Alberto Raposo de Oliveira.

O homenageado é empresário atuante e de sucesso na região de São Francisco do Sul. Tem participação ativa em empresas no Brasil e no exterior.

Batalhador e determinado, tornou-se diretor operacional da Empresa Litoral Agência Marítima Ltda., prestadora de serviços há 20 anos no mercado.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Dando continuidade à outorga, convidamos o sr. Walmor De Luca, neste ato representando a sra. deputada Ada De Luca, para prestar uma homenagem ao sr. Alfredo Flávio Gazzola, empresário e diretor da Carbonífera Criciúma, cuja política social é a melhoria da qualidade de vida da comunidade na qual está inserida, patrocinando obras filantrópicas, atividades desportistas para crianças carentes e contribuindo na manutenção da Escola Técnica Profissionalizante - SACT.

Consciente da necessidade de se promover o desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, investe permanentemente na melhoria da qualidade ambiental de todo o processo de mineração, valorizando e construindo a história de sucesso do homem e o desenvolvimento ambientalmente sustentado.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Altair Guidi para fazer a entrega da homenagem ao engenheiro Ruy Hulse, presidente da Siecesc, em nome do Sindicato da Indústria da Extração do Carvão do Estado de Santa Catarina.

Criado em 1989, o Sindicato da Indústria da Extração do Carvão do Estado de Santa Catarina - Siecesc - recebe esta homenagem pelos relevantes serviços prestados à educação e à comunidade catarinense, através da Associação Beneficente da Indústria Carbonífera de Santa Catarina - SATC.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem ao sr. Delby Machado.

O homenageado dedicou-se à vida pública e sempre participou com espírito altruísta no município de Canoinhas. Desenvolveu a indústria da erva-mate, contribuindo para o desenvolvimento do município e região, tornando-se um amigo do município de Canoinhas.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Darci de Matos para fazer a entrega da medalha ao sr. Moacir Luiz Bogo.

Natural de Rio do Oeste, iniciou sua carreira profissional aos nove anos no moinho da família. Em 1978 fundou a Gidion Transporte e Turismo de Joinville, atualmente com mais de 1.800 funcionários. É grande apoiador da cultura italiana e incentivador das relações comerciais com a Itália. Atua na comunidade através da AMA - Associação Amigos do Autista.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Décio Góes para fazer a entrega da medalha ao sr. Luiz Carlos João, neste ato representando o sr. Albertino Colombo.

Em 1996, o homenageado fundou a empresa Anjo Tintas e Solventes. Diretor presidente e sócio proprietário da Rádio Som Maior Antena Um FM.

A empresa Anjo foi premiada quatro vezes com o prêmio Top de Marketing, da ADVB, foi reconhecida pela revista *Exame* em 2002 pelo método de administrar a empresa.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Edson Piriquito para fazer a entrega da medalha ao sr. Narbal Andrade de Souza.

Há aproximadamente 16 anos entrou para o mundo das comunicações através do rádio por acreditar que a necessidade de informação em todos os setores é o ponto básico para a tomada de decisões. Posteriormente, implantou em Balneário Camboriú o sistema de TV a cabo.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Elizeu Mattos para fazer a entrega da medalha ao sr. Hildo José Battistella.

Dirigente de um dos maiores e bem sucedidos conglomerados empresariais do Brasil, a empresa Battistella multiplicou a expansão de suas fronteiras no mercado mundial. Hoje a empresa comercializa produtos e serviços para toda a América Latina, Europa e Estados Unidos.

Realização que está sob sua responsabilidade: a implantação do projeto de madeira sólida.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Genésio Goulart para fazer a entrega da medalha ao sr. Eraldo Tadeu da Rosa.

Em 1992 fundou a empresa Eraldo Caminhões. Apesar da pouca idade, experiência e encontrar vários obstáculos, através da sua determinação e persistência consolidou-se como um dos líderes do ramo, fato que atribuiu, principalmente, à confiança recebida dos comerciantes da região, que acreditaram na sua seriedade e competência.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Joares Ponticelli para fazer a entrega da medalha ao sr. Francisco Zomer.

De tradição ligada à indústria iniciada com seu pai Solphorino, Francisco Zomer fundou, em 1967, a indústria de plástico Zomer, em Orleans.

Hoje, a Plaszom, com 40 anos de existência, é uma das maiores indústrias de transformação de material plástico do estado, proporcionando 1.000 empregos diretos.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Jorginho Mello para fazer a entrega da medalha ao sr. Jairo Celso de Palma.

Fundador do Curso e Colégio Tendência e grande incentivador da educação e do desenvolvimento social dos catarinenses. Professor de Literatura, mudou-se para Santa Catarina em 1996, onde lecionou em diversos municípios, como Joinville, Blumenau, Balneário Camboriú e Florianópolis.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado José Natal para fazer a entrega da medalha ao sr. Décio Giacomelli.

O homenageado é proprietário da empresa Metalúrgica Décio, fundada há 34 anos, período este em que o meio empresarial catarinense atuava na região norte e no Vale do Itajaí. O empresário, com visão futurista, acreditou no desenvolvimento do município de São José, instalando ali sua empresa.

(Procede-se à entrega da medalha.)

(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Manoel Mota para fazer a entrega da medalha ao sr. Dário Crepaldi.

Com a emancipação do município de Morro Grande, em 1992, Dário Crepaldi foi um grande articulador pela união dos partidos na cidade. Em 1996 foi candidato pelo município de Morro Grande, elegendose como primeiro prefeito na ocasião, realizando um grande sonho: o compromisso com o futuro da sua terra.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Marcos Vieira para fazer a entrega da medalha ao sr. Dalirio José Beber.

Empresário no ramo da administração de bens e empreendimentos imobiliários, sócio-proprietário da empresa Orbi Empreendimentos Imobiliários Ltda., o homenageado tem a sua vida profissional marcada pela defesa do empresário, em especial às empresas de Blumenau e da região do Vale do Itajaí.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Narcizo Parisotto para fazer a entrega da medalha ao sr. Antônio Carlos Sontag.

Empresário e formado em Direito, construiu uma história de conquistas. O Grupo Sontag administra diversas empresas, desde o ramo da construção civil, hotelaria, passando pela área de comunicação, tecnológica, educacional e de segurança privada.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Onofre Santo Agostini para fazer a entrega da medalha ao sr. Germano Scur.

Após sua aposentadoria, percebeu a necessidade de continuar contribuindo. Com o auxílio de seu genro Paulo Malinski, montou um próspero comércio de venda de madeira beneficiada, como assoalhos, forros e madeira em geral. Atuante e dinâmico, dirige com competência seus empreendimentos, sempre na busca de soluções para todos que dele necessitam.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Renato Hinig para fazer a entrega da medalha ao sr. Odemar Müller.

A Distribuidora Müller completa este ano 40 anos. Possui 261 empregos diretos e 175 empregos indiretos, que são os representantes comerciais. Odemar Müller fundou também a Timoneiro Distribuidora de Alimentos, possuindo 12 colaboradores. Foi durante dez anos presidente da Associação de Distribuidores e Atacadistas Catarinenses. Atualmente é presidente do Conselho Deliberativo.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convido o sr. deputado Reno Caramori para fazer a entrega da medalha ao sr. Elias Seleme Neto.

A história do homenageado se confunde com a história do desenvolvimento recente do município de Caçador, por sua participação e envolvimento nas questões econômicas e sociais do local que escolheu para viver e formar sua família.

Grande industrial, fabricante de produtos que ultrapassam as fronteiras do Brasil, conquistando o mercado internacional, integrou-se no grupo Victorio Poletto S/A, à época o maior conglomerado empresarial de Caçador.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. Elias Yacovski, representando o sr. deputado Rogério Mendonça, acompanhado do sr. deputado Jailson Lima, para fazer a entrega da medalha ao senhor Harry Dorow, presidente, em nome da Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí, Cravil.

A Cravil é uma organização de cunho econômico, social, educativo e democrático. Foi fundada em 15 de maio de 1971.

A partir de 1991 a Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí se firmou no cenário empresarial e associativo. O cooperativismo é o caminho da democratização e da paz.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos a sr. deputado Romildo Titon para fazer a entrega da medalha ao sr. Marius Juliano Farina.

O jovem empresário criou a Fast Indústria e Comércio em sua terra natal, Capinzal, no Vale do Rio do Peixe.

Criatividade e determinação, junto a uma excelente equipe técnica, fazem a Fast - capitaneada por Farina -, com tecnologia inédita no Brasil, oferecer ao mercado nacional o decanter centrífugo com certificação ISO - 9000.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos a sr. deputado Ronaldo Benedet para fazer a entrega da medalha ao sr. Cláudio Matos Balsini.

Engenheiro electricista graduado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em sua trajetória profissional foi diretor de empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional, Carbonífera Metropolitana e Carbonífera Criciúma, quando se tornou empresário.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos a sr. deputado Valmir Comin para fazer a entrega da medalha ao sr. Venâncio Menegaro.

O homenageado, nascido em Turvo, capital da mecanização agrícola, desde menino ajudou o seu pai na oficina familiar. Incansável na busca por soluções para ajudar o homem do campo, sempre esteve envolvido com as mais diversas ações sociais.

Hoje é representante de uma marca americana de tratores e continua trazendo inovações tecnológicas para agregar valor aos produtos de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Medalha Antonieta de Barros
A Resolução n. 049/2000 instituiu a Medalha de Mérito Antonieta de Barros, que objetiva homenagear pessoas físicas e jurídicas que no campo de suas atividades realizaram relevantes trabalhos ou destacaram-se na defesa dos direitos da mulher.

Antonieta de Barros foi a primeira mulher catarinense no Parlamento estadual. Apresentou várias proposições em benefício da educação, dentre elas a lei que instituiu o Dia do Professor.

Convidamos a sra. deputada Ana Paula Lima para fazer entrega da medalha à sra. Lilli Zwetsch Steffens.

Aos cinco anos de idade perdeu seus dois braços, aprendeu a transformar e construir sua vida com os pés, e com os pés escreveu a sua história transformada em livro: *Nas Mãos de Deus*.

Como diz a própria Lilli: "Eu fui à luta para valer porque acreditei que ninguém é tão forte a ponto de nunca ter chorado, e ninguém é tão inválido a ponto de nunca ter contribuído com alguma coisa".

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Herneus de Nadal para fazer entrega da medalha, em nome da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Cunha Porã, à presidente da instituição, sra. Gudrun Marta Christ.

Desenvolvido desde 1999 e oficializado dois anos depois, o trabalho das voluntárias, em parceria com a prefeitura, beneficia a cada ano mais de 1.000 mulheres daquele município, principalmente as do interior, que teriam dificuldades de acesso até mesmo a exames preventivos laboratoriais de rotina, além de profissionais de Enfermagem e Psicologia, atuando em recuperação pós-cirúrgica.

A presidente da rede em Cunha Porã, Gudrun Marta Christ, resume o sentimento das voluntárias em "um estado de espírito gratificante, mais ainda por atuarmos em favor da saúde da mulher".

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Joares Ponticelli, neste ato representando o sr. deputado Jandir Bellini, para fazer entrega da medalha à sra. Marlene Dalva da Silva Rothbart.

A professa Marlene Dalva da Silva Rothbart, nascida em Itajaí, formada em Pedagogia com especialização em Administração Escolar pela Univali, é autora de diversos livros que contribuem para formar o arcabouço histórico do município, a partir da narrativa da saga das famílias pioneiras que se instalaram naquela região. Além de escritora e produtora cultural, desempenhou atividades importantes em escolas públicas e particulares de Itajaí e foi diretora, inspetora e chefe de divisão da Coordenação Regional da secretaria de estado da Educação.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Medalha Cruz e Sousa
A Resolução DP n. 006/2003 instituiu a Medalha de Mérito Cruz e Sousa, que objetiva homenagear pessoas físicas e jurídicas que, no campo de suas atividades, realizaram relevantes trabalhos na defesa da raça negra.

Cruz e Sousa, o poeta maior catarinense, denominado Cisne Negro, nasceu João da Cruz, em 24 de novembro de 1861, na cidade de nossa Senhora do Desterro, atualmente Florianópolis.

Convidamos o sr. deputado Cesar Souza Júnior para fazer entrega da medalha à sra. Eliete Maria Rosa.

No ano de 1998, Eliete Maria criou o grupo de mulheres negras que mais tarde veio a se chamar Grupo de Mulheres Negras Antonieta de Barros. Participou da Conferência Mundial Contra o Racismo e a Desigualdade Social em Durban, África do Sul. Entre os representantes foi escolhida como delegada oficial do Brasil.

Coordenou a construção do primeiro monumento em homenagem aos escravos, único no mundo, que está localizado na Colônia de Santa Teresa, em São Pedro de Alcântara.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Gelson Merisio para fazer entrega da medalha ao radialista Casemiro Roberto Serafim Vieira.

Desde 1964, Casemiro tem atuação destacada e reconhecida como radialista no município de Chapecó, há mais de três décadas. Tornou-se um profissional conhecido na região.

Atua como mestre-de-cerimônias dos principais eventos da região do oeste de Santa Catarina, mostrando, com seu trabalho, ser possível obter sucesso profissional e respeito por seu exemplo que serve de inspiração para as novas gerações.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Pedro Uczai para fazer entrega da medalha ao sr. José Maria Gonçalves de Lima.

O deputado Pedro Uczai escolheu o sr. José Maria para homenagear com a Medalha de Mérito Cruz e Sousa pelos relevantes trabalhos prestados junto à comunidade, na luta pela terra, defendendo o direito de viver com dignidade do povo quilombola.

Atualmente o sr. José é presidente da Associação dos Remanescentes do Quilombo da Invernada dos Negros.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Sargento Amauri Soares para fazer entrega da medalha, em nome do soldado Moisés de Barros, *in memorian*, à sua esposa, a sra. Edila Albino de Barros.

Falecido em 2006, Moisés de Barros foi um dos 33 soldados fundadores da Aprasc - Associação de Praças do Estado de Santa Catarina.

O soldado Moisés foi um companheiro de farda e de lutas. Trabalhador assíduo, sacrificando-se e participando da história da emancipação dos praças. Mais do que justa, a homenagem póstuma a este batalhador e lutador pela corporação.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Medalha Parceria Comunitária: Assembleia Legislativa - Lions Clube Catarinense

A Resolução DP 0006/2004 instituiu a Medalha Parceria Comunitária Assembleia Legislativa Catarinense - Lions Club Catarinense, que objetiva homenagear personalidades ou empresas que tenham prestado serviços comunitários voluntários e relevantes dentre os segmentos da sociedade catarinense ou fora de Santa Catarina e que tenham permitido ou viabilizado soluções de problemas em nosso território.

Convidamos o sr. deputado Dagomar Carneiro para fazer a entrega da medalha ao sr. João Antônio Schaefer.

O dr. João Antônio Schaefer, formado na Faculdade de Medicina do Paraná, atua há mais de 60 anos no município de Brusque. Membro do corpo clínico do Hospital Maternidade Cônsul Carlos Renaux por 58 anos, recebeu diploma de mérito médico concedido pelo CRM/SC.

Conhecido popularmente como dr. Nica, é sócio fundador e ex-presidente do Rotary Clube de Brusque e atuante em trabalhos voluntários.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Jailson Lima, acompanhado pelo sr. Elias Yacovski, que representa o sr. deputado Rogério Mendonça, para fazer a entrega da medalha em nome do Hospital Samária, de Rio do Sul, ao sr. Silvio Schütz.

Inaugurado em 22 de julho de 1956, teve seu regimento interno instituído em 14 de novembro do mesmo ano. Naquela época todos os partos do hospital eram realizados pela irmã Frida Haaka; em junho de 1957 houve a contratação do médico alemão dr. Otto Redel e em novembro a do dr. Alexandre Otsa.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado João Henrique Blasi para fazer entrega da medalha, em nome do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu -, ao médico Roberto Eduardo Hess de Souza, coordenador-geral.

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, único no país com gestão e coordenação estadual em conjunto com o Conselho de Secretários Municipais de Saúde e ministério da Saúde, atende todos os 293 municípios catarinenses.

Após a sua implantação foram realizados em torno 200 mil atendimentos em um ano e quatro meses.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Moacir Sopelsa para fazer entrega da medalha à sra. Lígia Maria Tavares Dalla Costa.

A homenagem destaca-se pelos trabalhos sociais e educacionais que desempenha no município de Concórdia. Foi presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer por três gestões. Destacou-se também como membro da Sociedade Beneficente das Obreiras de Concórdia, com o Projeto Molecada, na Escola Municipal de Santa Rita.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Professor Grandó para fazer entrega da medalha, em nome do Centro Cultural Escrava Anastácia - Projeto Arcoíris, aos srs. João Ferreira de Souza, Darcy Vitória de Brito e ao padre Wilson Groh.

O Centro Cultural Escrava Anastácia é uma organização não-governamental cujo objetivo é agregar indivíduos necessitados das comunidades através dos processos educacionais para aumentar a auto-estima, a capacidade de leitura e a compreensão da realidade sócio-cultural.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Medalha Mérito Professor Jacob Anderle.

A Resolução n. 018/2006 instituiu a Medalha Professor Jacob Anderle, que objetiva homenagear os participantes do Programa Escola Aberta à Cultura e Cidadania, que visa à contribuição para melhoria da qualidade de vida através de atividades de educação, lazer, cultura, esporte, educação ambiental, educação para o trabalho, ética e cidadania, implantado no âmbito da secretaria de estado da Educação, na gestão do professor Jacob Anderle.

Convidamos o sr. deputado Nilson Gonçalves para fazer entrega da medalha à sra. Elisabete Nunes Anderle.

Desenvolvendo trabalhos e políticas públicas educacionais, a homenagem contribui até hoje para uma educação qualificada aos catarinenses. Sua contribuição para a melhoria da qualidade de vida através do Programa Escola Aberta faz com que seja merecedora de tal honraria.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Medalha Dia Internacional da Mulher.

A Resolução n. 003/2007 instituiu a Medalha de Honra e Mérito Dia Internacional da Mulher, que se destina a agradecer, a homenagear e a reconhecer as mulheres que prestam relevantes serviços sociais e destacam-se na sociedade catarinense.

Convidamos a sra. deputada Odete de Jesus, proponente da medalha, para fazer a entrega à sra. Angela Regina Heinzen Amin Helou, ex-prefeita da capital catarinense e atualmente deputada federal.

Angela Amin desenvolveu o Programa Pró-Criança, reconhecido pela Unicef do Brasil e voltado para o desenvolvimento psicossocial da criança de zero a seis anos de idade, em um trabalho associado à educação, saúde e comunicação.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Jean Kuhlmann para fazer a entrega da medalha à sra. Mariane Beyer Ehrat, que foi a terceira pastora sinodal eleita no Brasil em 2002, sendo reeleita em 2006 para prosseguir seu trabalho de dedicação à comunidade até 2010.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Pedro Baldissera para fazer a entrega da medalha à irmã Marí Luzia Hammes, em nome da irmã Eva Michalak, *in memorian*.

Aos 94 anos de idade a sábia irmã franciscana reuniu uma das maiores coleções de plantas medicinais e frutíferas de Santa Catarina. Atualmente a Associação Catarinense de Plantas Medicináveis vem buscando apoio para promover a campanha que escolherá a planta medicinal símbolo de Santa Catarina, que terá o seu dia comemorativo em 12 de julho, data de nascimento da irmã franciscana Eva Michalak.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

Convidamos o sr. deputado Serafim Venzon para fazer a entrega da medalha à sra. Catarina Erotides Zucco Moresco.

Desde 1980 trabalha voluntariamente no atendimento a grupos de idosos. Para dar mais dinâmica aos encontros semanais, proporciona atividades que exercitam o corpo, culminando em resultados claramente perceptíveis na disposição e principalmente na saúde dos idosos.

(Procede-se à entrega da medalha.)
(Palmas)

A seguir teremos a apresentação do Coral Criança Feliz, interpretando a música *Always on my mind*, de Elvis Presley, e *Ave Maria no Morro*, de Herivelto Martins, sob a regência da maestrina Sílvia Teixeira.

(Procede-se à interpretação das músicas.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Falará em nome dos homenageados o sr. Hildo José Battistella e a deputada federal Angela Amin.

O SR. HILDO JOSÉ BATTISTELLA - Excelentíssimo sr. presidente, deputado Julio Garcia;

Excelentíssimo sr. Ivo Carminati, secretário de estado de Articulação e Coordenação, neste ato representando o sr. governador em exercício, Leonel Pavan;

Excelentíssimo sr. desembargador Carlos Prudêncio, neste ato representando o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. conselheiro José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima sra. deputada Ana Paula Lima;

Excelentíssimo sr. deputado Dagomar Carneiro;

Excelentíssimo sr. deputado Antônio Aguiar;

Excelentíssimo sr. deputado Valmir Comin;

Demais autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, sras. e srs. homenageados, convidados.

Sinto-me muito honrado em receber esta medalha por dois motivos: o primeiro, pelo que representa em si esta medalha; o segundo, pelo grupo que está recebendo esta medalha e por fazer parte deste grupo. De fato isso me deixa muito orgulhoso e eu vou guardar este livro por muito tempo, vou guardar em casa num lugar importante e vou deixá-lo para os meus filhos também.

Não poderia deixar de comentar aqui para vocês que esta medalha não é somente minha, em certo sentido eu a recebo, mas ela é de muita gente que me ajudou a chegar até aqui. Em primeiro lugar pertence ao meu pai, que faleceu há uma semana, que me ensinou e deixou-me as empresas da família que ele criou, assim como os funcionários. Ele me transferiu toda a estrutura e experiência de

tudo o que ele fez, viu e criou, da área florestal, pois começou a plantar pinus muito antes de criarem os incentivos fiscais; da sua experiência por ser o pioneiro em criar a solução da rota para chegar a Brasília, muito antes de qualquer outra pessoa; da experiência que ele me passou por criar soluções de logística marítima neste país, já em 1952; da experiência que ele me passou por criar soluções para o transporte do país inteiro e da experiência com relação à previsão, há 15 anos, do nosso terrível apagão portuário, que hoje é o drama de toda Santa Catarina. Isso tudo ele nos ensinou, deixou tudo estruturado. Deixou a nossa família toda trabalhando neste sentido, e eu não poderia deixar de citá-lo.

Há mais dois catarinenses que eu gostaria de citar aqui e que dificilmente ouvimos seus nomes por aí, mas acho que eles fizeram uma revolução neste país. E se não ajudaram muito diretamente a Battistela, ajudaram o país como um todo. Um deles foi o general Pinto da Luz, que em 1966 criou o incentivo fiscal. E às vezes fico pasmo, pois até alguns parentes seus não sabem o que ele fez. O general criou um incentivo fiscal que gerou um dos aspectos, se não o mais importante, da economia catarinense, quando de fato criou toda a estrutura florestal deste país. E hoje ele é pouco lembrado, porque não foi político e não teve mais atuação pública. Mas depois de 20 anos, hoje o setor florestal é importantíssimo neste país, e não poderia deixar aqui de citar o que ele fez.

Outra pessoa, outro catarinense muito importante, embora às vezes brinquem muito ao dizer que era um alemão chato, foi o Glauco Olinger. Ele não descobriu nada de importantíssimo na agricultura, mas foi o homem que fez a grande revolução agrícola, porque conseguiu colocar o que os cientistas da Embrapa evoluíram ou o que eles desenvolveram na mão do pequeno agricultor, do fulano que plantava. Foi o homem que conseguiu tirar dos relatórios de Brasília e colocar na mão do pequeno agricultor. Dificilmente alguém fala nesse gênio que transformou conhecimento científico em conhecimento útil na agricultura.

Então, a minha lembrança, a minha homenagem a essas duas personalidades catarinenses que são tão pouco lembradas.

Em segundo plano, quero fazer um apelo a esta Assembléia Legislativa. E vou começar lendo um trecho de um relatório que é muito grande, mas o trecho que interessa aqui são só três linhas, portanto, não se preocupem. O relatório é de uma empresa de consultoria internacional chamada Mackinsey, conhecida por muita gente aqui, provavelmente quase todos a conhecem. O trecho diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"No ano de 2020, 80% dos bens no mundo serão fabricados em um país diferente de onde eles serão consumidos, comparados com os 20% atuais".

Isso significa que o comércio internacional vai crescer muito mais rápido do que o crescimento da economia mundial, num ritmo muito mais elevado que o da economia mundial, ou seja, mesmo que não tenhamos crescimento, a mudança de estrutura do comércio mundial vai ser extremamente modificada nos próximos anos. E vocês vão perguntar: o que o estado de Santa Catarina tem a ver com isso? Santa Catarina é o estado, talvez o único, mais bem preparado hoje para ser o que os Países Baixos são na Europa, dentro do Mercosul; é o único estado que tem uma base portuária sendo preparada para ser e ter toda a infra-estrutura necessária

para ser o centro de convergência do comércio internacional em todo o Mercosul. Isso vai implicar numa industrialização do comércio internacional vindo para cá, num aumento de frequência de navios, de volume de tráfego e de uma enorme movimentação econômica, significando um reflexo tremendo em tudo aquilo que se previu.

O setor portuário catarinense, que hoje é um dos maiores gargalos, no momento em que for resolvido e está sendo totalmente equacionado, não vai resolver o problema atual de Santa Catarina, que é muito sério, mas vai começar a ser o centro de comércio internacional de todo o Mercosul. E por quê? Porque aqui nós vamos ter infra-estrutura, nós não vamos ter mais os gargalos que o porto de Santos tem, porque lá existem problemas sérios de acesso ao porto.

Nós temos cinco portos e provavelmente na baía da Babitonga serão criados mais dois ou três portos novos; seremos um centro em que não haverá limite de crescimento; teremos a possibilidade de ter em nosso estado toda a concentração dos grandes navios internacionais e nós, sem dúvida alguma, teremos a possibilidade de ter no mínimo um navio por dia para cada região do globo saindo daqui do estado de Santa Catarina.

Isso quer dizer que nós vamos ter a possibilidade de ser a segunda região no mundo com as características dos Países Baixos. O que vai acontecer? A estrutura física está sendo criada e organizada e provavelmente no final do próximo ano entrarão em operação todos os grandes investimentos que estão sendo feitos e planejados no estado.

Não é o porto de Itapoá, não é o porto de Navegantes, não é o porto de São Francisco nem o de Imbituba que vão resolver essa questão; a somatória de todos os investimentos é que vai chamar muito mais investimentos para cá. O que vai ocorrer é que a infra-estrutura interna do estado vai chamar mais investimentos, mais indústrias e uma série de outros investimentos paralelos e vamos ter um gargalo que virá em seguida. O primeiro gargalo mais importante dependerá desta Assembléia, que é o gargalo da estrutura legal, no sentido de que não sejam criados problemas para o desenvolvimento de todo esse comércio que irá operar.

Então, o apelo que eu faço aqui é de que a Assembléia se prepare para criar uma estrutura legal necessária, a fim de que se torne macia essa transição e que nós tenhamos, no ano de 2020, a liderança que merecemos, aproveitando esta oportunidade estratégica para transformarmos de fato o estado em um líder no comércio internacional, pois temos essa vocação.

Um segundo apelo é que a Assembléia crie condições necessárias para que o nosso sistema educacional se prepare desde já, não que o Poder Legislativo seja responsável por essa área, mas que crie condições para que o Executivo também trabalhe no sentido de se concentrar na educação, para prepararmos pessoas desde o primário até os cursos superiores, a fim de termos pessoas capacitadas para suprir o pessoal que venha trabalhar nesse setor, pois 50% da nossa população terá de ser preparada para trabalhar em alguma atividade comercial, industrial ou de serviços ligada a essa atividade.

Este é o nosso apelo, esta é a nossa experiência, esta é a nossa visão e este é o nosso sonho.

Muito obrigado!
(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Encerrando os pronunciamentos desta noite, convido a deputada federal Angela Amin para fazer a sua fala.

A SRA. DEPUTADA ANGELA AMIN - Excelentíssimo sr. deputado Julio Garcia, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Ivo Carminati, secretário de estado de Coordenação e Articulação, neste ato representando o excelentíssimo sr. Leonel Pavan, governador do estado em exercício;

Excelentíssimo sr. desembargador Carlos Prudêncio, neste ato representando o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. José Carlos Pacheco, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssima sra. deputada Ana Paula Lima, segunda vice-presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado Dagomar Carneiro, terceiro-secretário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado Antônio Aguiar, quarto-secretário da Assembléia Legislativa;

Excelentíssimo sr. deputado Valmir Comin, segundo-secretário da Assembléia Legislativa; demais deputados, demais autoridades presentes; homenageados da noite, familiares, eu gostaria de agradecer, aqui, em especial, aos meus filhos João Antônio, Maria e Joana pela presença nesta noite.

(Passa a ler.)

"Mãe e mestre confundem-se, vida em fora, no desejo da preciosa construção do mundo moral e intelectual", lembra-nos Antonieta de Barros, uma das referências desta sessão solene ('Farrapos de Ideias', p.115).

A história e a atualidade registram os passos tortuosos que a humanidade tem dado na atribuição real do papel da mulher na sociedade. É curioso que as três grandes religiões monoteístas - Cristianismo, Judaísmo e Islamismo - tenham posições ainda discriminatórias em relação à mulher, apesar dos exemplos singulares que mulheres desempenharam na respectiva história.

Maria, mãe de Jesus, Maria Madalena, Maria e Marta de Betânia (irmãs de Lázaro) são personagens marcantes do Novo Testamento. Sara, Hangar e Ruth são algumas das mulheres de expressão na história judaica. Maomé, cujo pai faleceu antes de seu nascimento, teve na sua mãe, Amina, em Halima, na esposa Kadidja - a quem servira profissionalmente - e nas filhas, com destaque para Fátima, exemplos de virtude e de capacidade.

Contudo, só recentemente a mulher passou a cumprir missões de estatura política na sociedade ocidental. Isto nos permite celebrar e ratificar compromissos! É o que pretendo aqui fazer em meu nome e em nome de tantas outras mulheres cidadãs, que sonham, que sofrem, que - mães ou não - vencem preconceitos e ajudam a construir uma sociedade plural, baseada no respeito e na fraternidade!

Cada um dos aqui homenageados, certamente, deseja agradecer a quem lembrou seu nome e à Casa que referendou a respectiva comenda. De minha parte, quero agradecer aos imigrantes todos da Assembléia Legislativa do meu estado e à deputada Odete de Jesus, em particular, cuja sensibilidade, garra e espírito de luta todos admiramos.

Nesta solenidade, porém, é muito mais o que podemos celebrar! Pelo Dia Internacional da Mulher; pela parceria desta Casa com o Lions Clube Catarinense; pela lição empreendedora de Carl Hoepcke; pelo legado do professor Jacob Anderle; pelo troféu de Respeito à Cidadania e à Diversidade testemunhamos o entrelaçamento da convivência positiva e construtiva entre os diferentes e as diferenças, sonho maior da democracia e do pluralismo!

Não é um sonho modesto! Nem é um objetivo que se alcança sem sofrimentos. É na verdade o 'Triunfo Supremo', evocado por Cruz e Sousa, também patrono deste evento:

'Quem anda pelas lágrimas perdido,
Sonâmbulo dos trágicos flagelos,
É quem entrou por todas as batalhas,
As mãos e os pés e o flanco

ensanguentando,

Quem florestas e mares foi rasgando
E entre raios, pedradas e metralhas,
Ficou gemendo, mas ficou sonhando!'

O compromisso que gostaria de ver assumido por todos nós é o de não termos medo de assumir o desafio da vida, sem reservas e sem limitações!

Morris West, em *As sandálias do Pescador*, adverte: 'Custa tanto ser uma pessoa plena que muitos poucos têm a luz e a coragem de pagar o preço de assumir esta luta!'

Nosso compromisso é mais amplo por sermos mulheres do Estado de Catarina de Alexandria - cuja inteligência e cultura a destacaram -, de Anita Garibaldi, mãe-guerreira no sentido pleno da palavra -, de Antonieta de Barros - que pela educação e pela política nos precedeu, vencendo preconceitos mais arraigados do que os de hoje.

Nosso compromisso é o de enfrentar e abraçar o mundo por inteiro! Encarar a dúvida e a escuridão como preço do conhecimento!

É preciso ter a capacidade de aceitar cada consequência do Viver e dar à Vida e produzir exemplos de Honestidade, Lealdade, verdadeira Fraternidade e Justiça! Então poderemos dizer que estaremos ajudando a concretizar o brado do hino do estado de Santa Catarina: teremos quebrado as algemas do preconceito e contribuído para que cada qual, cada um de nós seja, na plenitude 'CIDADÃO!'

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido todos para, de pé, ouvirmos o hino de Santa Catarina, que será interpretado pelo Coral Criança Feliz.

(Procede-se à interpretação do hino.)
(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento e anuncia que após o término da sessão o Coral Criança Feliz, de Criciúma, sob a regência da maestrina Sílvia Regina, interpretará as seguintes músicas: *Granada*, de Agostinho Lara, e *Feira de Mangaio*, de Sívuca.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SUBCOMISSÃO DA COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA PARA DEBATER E ACOMPANHAR A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 12 DE JUNHO DE 2007, ÀS 19H, NO SALÃO DE ATOS DA UNOCHAPECÓ, NA CIDADE DE CHAPECÓ

O SR. PRESIDENTE (deputado Sílvio Dreveck) - Nos termos do Regimento Interno, de acordo com os artigos 162, 163 e 164 do Poder Legislativo catarinense, damos início a esta audiência pública para debater a implantação e a regulamentação no âmbito do Estado de Santa Catarina da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Lei Complementar federal 123/06, de 14 de dezembro de 2006), constituída através de requerimento da Subcomissão da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, coordenada pelo deputado Dirceu Dresch.

Convido para tomarem assento à mesa o deputado Dirceu Dresch, coordenador da Subcomissão da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa; o deputado Renato Hinnig, vice-presidente da Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia da Alesc; o deputado Décio Góes; o senhor Cloir Dassoler, presidente da Fampesc; o senhor Énio Alberton Parmeggiani, agente articulador do Sebrae; e o senhor Valdir Sebastiani, gerente regional da Fazenda, representando neste ato o diretor de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda.

Vamos ser bastante objetivos na condução dos trabalhos, pois acreditamos ser o principal interesse de todos ouvir os palestrantes e, em seguida, ter a oportunidade de manifestar dúvidas e fazer as devidas indagações, até porque é uma lei recente - foi criada em dezembro de 2006 e entra em vigor agora no mês de julho. Como toda lei, essa também tem vantagens e desvantagens, e o nosso objetivo é oportunizar o esclarecimento e o aprofundamento dessa nova legislação das micro e pequenas empresas.

Antes de passar a coordenação dos trabalhos ao deputado Dirceu Dresch, coordenador da Subcomissão e motivador dessas audiências, informo que, segundo o cronograma de trabalho, primeiramente ouviremos os palestrantes e os deputados presentes para, em seguida, abriremos espaço para a plenária.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Boa-noite a todos e a todas. É com alegria que saudamos cada um e cada uma.

A iniciativa de oportunizar o debate desse tema tão importante, que há anos vem sendo debatido por diversas pessoas, organizações, setores, governos, objetiva a construção de uma política, de uma lei que de fato propicie uma melhor qualidade de vida e inclua esse grande número de pessoas e de micro e pequenas empresas que estão fora da dita legalidade, por burocracias, por dificuldades que se construíram durante esses anos.

Com a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas começamos a construir uma possibilidade, embora, como dizia o presidente da Comissão de Economia, o deputado Sílvio, ainda tenhamos muitas dúvidas e seja preciso mudar muitas coisas. Porém, o interesse agora é fazer o debate, e não podemos deixar de tirar ações para levar para frente, para o Congresso Nacional.

Como agricultor familiar e líder dos agricultores, aprendi que precisamos construir políticas públicas diferentes e tratar os diferentes de forma diferente. Essa foi a minha luta na agricultura familiar, e hoje tenho claro também que as micro e pequenas empresas têm que ser tratadas diferentemente pela política pública dos municípios, Estados e País.

Foi com esse objetivo que realizamos uma audiência pública em Florianópolis, que contou com a participação do presidente nacional do Sebrae, Paulo Okamoto; do deputado federal José Pimentel, um dos grandes articuladores e hoje presidente da Frente Parlamentar dos deputados e senadores que puxam essa questão da micro e pequena empresa. Fizemos um bom debate, que terá continuidade nessa série de cinco audiências públicas que realizaremos a partir de hoje nas grandes regiões de Santa Catarina. Esta é a primeira.

Gostaria de agradecer ao deputado Décio Góes; ao deputado Renato Hinnig, membro da Subcomissão; ao Cloir, ao Énio e ao Valdir, que prontamente aceitaram o convite para estar aqui hoje à noite debatendo conosco esse assunto; às pessoas, organizações e lideranças que contribuíram para a construção deste evento, enfim, agradecer a todos.

Como disse o deputado Sílvio, o interesse esta noite é o debate, então não vamos enrolar muito. Solicitamos aos deputados que façam apenas uma pequena saudação, porque depois da exposição do Sebrae, teremos o debate.

Concedo a palavra ao senhor Cloir Dassoler, presidente da Fampesc, parceira na construção desses seminários regionais, para fazer a sua breve saudação.

O SR. CLOIR DASSOLER - Em primeiro lugar, gostaria de saudar a mesa e todos os presentes.

Estava brincando com o meu conterrâneo, o deputado Décio, dizendo que só tem uma coisa que me deixa um pouco chateado de vir a Chapecó: a perda do título, infelizmente. Perdemos, tudo bem, ficou em boas mãos o campeonato catarinense deste ano, mas não se preocupem, porque no ano que vem ele volta para Criciúma de novo.

Quero agradecer a Chapecó por mais este evento e dizer que a Fampesc está muito preocupada com a questão da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que entra em vigor agora no dia 1º de julho.

Para as pessoas da área contábil, principalmente, que estão meio apavoradas, quero pedir que tenham calma. A Lei entra em vigor em 1º de julho, ela não acaba em 1º de julho! Quem ainda não está enquadrado no sistema simplificado e quer se enquadrar, não precisa necessariamente entrar agora. Quem tem dúvidas deve aguardar os primeiros seis meses da Lei para ver como ela vai funcionar. Existem muitas outras coisas que ainda têm que ser regulamentadas, e a partir de janeiro podem fazer a opção para o ano que vem, sem problema nenhum. A Lei não vai deixar de existir.

Tem alguns problemas na Lei Geral? Claro que tem! Se não tivesse nenhum problema, deputado Dirceu, provavelmente não estaríamos aqui hoje. Estamos porque tem problemas, e temos que discuti-los, apresentar soluções e disseminar essa questão de explicar e orientar os empresários de micro e pequena empresa. Então, preocupado com isso, nós, da Fampesc, em conjunto com a Assembleia Legislativa e com o Sebrae, estamos correndo os quatro cantos do Estado para divulgar um pouco mais a Lei Geral.

Quero ressaltar que a Fampesc não vai parar por aqui, não. Ela não vai dizer "a Lei Geral entrou em vigor e agora paramos, acabou." Não é por aí, nós vamos continuar. Já solicitamos ao Comitê Gestor nacional para mudar algumas atividades dos anexos em que elas estão enquadradas, porque sabemos que serão prejudicadas. Tem muita gente da área do transporte aqui, e acho que vamos ter algumas perguntas relativas a essa área, que vamos deixar para responder depois. Tem algumas coisas que precisam ser mudadas.

A Lei Geral, em torno de 70%, é muito boa, e não podemos olhar ali somente a área tributária, que é apenas uma parte dessa Lei. Os maiores beneficiados da Lei Geral não estão na área tributária, estão em outros artigos, que os palestrantes vão explicar hoje para vocês.

A Fampesc está sempre à disposição. Pena que Chapecó não tenha uma entidade representativa de micro e pequena empresa. Nós tínhamos uma, mas, por motivos alheios à Federação, parece que ela está parada. Recomeçamos a trabalhar para ver se voltamos a resgatar de novo, deputado, essa entidade aqui na região, que realmente precisa ter uma representatividade de micro e pequena empresa muito forte.

Era isso, e um bom trabalho e uma boa palestra para vocês.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Cloir.

Passo a palavra para o senhor Ênio Alberton Parmeggiani, agente articulador do Sebrae.

O SR. ÊNIO ALBERTON PARMEGGIANI - Boa-noite. Nossos cumprimentos especialmente aos nossos líderes políticos aqui presentes, à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, ao representante da Fampesc e ao representante do Executivo estadual, enfim, a todos vocês que acolheram o convite feito por iniciativa da Assembleia Legislativa e da Fampesc.

Estamos aqui, como Sebrae, cumprindo o nosso papel de divulgar, de passar informações a todos vocês e como um instrumento que pode ser usado para auxiliar na implantação e concretização desse processo de atendimento às demandas da micro e pequena empresa.

Queremos agradecer a presença aqui de inúmeros profissionais da área de ciências contábeis, que, na verdade, são o alicerce da implantação segura e da orientação segura para o nosso empreendedor ou nossa empreendedora da micro e pequena empresa.

Então, queremos agradecer penhoradamente à Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia por essa oportunidade para a nossa região.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Os deputados abriram mão de falar, iremos, portanto, fazer aqui alguns registros de presença. Não conseguimos pegar o nome de todos que se inscreveram, então, os vereadores, prefeitos ou as pessoas que quiserem que anunciemos sua presença, por favor, dirijam-se à nossa equipe e dêem seu nome.

Temos aqui um apoio grande da nossa senadora Ideli Salvatti, que não pôde estar presente hoje, mas está representada por toda a sua equipe: o popular companheiro José Dias; o companheiro Lizeu Mazzioni e o colega Armando. Também registramos a presença do deputado Carlito Merss; do senhor Nacir Marchesini, neste ato representando o deputado federal Cláudio Vignatti, que, me parece, está em viagem à Inglaterra, um deputado que tem contribuído muito, tem debatido essa questão da Lei Geral no Congresso Nacional; do senhor Mauro Postal, representando o deputado Pedro Uczai, que também não pôde estar presente hoje; do vice-prefeito de Iraceminha, senhor Carlos Bernardi.

Como falamos no início, vamos fazer primeiro a apresentação do Sebrae para depois abrimos o debate, e as pessoas da mesa já irão se pronunciar em cima da exposição.

O senhor Gilson Alberto dos Santos e o senhor Valdír Missiura, ambos consultores do Sebrae, farão a apresentação. Fiquem à vontade.

Combinamos com eles que não será aberto espaço para perguntas durante a exposição. Então, anotem os questionamentos na memória ou no papel, que depois abriremos espaço para perguntas e falas das pessoas que quiserem contribuir.

Com a palavra, inicialmente, o senhor Gilson Alberto dos Santos, consultor do Sebrae.

O SR. GILSON ALBERTO DOS SANTOS - Boa-noite a todos e a todas. A idéia inicial é apresentarmos um vídeo de sete minutos a respeito desse processo de construção da Lei Geral. Em seguida, faremos um panorama da situação das micro e pequenas empresas, e depois entraremos especificamente na Lei.

(Procede-se à apresentação de vídeo sobre a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.)

Bem, vimos aqui como foi construída a Lei Geral, alguns depoimentos, os benefícios que ela vai trazer para a micro e pequena empresa, e agora, antes de entrarmos propriamente na Lei, vamos traçar um panorama da realidade ou da representatividade dos pequenos negócios no Brasil.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Vejam que em relação à representatividade de pequenos negócios no Brasil, as micro e pequenas empresas representam 99%, são responsáveis pela geração de 96% de empregos formais e mantêm uma ocupação de empregos na ordem de 67%. As micro e pequenas empresas têm uma participação muito forte na economia porque contribuem para a riqueza do País; a participação delas é de 20% no PIB. Um outro dado importante é que elas têm participação de 2% nas exportações. Então, podemos perceber a importância das micro e pequenas empresas no contexto do desenvolvimento socioeconômico do País.

Aqui temos um outro dado muito bom. Acabamos de ver a representatividade toda das micro e pequenas empresas, e aqui temos a criação delas. Em média, nos últimos cinco anos, de 2001 a 2005, foram criadas 470 mil novas empresas.

Há um ponto aí que quero enfatizar que não é bom. Uma pesquisa realizada pelo Sebrae em 2004 apontou que em dois anos de vida morrem em torno de 49% dessas micro e pequenas empresas, desses pequenos negócios que foram criados; em três anos, esse índice sobe para 56,4%; em quatro anos, vai para praticamente 60%. Então, ao analisarmos aquelas 470 mil micro e pequenas empresas criadas naquele período, se considerarmos que elas geram em torno de três postos de trabalho e que 50% delas morrem em dois anos, teríamos algo em torno de 235 mil empresas que morreram nesse período de dois anos. Cada uma dessas 235 mil empresas perdeu na ordem de 235 mil postos de trabalho, ou mais ainda: 700 mil postos de trabalho foram perdidos aqui. E se ainda considerarmos que essas 235 mil micro e pequenas empresas que morreram investiram cerca de R\$ 26 mil cada uma, vamos ter uma perda econômica em torno de R\$ 19 bilhões, relativos àquelas pessoas que saíram dos seus empregos, pegaram seu fundo de garantia, pegaram a sua rescisão, investiram em um negócio e em dois anos acabaram fechando sua empresa.

Os fatores que as levaram a isso essa pesquisa aponta, e são diversos, vão desde a capacidade de gerenciar o negócio até a questão que envolve política de governo, como a questão tributária. Mas a questão tributária não é um fator representativo, se pegarmos a pesquisa (quem for consultar, está lá no site do Sebrae), vai poder verificar que ela não tem um peso tão grande assim.

Então, na questão tributária, os principais impostos estão hoje dessa forma. Nós temos todos esses impostos com bases de cálculo diferentes, com datas de recolhimento diferentes, e é uma carga tributária bastante pesada.

A Lei Geral veio para contribuir um pouco nessa parte. Como foi dito aqui, ela ajuda alguns, a outros talvez não. Isso só vai se saber depois, fazendo uma simulação, para ver enquadramento e tudo mais, e sobre isso vamos falar mais adiante.

Quais são os obstáculos de um ambiente desfavorável aos negócios? O Brasil hoje é tido como um país empreendedor. Existe a pesquisa GEM, que apresenta um relatório contendo o ranking mundial dos países mais empreendedores do mundo, e o Brasil, segundo essa pesquisa, deve estar em sétimo lugar.

Aqui estão os obstáculos que são desfavoráveis à criação de novos negócios: a elevada informalidade, a alta carga tributária, alguns impostos, o alto índice de mortalidade da micro e pequena empresa, a baixa competitividade, a concorrência predatória e o empreendedorismo por necessidade. Esse relatório fala muito a respeito da forma de empreender, que pode ser por necessidade ou por oportunidade. No caso da necessidade, é aquele empreendedor que saiu do emprego, usou todos os seus recursos financeiros e montou um negócio, só que sem nenhum planejamento, sem conhecer o mercado. Ele não tinha nenhuma informação, simplesmente se aventurou, então, está contribuindo para esse alto índice de mortalidade da micro e pequena empresa.

Bom, aqui temos algumas medidas estabelecidas na Lei Geral para favorecer os pequenos negócios, e com isso a gente vai promover o desenvolvimento do País. Mais adiante vamos ver alguns benefícios que a Lei Geral traz.

A nossa meta com a Lei Geral é reduzir o índice de empregos informais nesse patamar aqui de 1.500.000 (aponta para a imagem), trazer da informalidade 3.000.000 de empresas e favorecer a abertura de 600.000 empresas. Então, a meta seria em torno de 5.100.000.

Aqui temos algumas preocupações que foram levantadas (e até foram mencionadas no vídeo a que assistimos) através dos seminários realizados em todo o Brasil. Em Santa Catarina, esses seminários aconteceram envolvendo diversas entidades representativas do segmento empresarial, que discutiram pontos importantes que deveriam ser abordados, que deveriam ser incluídos na Lei Geral.

Entre as preocupações, vemos aqui questões relacionadas às licitações (a gente vai ver a participação da micro e pequena empresa em compras governamentais); ao crédito (a lei favorece e vai exigir dos bancos oficiais que disponibilizem para a micro e pequena empresa novas linhas de crédito com taxas menores do que tem no mercado); aos tributos; aos investimentos (aumentá-los, com algumas políticas); aos financiamentos (favorecê-los mais); à burocracia (diminuí-la) e à capacitação (trazer capacitação através de alguns instrumentos que também são mencionados na Lei).

Os princípios que nortearam a discussão para a consolidação da proposta da Lei Geral foram: geração de emprego; distribuição de renda; redução da informalidade; incentivo ao crescimento das empresas; ampliação da competitividade; desenvolvimento da economia.

Aqui temos um histórico da aprovação da Lei Geral: *(Passa a ler.)*

"A Lei Geral foi uma iniciativa do Sebrae desde 2003, que, após ouvir mais de 6.000 empresários e líderes empresariais em todo o País, formatou uma proposta de anteprojeto dessa lei. O anteprojeto foi analisado pelo governo federal em 2004 e encaminhado ao Congresso no ano seguinte. No mês de abril de 2005 foi criada a Frente Empresarial, formada pelas Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio, da Agricultura, dos Transportes, de Jovens Empresários, de Dirigentes Lojistas, das Entidades de Micro e Pequenas Empresas, das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) e pelo Sebrae. A Frente Empresarial foi que liderou esse processo todo.

Mais de quatro mil pessoas, entre empresários e líderes, reuniram-se em Brasília, no dia 8 de junho de 2005, numa marcha que foi considerada um marco nas mobilizações pela aprovação da proposta da Lei Geral no Congresso Nacional. No dia 16 de novembro de 2005 a proposta da Lei Geral começou a tramitar oficialmente na Câmara dos Deputados, por meio do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar 123/04, unificando dezessete projetos que tramitavam na Casa tratando do mesmo tema". Então, a Lei Geral consolidou esses projetos que estavam tramitando numa única lei.

"Em 2006 a Lei Geral foi finalmente aprovada pelas duas Casas legislativas, e em 14 de dezembro de 2006 recebeu a sanção do presidente Lula, transformando-se na Lei Complementar 123/06."

Bom, aqui temos os artigos da Constituição Federal que deram embasamento para a criação da Lei Geral: o artigo 170 no seu inciso IX, o artigo 179 e o artigo 146, inciso III, letra d, que foi a Emenda nº 42 à Constituição. Isso é importante porque nesses dois artigos a redação é sutilmente diferente, mas com o mesmo objetivo. *(Continua lendo.)*

"Art. 170 A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País."

Vejam vocês que esse artigo fala somente em tratamento favorecido a empresas de pequeno porte, não fala em microempresa. Já o art. 179 é mais abrangente:

"Art. 179 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei."

O Art. 146 é o que dá mais sustentação ainda para a criação da Lei Geral (Lei 123/06). Diz o seguinte no seu inciso III:

"Art. 146 Cabe à lei complementar:

(...)

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

(...)

d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239." (Essa é uma redação dada pela emenda complementar)

"Parágrafo único - A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado que:

I - será opcional para o contribuinte;

II - poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado;

III - o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;

IV - a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.

Aqui nessas caixinhas temos os capítulos que formam a Lei Geral: disposição preliminar, limites de enquadramento da micro e pequena empresa, os impostos previstos no Simples Nacional, como se dá a inscrição e a baixa das micro e pequenas empresas, as relações de trabalho (a lei trouxe algumas inovações em relação a isso, manteve o que estava no estatuto e no Simples Federal), fiscalização orientadora (também teve mudanças aqui), benefícios para a micro e pequena empresa, regras civis, crédito, estimulação à inovação tecnológica, associativismo, acesso à Justiça, acesso a mercados, disposições finais, apoio e representação da micro e pequena empresa nos fóruns permanentes. Qualquer reivindicação ou qualquer discordância do que está na lei pode ser levado ao Fórum da Micro e Pequena Empresa.

Aqui temos os objetivos da Lei Geral: *(Continua lendo.)*

"Estabelecer um tratamento diferenciado e simplificado no âmbito da União, Estados, municípios e Distrito Federal; estimular a formação, a constituição, o funcionamento e o desenvolvimento das micro e pequenas empresas; racionalizar e simplificar procedimentos tributários por meio de recolhimento unificado de impostos e contribuições da União, dos Estados, dos municípios e do Distrito Federal por meio de um sistema único de arrecadação, de âmbito nacional, com repasse de receita automático e incondicionado aos entes federados."

Sobre isso a gente vai ver que tem um documento único que foi definido para recolhimento desses tributos e automaticamente feito o repasse para os Estados, municípios e Distrito Federal. *(Continua lendo.)*

"Criar cadastro integrado e unificado de dados e informações visando à desburocratização e simplificação da abertura, funcionamento e baixa de empresas."

Foi criado aqui um cadastro único integrado que vai compartilhar essas informações com outros órgãos no âmbito dos três Poderes. *(Continua lendo.)*

"Simplificar as relações de trabalho; facilitar o acesso ao crédito, a novos mercados e à tecnologia; e estimular o associativismo e a utilização de mediação e arbitragem na solução de conflitos."

O Estatuto Nacional das Micro e Pequenas Empresas, mais conhecido como Lei Geral, entrou em vigor em 15 de dezembro. Então, a partir do dia 15 de dezembro já temos dispositivos que podem ser utilizados. Algumas coisas precisam ser adequadas no âmbito dos governos municipal e estadual, mas há coisas que já podem ser colocadas em prática.

Aqui vemos o conceito de microempresa e de empresa de pequeno porte. É considerada microempresa aquela que tem uma receita bruta anual na faixa de zero a R\$ 240 mil, sendo igual ou inferior a R\$ 240 mil.

Nesse intervalo aqui *(aponta para a imagem)* temos três faixas com alíquotas diferenciadas, e considera-se empresa de pequeno porte aquela cuja receita bruta anual tem um teto máximo de R\$ 2,4 milhões.

A Lei Geral também estabelece tetos diferenciados para Estados e municípios exclusivamente para recolhimento de ICMS e ISS. É optativo para os Estados, eles podem adotar esse teto ou não.

Os Estados que têm a participação no PIB de até 1% poderão adotar o teto de R\$ 1,2 milhão. São onze Estados: Rondônia, Acre, Roraima, Amapá, Tocantins, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

Os Estados que têm uma participação no PIB entre 1% e 5% poderão adotar o teto máximo de R\$ 1,8 milhão. São também onze Estados: Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal.

A lei estadual de Santa Catarina já está no limite superior a 5%, está num teto de R\$ 2 milhões, e parece-me que vai ser mantido isso.

Os Estados com participação no PIB acima de 5%, teriam o teto máximo de R\$ 5 milhões, e são apenas cinco: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul.

Bem, vou passar agora para o Missiura, que vai fazer uma abordagem sobre a parte referente a tributos.

O SR. VALDIR MISSIURA - Boa-noite a todos.

Estamos numa expectativa, e não sei se o deputado vai trazer isso, porque hoje seria o limite do Estado de Santa Catarina para decretar o teto. Está previsto aqui que pode decretar até R\$ 1,8 milhão, já que o Estado de Santa Catarina está em R\$ 2,4 milhões, e vai depender, então, do decreto do nosso governador. Uma vez decretado para o Estado, assim seguem os municípios, e, claro, depois cada município vai ter uma lei complementar, para entrar em vigor.

(Continua a apresentação de imagens.)

Hoje temos impostos individuais, e com a simplificação da Lei Geral, vai ser um cadastro unificado. É lógico que quando se mexe com tributos, com datas, falta muito regulamentação, e sabemos que muitos estão com bastante expectativa devido a essas mudanças, mas estamos esclarecendo.

Benefícios da Lei Geral:

Cadastro sincronizado. Esses benefícios do cadastro sincronizado ainda dependem de uma regulamentação do próprio Comitê Gestor, e são vários itens que devem ser regulamentados. Hoje temos apenas cinco resoluções, sendo que as de número 1, 2 e 3 tratam das tabelas. A de número 4 veio no dia 30 agora, e foi publicada no dia 1º, e a de número 5 foi publicada também no dia 1º. Depois vamos ver isso.

Vistorias orientadoras. São realizadas após o início de operação do estabelecimento, quando a atividade, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento. É essa parte mais do início das atividades das empresas, e também vai precisar de resolução para que isso possa ser regulamentado. Se a empresa não tiver um grau de risco alto, poderá iniciar suas atividades; após isso, serão feitas as vistorias.

Desburocratização. A dispensa de visto do advogado, que hoje é solicitado, elimina excesso de reuniões e assembleias e dispensa publicações e averbações.

Contabilidade. A contabilidade também depende de resolução do Comitê Gestor. Os artigos 26 e 27 da Lei Geral tratam da contabilidade simplificada, mas até hoje os contadores têm dificuldades para definir o que é contabilidade simplificada.

Baixa. As empresas, mesmo estando inadimplentes, podem baixar. Elas tendo três anos de inadimplência podem fazer as baixas, mas isso não elimina a responsabilidade dos sócios pelos débitos, tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial. Falta, também, uma resolução sobre o assunto.

Pequeno empresário. Aqui define o que é pequeno empresário para fins do novo Código Civil. Hoje está bem claro: microempresário, até R\$ 240 mil; pequeno empresário, de R\$ 240 mil até R\$ 2,4 milhões.

Acesso à tecnologia. Utilização dos fundos tecnológicos; mínimo de 20% e capacitação tecnológica das micro e pequenas empresas e estímulo às incubadoras tecnológicas.

Acesso à Justiça. Hoje já existem as conciliações prévias, que foram mantidas. Então, a Lei Geral manteve nessa parte do estatuto o que já vinha se cumprindo em relação às micro e pequenas empresas, apenas está oficializando. Inclusive manteve a permissão para elas utilizarem os juizados especiais.

Exportação. Essa é a novidade. As nossas empresas estavam pagando impostos na exportação, e a partir da Lei Geral, elas também não mais incidirão os impostos. Portanto, terão que declarar a receita separadamente - vocês vão ver isso na Resolução nº 5.

A princípio, até o dia 14 estará na Internet o simulador da Receita Federal para que se possa simular o cálculo dos impostos. Vocês vão perceber que na Resolução nº 5 tem uma separação de todas as receitas. Para que a empresa possa ter benefícios, ela terá que separar as receitas, porque pode ter atividades mistas: indústria com serviço, comércio com serviços.

Crédito. O crédito das micro e pequenas empresas também será simulado. Houve fortalecimento das instituições de microfinanças - cooperativismo de crédito e assim por diante.

Quanto às licitações de compras governamentais, o critério de desempate a lei fixou agora: se uma pequena empresa concorrer com uma grande empresa numa licitação e a diferença for de 10%, a microempresa será favorecida no critério de desempate.

Compras até R\$ 80 mil vão se contempladas para as pequenas empresas, com cotas de 25% para todas as compras. Hoje, em média, os números chegam a 17%; então, tem um grande campo para ser implementado nas compras.

Está previsto na Lei que as grandes empresas vencedoras terão que subcontratar as pequenas empresas. Também está previsto um pagamento direto para a micro e pequena empresa.

A cédula de crédito microempresarial vai funcionar muito no caso de um grande contrato, de um contrato maior. Às vezes a pequena empresa não tem sustentação de crédito, e aí ela poderá utilizá-lo. Isso também vai ser regulamentado pelo Comitê Gestor.

Ampliação de mercado das compras governamentais. O mercado da micro e pequena empresa das compras do governo chegam hoje a R\$ 44 bilhões, e a intenção é chegar a R\$ 72 bilhões. Portanto, hoje está com 17% e quer chegar a 30%, embora a proposta esteja em 25%. Então, seria um incremento para as pequenas empresas em torno de R\$ 34 bilhões.

Quanto à tributação, será unificado o recolhimento desses impostos: IRPJ, IPI, Contribuição Social, Cofins, PIS, INSS do empregador, ICMS e ISS. Embora a lei entre em vigor no dia 1º de julho, os Estados ainda não regulamentaram. Portanto, o Simples vai entrar em vigor, ou seja, a Lei Geral entra em vigor independentemente da entrada do Estado ou não. Depois, daqueles Estados que não entraram, vai ser excluída do cálculo a parcela do Estado e do município. Mas a Lei entra em vigor.

Vai haver muitas dúvidas sobre a migração. A migração está bem definida na Resolução nº 4, ali diz quem pode entrar e quem não pode. A entrada é automática, todos que estão no Simples entrarão. Quem não quiser, terá que fazer um documento com a opção de não querer a entrada.

Agora, existem uns probleminhas: quem tiver pendências de qualquer ordem tributária nas esferas federal, estadual e municipal não poderá participar. Como se vai resolver isso? Pode parcelar os débitos que foram gerados até 31 de janeiro de 2006 em até 120 meses, com parcelas não inferiores a R\$ 100,00. O resto vai ter que pagar. Quanto a Estados e municípios, não sabemos, não está regulamentado ainda (o Simples), mas o federal já está regulamentado. Então, se alguém receber uma cartinha dizendo que não pode entrar no Simples quando da mudança, terá que conversar com o seu contador para ver como vai resolver.

Aqui na parte referente à tributação há mais o quê? Acesso aos já optantes pelo Simples Federal, rebate de substituição tributária e exportações. O que é rebate? É quando, naquelas compras de substituição tributária podemos compensar uma parte do imposto no recolhimento da guia. Já está regulamentado, é só uma questão de pagar as tabelas. E a exportação, então, passa a ser isenta.

Temos, ainda, a tributação pela receita recebida. Aqui tem opção, a Lei deixa bem claro que os dois critérios podem ser adotados: ou regime de caixa ou regime de competência, mas tem que ser o ano inteiro. Aí entra também o cálculo do tributo. A receita bruta do mês de julho terá que retroagir onze meses (inclui julho) e calcular a média. Então, mudou também, aquela tabela que vinha no Simples mudou. Portanto, vai ter que ir lá de novo na Resolução nº 5, na qual consta tudo isso aí.

Regimes de ICMS melhores serão mantidos na forma de resolução do Comitê Gestor. Como eu falei, o Comitê Gestor tem as datas. Cada ano, o governador terá que decretar o teto até o mês de outubro, para que vigore a partir do dia 1º de janeiro. Isso a partir do momento que deu entrada, e esse será o procedimento. O governador pode optar pelo teto fornecido pelo PIB ou pode manter a faixa dos R\$ 2,4 milhões. Ele tem as duas opções. Não pode reduzir, mas pode aumentar.

Aliquotas. Vocês lembram que a microempresa tinha uma taxa diferente na tabela. Agora temos: comércio (Anexo I), de 4% a 11,6%; indústria (Anexo II), de 4,5% a 12,1%. Aqui na indústria caiu 0,5% do IPI (está junto aqui). Essa foi uma pequena mudança em relação ao que existia. Fundo de Garantia: foi mantido o pagamento da recuperação dos impostos.

Os serviços têm três anexos: serviços I (Anexo III), de 6% a 17,42% (isso aí é para alguns tipos de prestadores de serviço); serviços II (Anexo IV), de 4,5% a 16,85%, mais os 20% da contribuição patronal. Então, cada caso terá que fazer a sua análise. Não tem como dizer como ficou cada um. Uma coisa é certa: pelos cálculos e estatísticas, quanto menor a empresa maior o benefício; quanto maior a empresa, que se aproxima dos R\$ 2,4 milhões, menor o benefício, ou pode até não tê-lo. Pode ser que alguns tipos de atividade tenham mudado de categoria, então o empresário vai ter que rever tudo isso.

Os serviços III (Anexo V), vão de 6% a 18,5%, mais 20% do INSS.

Os Anexos IV e V estão relacionados na nova lei. Se pegarem a nova lei, verão que estão relacionadas as atividades que podem ser enquadradas aqui.

Para valer a pena, nos Anexo IV e V a folha de pagamento tem que corresponder a 40%. O que se entende por folha de pagamento? Os salários, encargos de INSS e Fundo de Garantia, inclusive o Pró-Labore.

Aqui está a relação. Não vou ler por causa do tempo, mas aqui são as empresas que estão incluídas. As empresas em vermelho são do Anexo IV e as em lilás são do Anexo V.

Olhem aqui o que eu falei (*aponta para o gráfico*), quanto menor a receita da empresa... Empresa pequena, benefício grande, e empresa grande... Então, quanto mais se aproxima do teto, mais reduz os benefícios, e isso já acontece hoje.

Qual é a expectativa no caso da mudança da lei? No ano de 1996, quando foi lançado o Simples, a situação era essa (*aponta para a imagem*). Nós tínhamos 206 mil empresas com receita de R\$ 893 bilhões, que representavam 83,30%. No regime de lucro presumido havia 786 empresas com faturamento de R\$ 142 bilhões, que representavam 13,33%. No regime do Simples havia 2,35 milhões de empresas com receita declarada de R\$ 36 bilhões, representando 3,37%. Com a nova lei, em 1997, vejamos como as empresas mudaram o faturamento.

Então, aqui não dá para negar - são números reais da Receita Federal - que trouxe um grande benefício trocar de regime. Agora, só vamos saber quanto a partir do momento em que estudarmos toda a lei e fizermos as devidas adaptações.

Aqui temos a expectativa em relação ao emprego. De 1996 a 1998 foram criados 541 mil novos empregos, e aqui estão as empresas que geraram empregos. Vejam que as que tinham uma faixa de renda de até R\$ 60 mil tiveram uma variação de R\$ 194 mil, e quanto mais se aproximam do teto... Como eu disse, o objetivo da Lei Geral é o micro e o pequeno empresário.

Agora, claro, existem vários questionamentos, várias dúvidas que, vocês sabem, temos que estudar.

Olhem a representatividade do Simples nas receitas tributárias federais. Vejam que a receita total de R\$ 273 bilhões foi para R\$ 322 bilhões, que a receita do Simples passou de R\$ 8,41 bilhões para R\$ 10 bilhões, com a representatividade do Simples passando de 3,07% para 3,02%. Então, são muitas empresas, e se analisarmos em termos de impacto de dinheiro, de economia, não representa tanto; agora, em termos de emprego, é muito grande.

Aqui temos a regulamentação do Comitê Gestor, composto de vários órgãos. A presidência desse Comitê vai ser ou da Receita Federal ou da Secretaria de Receita Previdenciária. Na lei também consta anexo um decreto do Presidente, no qual consta a instituição do Comitê, cujos membros estão recebendo sugestões, através dos nossos fóruns, e regulamentando. Tem muitas resoluções que devem ser publicadas, mas por enquanto temos apenas cinco.

Próximos passos. Em relação às micro e pequenas empresas, os próximos passos são: conscientizar e disseminar, agir/pró-atividade e regulamentar a Lei Geral estadual e municipal, por isso estão aqui representantes de Estados e municípios buscando informações, porque, assim como nós temos dúvidas, os governadores, os prefeitos, os contadores, os empresários têm dúvidas. Todas as classes têm dúvidas.

Toda lei gera um certo desconforto, exige que a gente a estude, faça cálculos, teste-a e assim por diante, por isso apresentamos aqui um apanhado geral do que trata a Lei Geral. Vejam que a carga tributária é um item da Lei, e é composta por 89 artigos que tratam de várias ações dessa Lei. Então, temos sempre que olhar a lei como um todo, e em toda lei existe alguém que é mais favorecido, que é pouco favorecido e que não é favorecido. Isso é normal nas leis.

Muito obrigado.

O SR. GILSON ALBERTO DOS SANTOS - Pessoal, temos na tela o endereço eletrônico para quem quiser tirar alguma dúvida. E se depois do debate alguém quiser fazer algum questionamento, podem pedir auxílio por e-mail à Kátia Regina Rausch, gestora de Políticas Públicas do Sebrae e que tem um maior envolvimento em relação à Lei Geral, a mim e ao Onsi Rogério Branco, que estamos auxiliando a Kátia.

Estamos à disposição para esclarecer quaisquer questionamentos e dúvidas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Agradecemos ao Valdir e ao Gilson, que fizeram a apresentação.

Gostaríamos de registrar a presença dos vereadores Sérgio Hentz e José Luiz Perez, de São Lourenço do Oeste; do senhor João Carlos Tessaro, representando a Associação Comercial de União do Oeste; do senhor Edacir Dalpiaz, representando a Associação Comercial e Empresarial de Dionísio Cerqueira (SC) e Barracão (PR); do senhor Gelso Marchioro, representando a Associação de Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - Apaco; do senhor Rogério Maurer, presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Oeste e Meio-Oeste Catarinense - Setcom; do senhor Kleber Juriatti, presidente da Cooperfamiliar de Chapecó; do vereador Paulo Acélio Cezar, de Dionísio Cerqueira; do senhor Paulo Rodrigues da Silva, presidente da Cooperativa Central de Crédito Rural (Cresol) de Dionísio Cerqueira; do senhor Egon e do senhor Geovane Giebelmeir, ambos da Cresol Central.

Vamos abrir espaço para cinco inscrições da plenária, para perguntas, questionamentos, dúvidas.

O deputado Renato Hinnig sugeriu que se a Secretaria da Fazenda tiver alguma contribuição a fazer, que poderia ser agora.

Passamos, portanto, a palavra ao senhor Valdir Sebastiani.

O SR. VALDIR SEBASTIANI - Boa-noite aos componentes da mesa já nominados e a todos os presentes.

Em torno das 18h, o diretor de administração tributária ligou para mim e determinou que eu aqui viesse. Então, até as 18h eu não sabia de nada, só fiquei sabendo depois. Mas ele pediu que eu viesse aqui e passasse algumas mensagens e determinações do governo do Estado.

Em primeiro lugar, há um projeto de lei que está sendo encaminhado à Assembléia Legislativa que está recepcionando a lei complementar federal, e o governo já se posicionou que vai adotar o teto de R\$ 2, 4 milhões. Embora, pelo faturamento, o patamar pudesse ser um pouco abaixo, ele optou pelos R\$ 2,4 milhões, equalizando Santa Catarina com os demais Estados da região Sul.

Da mesma forma como na esfera federal, quem tem débitos não pode aderir ao Simples, então o Estado também está facultando um parcelamento em até 120 vezes. Porém aqui existe uma diferença com relação ao ponto de corte. Na esfera estadual, ao fazer a opção, o contribuinte terá que fazer esse parcelamento, e não tem necessidade de se dirigir até a repartição, pode fazer isso via sistema. Ele pega os débitos até o dia da opção, que vai ser durante o mês de julho. Então, até o dia da opção, ele pode parcelar os débitos em até 120 vezes via sistema.

Se a inclusão no Simples for negada por algum motivo, se ele não se enquadrar, esse parcelamento também será negado.

Então, os que já estão no Simples continuam, e quem quiser entrar, vai ter que fazer a sua opção.

Em termos gerais, essas foram as diretrizes que me foram passadas. Temos ainda muitas dúvidas que iremos esclarecer quando o regulamento for aprovado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Obrigado, Valdir, nosso gerente regional da Secretaria da Fazenda.

Abrimos espaço agora para as indagações da plenária. Solicito que quem for fazer uso da palavra informe o nome, o município de onde vem e a entidade que representa.

O SR. ROGÉRIO MAURER - Sou diretor executivo do Sindicato das Empresas de Transportes de cargas do Oeste e Meio-Oeste Catarinense (Setcom), com sede em Concórdia, e represento aqui o nosso presidente Tarcísio Vizzotto, que me deu essa difícil incumbência porque estou acompanhando o processo há algum tempo. Infelizmente, perdi a audiência do dia 18 em Florianópolis, pois não havia teto para aterrissar em função da neblina.

Nós temos um problema sério com a nova Lei Geral em relação às pequenas e microempresas do setor de transporte rodoviário de cargas. Foram feitas algumas simulações pelos contadores das nossas empresas, e quem está hoje no lucro real paga 17,35% de imposto, se tiver no lucro presumido, paga 13,66%. No Simples, hoje a empresa paga cerca de 8%, e se migrar para o Super Simples, varia entre 22% e 27%. Esses percentuais vêm das simulações feitas pelos contadores das empresas de transporte na região de Concórdia até Dionísio Cerqueira, onde está a nossa base. Então, o grande oeste e o meio-oeste estão nessa situação, e a nossa característica maior aqui são as micro e pequenas empresas de transporte rodoviário de cargas.

Uma outra questão é a incompatibilidade entre a Lei Geral e a lei vigente no Estado. Foi comentado isso lá em Florianópolis e foi uma surpresa para os deputados de Brasília, que não sabiam que no Estado estamos avançando já há algum tempo com relação aos créditos de ICMS.

Os artigos 23 e 24 da Lei Geral dizem que (as empresas) não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidas pelo Simples Nacional e não poderão utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal. Constatamos dois problemas aí: se o embarcador não puder se creditar, vai aumentar o seu custo, conseqüentemente, o nosso frete vai para o saco. E o mais grave: a lei estadual, chamada de Pró-Carga (e o deputado Hinnig a conhece muito bem, foi um dos que batalharam por ela), que veio para revitalizar o setor, e revitalizou-o comprovadamente com números, vai perder o seu efeito. Portanto, entendemos ser necessária uma mudança ou uma adequação dessa questão.

Por último, gostaria de sugerir que as empresas de transporte rodoviário de cargas que quiserem aderir ao Simples Nacional possam ter a oportunidade de ficar também no Simples Estadual, especialmente aquelas que fazem o transporte só dentro do Estado de Santa Catarina.

Eu não sei se juridicamente isso é possível ou não, mas deixo essa colocação. E como não sou contador, gostaria que os contadores me auxiliassem.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

E só aderir ao Simples Estadual.

Deixo essas questões, portanto, para serem avaliadas.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Mais alguém? Sugiro que as falas sejam feitas em blocos, para dar oportunidade a mais inscrições.

O SR. VEREADOR JOSÉ LUIZ PERES (São Lourenço do Oeste/SC) - Sou funcionário público e microempresário no setor de transporte, ponto central do debate lá em Florianópolis.

Pela Lei e pelas regras, nenhuma das micro e pequenas empresas do setor de transporte vai poder ficar no Simples, vai poder se enquadrar na Lei Geral da microempresa, porque vão ser prejudicadas em relação à questão tributária.

Quero discutir o Anexo V da Lei Geral, que diz que as empresas terão que ter 40% de folha de pagamento sobre a sua receita bruta para ficar com o enquadramento em relação aos percentuais da tabela do imposto. Se a empresa não tiver os 40% de folha de pagamento, sobe para 15% o imposto sobre o seu faturamento bruto. Então, fica praticamente inviável. Na lei atual o Simples era muito bom, mas na nova lei será impossível, ela vai prejudicar muito as empresas de transporte.

A Previdência Social usa a retenção de contribuições previdenciárias sobre a mão-de-obra nas prestadoras de serviço, e no transporte de passageiros ligados às prefeituras, principalmente o transporte escolar, a base de cálculo para retenção é 30%. Isso significa que 30% referem-se à mão-de-obra sobre a prestação de serviço no transporte; 70% dizem respeito ao custo.

A receita federal para o autônomo, tomando-se como base de cálculo o imposto de renda, que inclusive é retido na fonte, é 40%, o que significa que 60% referem-se a custo. Quanto à Previdência Social, a base de cálculo para a contribuição do transportador autônomo era 11,71%, hoje é 20%, o que significa que 80% referem-se a custo.

Na área de transporte, todo mundo sabe que 50 centavos por quilômetro rodado é custo só de óleo diesel. Então, o custo hoje do transporte chega a tranqüilamente 70%, 80% do faturamento, e daí é que tem que sair o salário do pessoal. Então, nessa relação o setor de transportes foi muito prejudicado.

A minha sugestão é colocar na lei federal o que significa a mão-de-obra em cima desse faturamento que a empresa tem, conforme esses exemplos que citei aqui. Quem sabe a base de cálculo para estabelecermos 40% da folha de salário teria que ser uma base de cálculo reduzida, a exemplo do que hoje a Previdência e a Receita Federal usam.

Então, esse Anexo V foi o que prejudicou o transporte. Mudando-se o Anexo V, quem sabe o transporte poderia ser enquadrado. Do jeito que está, infelizmente esse setor não foi ajudado, e pior: foi prejudicado por essa Lei Geral.

Obrigado.

O SR. AVACI GAZONI - Boa noite a todos.

Sou diretor, na região oeste, do Sescon (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis) de Santa Catarina, e temos debatido essa Lei 123 há mais de seis meses. Chegamos a muitas conclusões, e muitas vezes quebramos a cara.

Há poucos dias tivemos aqui em Chapecó uma palestra para os contadores (eu também sou contador, tenho uma empresa de contabilidade), quando foram apresentadas outras sugestões e dito que a Lei era diferente. Na quinta-feira, numa reunião em Florianópolis, onde aconteceu o encontro da mulher contabilista, fizemos a reunião do Sescon de Santa Catarina, e tive outra visão da Lei.

Então é difícil hoje a gente parar, pensar, como o Sebrae e a Fampesc estão colocando aí, que o profissional não precisa se preocupar, que o contador não precisa se preocupar. Temos que nos preocupar, sim, porque se no dia 1º de julho nós errarmos qualquer diferença, qualquer valor, mesmo que for R\$ 5,00 ou R\$ 10,00, seremos penalizados pelo nosso clientes.

Vejo que a preocupação é realmente em cima dos transportes. Por quê? Porque era um ramo beneficiado pelo Simples, hoje ele foi simplesmente cortado, porque não há como optar para o Super Simples.

Se hoje a empresa não tivesse 40% de folha de pagamento em cima do seu faturamento, porque a lei federal previa que 60% são considerados despesa... Com 40% de folha de pagamento, dava os 100%. Eram 60% do combustível e o restante. Então, não se teria mais empresa de transporte. A empresa de transporte dava graças a Deus que o Estado estava muito bem, com isso elas até ganhavam um pouquinho no óleo.

Há outro ponto também que a Lei deixa dúvida: a empresa de transporte de passageiro municipal pode optar pelo Simples? Vamos citar essas pequenas empresas de transporte escolar, que não podem fazer uma excursão de um município para outro mesmo tendo essa oportunidade. Não está incluído na Lei que elas possam, estão impedidas, então têm que entrar na informalidade. Então, temos que rever isso. Se vamos procurar sair da informalidade, vamos colocar muita gente também na informalidade. É o caso disso aí.

Se hoje o transporte de cargas deixar do Simples e partir para o lucro presumido, não será considerado uma prestação de serviço, seu faturamento, seu ganho, será enquadrado com 8%. Então, não vejo por que essa parte.

Eu queria ver com o Missiura a questão dos parcelamentos de previdência dos empregados, gostaria de saber se a parte do empregado pode ser parcelada.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

É uma apropriação indébita. Se deixaram de recolher, é uma apropriação indébita, não pode, mas existem dúvidas aí.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Vamos lá, deixe o colega fazer esses esclarecimentos.

O SR. AVACI GAZONI - Está bem.

Outra parte também é quanto às empresas que querem aderir. Acho que está muito bem esse Super Simples quanto ao comércio e à indústria, mas quem estiver com débito na receita federal previdenciária, vai ter dificuldade em saldar esse débito de fevereiro de 2006 até agora, porque só pode ser parcelado de janeiro para trás.

Então, acho que a Lei talvez beneficie um mas prejudique o outro. O que entendi é que quem estivesse no Simples teria pelo menos que continuar.

De minha parte, muito obrigado. O meu colega depois tem mais assuntos para reforçar em nível de contadores.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Nós vamos abrir mais um bloco. O pessoal da mesa e o Sebrae vão levantando questões, e se alguém aqui estiver apto a responder... O Cloir já se inscreveu aqui, portanto, concedo a palavra a ele.

O SR. CLOIR DASSOLER - Primeiro, quero dizer que a Fampesc, em momento algum, disse para as pessoas não pensarem. Ela disse para terem calma e analisarem com cuidado, porque a Lei continua, não acaba em julho. Então, podem optar em julho ou, quem ainda não está no sistema simplificado, pode esperar e optar em janeiro.

Quero parabenizar aqui o nosso governador, porque mais uma vez Santa Catarina sai na frente, chegando a R\$ 2,4 milhões e abrindo um parcelamento. Na Lei Geral, o vencimento, a competência é só até janeiro de 2006, e o governador abriu até agora 120 meses. Parabéns, portanto, ao nosso governador por isso.

Quanto ao crédito, que foi falado aqui, tenho dito que temos três problemas cruciais dentro da Lei Geral: o crédito, a questão das transportadoras e as gráficas, uma atividade que estamos esquecendo. As gráficas também são um problema muito sério

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

É, a questão do vinho também tem problema. Então, temos muito problema na questão transporte, mas existem outras atividades que também têm.

Com relação à questão do crédito, quero dizer para vocês o seguinte: os artigos 23 e 24 acabam com o crédito, certo? Levei vinte minutos na audiência pública em Florianópolis, Gilson, para explicar para o Paulo Okamoto, presidente do Sebrae nacional, como se fazia essa questão do crédito em Santa Catarina, e só o nosso Estado tem esse benefício. Ele entendeu, mas não entendeu, porque ele não entendia como uma empresa podia vender R\$ 10 mil, transferir R\$ 1.700,00 de crédito e pagar só, sei lá, R\$ 350,00 ou R\$ 400,00 para o governo. Ele não conseguia entender isso.

Aí, no meu ouvido, deputado, ele disse lá para mim o seguinte: "Nós não podíamos fazer uma lei especificamente para o Estado de Santa Catarina, a lei é nacional, Cloir." Eu respondi: É, presidente, mas Santa Catarina tem um problema, temos aqui instituições muito fortes, e o governador é muito bacana conosco, dá esses incentivos para a gente. E como vamos tratar isso?"

Então, é um problema muito sério, e estamos preocupados. Vamos convocar a comissão que foi criada na Assembléia Legislativa para discutir a questão do Comitê Gestor de Santa Catarina, e acho que devemos realmente instituir esse comitê para tratar desses assuntos.

Acredito, gente, na questão do crédito, que o nosso governador vai se sensibilizar - e está aqui o representante do governo, estão aqui os deputados que representam o governo do Estado. Acho que temos alternativas. Claro, tem o problema dos artigos 23 e 24, mas se vocês olharem o artigo 18, item XX, verão que tem um "escapezinho" lá que a gente pode de repente trabalhar. Alguns tributaristas dizem que não pode, outros dizem que pode, mas ainda temos uma carta na manga escondida, e numa dessas reuniões com o governador a gente pode dizer: "Governador, não dá por aqui porque realmente vamos infringir a questão da Lei Geral, mas dá por um outro lado, que não mexe aqui, a gente sabe por onde dá para fazer". Então, vamos ter que discutir com o governo.

Agora, com relação à questão do crédito, quero dizer que o governo, bem antes da Lei Geral, já havia solicitado reuniões com o Cofen, que é o Conselho das Federações, do qual faço parte, porque estava querendo cortar o crédito, porque isso é incentivo.

Só para vocês terem uma idéia, segundo dados que eu tenho da Secretaria da Fazenda (não sei se estão corretos, mas devem estar mais ou menos corretos), hoje as micro e pequenas empresas geram em Santa Catarina em torno de R\$ 200 milhões por ano de crédito e recolhem para o Estado em torno de R\$ 120 milhões. Então, o governo tem um furo de R\$ 80 milhões por ano.

Outro dia, numa reunião, eu disse para o representante da Secretaria da Fazenda que não é só essa questão, temos que trabalhar também o lado social, porque as micro e pequenas empresas geram isso.

Portanto, sobre a questão do crédito é isso que posso dizer para vocês. Estamos trabalhando... Há mais uma coisa, gente: menos de 2% das micro e pequenas empresas de Santa Catarina é que geram crédito, em torno de 1,8%. As outras não geram. Aí, você tem que brigar, ou briga por 98%, ou briga por 2%. Para onde se vai? A Fampesc fica meio que num barco, e o vento empurra para lá ou para cá? Qual a decisão que eu tomo? Então, é complicado!

Mas podem ter certeza de uma coisa: em momento algum estamos parados, estamos trabalhando com a questão do crédito. Na minha região, vocês não imaginam - eu, sendo presidente da Federação - o que a indústria de confecção bateu pesado em cima de mim lá. Eu disse: calma gente, calma aí que nós vamos trabalhar com o governador.

Quanto a transportes e gráficas, principalmente esses dois itens, porque tem outros, na audiência pública realizada em Florianópolis, eu pedi ao Paulo Okamoto e ao deputado José Pimentel que eles, como pessoas que trabalharam dentro da Lei Geral (o José Pimentel é o coordenador da Frente Parlamentar em Brasília) conversassem com o Comitê Gestor para que essas atividades fossem tiradas do Anexo V (porque sei que o Anexo V mata elas) e colocadas no Anexo III.

Aí, o Paulo Okamoto disse assim: Cloir, o Anexo III tem ISS. Eu disse: não tem problema, tira o ISS e bota o ICMS que está resolvido o problema! É muito fácil de resolver, precisa apenas de força política e força de vontade.

Agora, já fizemos a solicitação e estamos trabalhando. Talvez num primeiro momento possa não acontecer, mas num segundo momento vai acontecer, gente. Ninguém quer matar os transportadores, não, pelo contrário, temos que ajudá-los, principalmente aqueles que geram dois, três empregos. Pelo amor de Deus!

Eu estava em Capinzal hoje de manhã e disse: essa é a gente que eu quero ajudar, esse é o pessoal que a Fampesc quer ajudar, e vamos brigar por isso.

Acho que essas eram as duas questões que eu tinha que responder.

O SR. GILSON ALBERTO DOS SANTOS - Eu só quero repassar uma informação, porque houve alguns posicionamentos com relação a enquadramento.

O Sebrae comprou um *software* para fazer simulações, e no dia 14 ele estará sendo lançado em um evento lá em Florianópolis, na sede do Sebrae. A partir do dia 14, esse *software* estará disponível nos sites do Sebrae, do Sescon e da Facisc.

Então, é uma oportunidade para os empresários, os contabilistas fazerem a simulação e ver a questão do enquadramento das micro e pequenas empresas, seus clientes, enfim. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Mais alguém na mesa quer se manifestar?

Com a palavra o deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Meu boa-noite a todos e a todas. Quero cumprimentar os deputados Décio Góes, Sílvio Dreveck, Dirceu Dresch; o presidente da Fampesc; o nosso colega Valdir Sebastiani, gerente regional da Fazenda e os representantes do Sebrae.

Foi colocado pelo representante do setor de transporte que a lei, como está colocada, inviabiliza o enquadramento das empresas do setor de transporte no Simples Federal. Isso acontecendo, essas empresas vão ser enquadradas como contribuintes normais de ICMS, e, nessa condição, vão poder usufruir os benefícios do Pró-Carga, certo?

Vi alguns cálculos feitos pelo Bazzi, que é contador, os quais demonstravam, mesmo nessa opção, que as empresas de transporte vão ser prejudicadas, quer dizer, vão ter que recolher mais tributos. Então, é uma situação que realmente precisa ser debatida.

Na audiência do dia 18 esse assunto foi levantado, e formalizamos um pedido, através do nosso gabinete, ao Comitê Gestor do Ministério da Fazenda para que olhasse com atenção essa questão do setor de transporte.

O setor da vitivinicultura também está com problemas, e da forma como está colocado na lei, vai ser altamente prejudicado. Então, é uma outra questão que precisamos rapidamente equacionar.

Tem também a questão de uma empresa, situada aqui em Santa Catarina, que fabrica acendedores automáticos de fogão. Acho que é a única no Brasil que ainda fabrica esse tipo de produto, e também vai ficar fora do mercado. Portanto, é mais uma questão pontual que precisaria ser equacionada.

O Estado hoje, segundo a posição que o Valdir nos trouxe, já definiu que irá encaminhar à Assembleia Legislativa sua adesão aos termos da legislação do Simples Federal, com ampliação do limite para R\$ 2,4 milhões e a possibilidade de parcelamento, o que significa dizer que a partir do dia 1º de julho as microempresas não mais poderão transferir crédito como é a sistemática hoje.

Certamente, isso traz um assunto que ainda vai ter que ser debatido, e o ideal seria que a Fampesc, que representa o setor da micro e pequena empresa, provocasse esse debate com o Poder Executivo para que o projeto, quando for encaminhado para a Assembleia Legislativa, já esteja amadurecido nesse aspecto. Caso contrário, iremos ter um novo debate na Assembleia para definir isso, o que cria mais uma instância de discussão, que poderia ser abreviada com as tratativas junto ao governo. A Fampesc poderia conversar com os deputados e expor o posicionamento que está defendendo.

É importante este debate, e percebemos nessa segunda audiência que as coisas convergem, os problemas colocados são sempre reforçados. Outras coisas ainda vão surgir à medida que a lei, entrando em vigor, começar a ser praticada, e temos mecanismos para modernizar isso.

Foi levantada a possibilidade de criação de um comitê gestor estadual, e isso não tem previsão na lei, pelo que verifiquei. Talvez pudesse ser criada alguma coisa em nível estadual, só que não teria nenhum vínculo oficial com o Comitê Gestor federal. Teríamos que ver uma forma para fazer isso, portanto.

Repito que acho importante este debate, e espero que em cada audiência pública realizada se possa consolidar o entendimento de cada um e que a Assembleia Legislativa se posicione no sentido de fazer pressão junto ao Comitê Gestor federal para regularizar e resolver esses problemas que estão se apresentando.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Bom, pessoal, abrimos espaço para mais três perguntas da plenária, e talvez outros setores queiram se manifestar, já que ouvimos mais o pessoal do transporte.

Na audiência pública em Florianópolis, o grande debate também foi o problema do transporte. O próprio presidente do Sebrae e o Pimentel já levaram essa preocupação para Brasília. Como dizia o Cloir, talvez a decisão sobre essa questão seja do Comitê Gestor nacional.

Nós estamos aqui também, por que não temos essa informação, para discutir a geração de crédito e o repasse de ICMS de uma microempresa para uma grande empresa, tema que tem gerado grande tensão em alguns setores. Essa preocupação foi levada ao nosso gabinete, principalmente por parte da micro e pequena empresa que produz para a grande indústria ou repassa produtos para ela. Aí, há uma isenção de impostos e tal que não temos dimensão de quanto seja - esse volume de recursos e o número de empresas.

Essa é uma questão que só vamos ver quando a lei entrar em vigor, e aí, sim, vem o nosso papel de discutir isso dentro da Assembleia Legislativa e com o Estado. Também existem outros setores, como o do vinho, os quais, embora isso não seja tão pesado, têm essa preocupação.

O deputado Renato falava do Comitê Gestor de Santa Catarina, e isso não consta em lei. Em nível nacional existe o Comitê Gestor, e vários Estados, como Ceará e Maranhão, já criaram seu Comitê Gestor. Por que ele é importante? Justamente para fazer esse diálogo político entre governo, Assembleia, Sebrae, Federações e micro e pequenos empresários. A lei não é deste ou daquele partido, não é força política, é uma lei federal construída com muito esforço, um conjunto de projetos que foram trazidos para um projeto único que hoje virou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Está muito claro, eu próprio já falava isso no início, e existe uma abertura para discutir os problemas da Lei, porque ela não veio para excluir, é importante que isso fique entendido.

Agora, esse movimento - e por isso a iniciativa de se fazer audiências públicas - é para a Lei ficar mais forte, e se precisar mudá-la, vamos trabalhar com a perspectiva de mudança e também construir no Estado de Santa Catarina um processo de não-prejuízo dos micro e pequenos empresários na lei estadual.

Gostaria de registrar a presença de Arlindo Rama, presidente da Associação Comunitária de Chapecó; de Neuri Bianenin, representando a CDL de Arvoredo; de Paulo Rodrigues da Silva, presidente da Cooperativa Central de Crédito Rural de Dionísio Cerqueira; do vereador Claudeomiro Cerutti, presidente da Câmara Municipal de Ipumirim; do vereador João Valdomiro Nicodem, de Ipumirim; da senhora Sandra Bergamim, presidente da Cooperativa Regional de Agricultura Familiar e Produção de Leite de Cordilheira Alta; de Wilson Zarpelan, gerente regional de Negócios da Caixa Econômica Federal; e de Celso Galvan, superintendente regional do Besc.

Neste momento, vamos passar a palavra ao primeiro inscrito, senhor Valdir Bazzi, presidente do Sindicato Contabilista de Chapecó.

O SR. VALDIR BAZZI - Vou falar sobre um ponto que já foi abordado aqui, a carga tributária, que, de modo geral, diminui para as empresas de comércio e indústria a partir do faturamento de R\$ 700 mil, R\$ 800 mil. Se pegarmos uma empresa recém-aberta que fature R\$ 50 mil por mês, não vamos tributá-la pela primeira faixa, como era no passado, começamos já pela média de doze meses. Temos que multiplicar R\$ 50 mil por doze para situar onde essa empresa vai ser enquadrada, para então tributá-la.

Então, comparando com a situação anterior, não reduzimos, a não ser alguns décimos, a carga tributária nessa condição.

Para empresas já existentes, se compararmos o faturamento, antes, encerrava-se o ano e a empresa começava pela alíquota mínima, fosse ela micro ou pequena; hoje não, vai pela média dos últimos doze meses.

O Missiura falou que quando formos calcular o imposto em julho, vamos pegar a média de julho a junho, e não de julho a julho. É de julho do ano passado até junho deste ano. Então, pela média dos últimos doze meses é que vamos enquadrar a empresa na faixa correspondente. Se observarmos esse aspecto, também a redução de carga tributária é muito insignificante. Alguma coisa razoável ficaria a partir de R\$ 800 mil ou R\$ 900 mil de faturamento, e não é grande o número de empresas que se situa aí.

Em relação à transferência de crédito, é sério realmente o problema. Para exemplificar, existem cerca de vinte empresas produtoras de móveis em Coronel Freitas, cidade onde estou localizado, que vendem muito para redes, empresas de porte maior, que necessitam de crédito de ICMS, e se elas forem tributadas pelo lucro presumido, deixam de transferir o crédito de 17 dentro do Estado ou de 12 para fora - é muito comum a indústria moveleira da minha cidade vender muito para o Rio Grande do Sul.

Se a empresa for tributada pelo lucro real, além dos 12% de ICMS, ela deixa de transferir crédito relativo ao PIS e Cofins de 9.25%, e lá se vão 21%. Se for dentro do Estado, os 17% de ICMS mais 9.25% de PIS e Cofins representam 26.25%.

O deputado Renato pode me dizer "Não, mas essas empresas vão ter que trabalhar com desconto", acontece que elas já trabalham com desconto na venda de seus produtos com base nessa carga tributária que elas têm hoje.

Então, se essas empresas tiverem que pensar nos 25% e 26%, ou 21% para fora do Estado, estão fora do mercado. Não há como conceder crédito dessa natureza, e ninguém vai comprar de uma empresa do Simples que não transfira crédito.

Tenho um ponto de vista diferente, não entendo isso como uma transferência de crédito, porque não é uma transferência. O PIS e Cofins, principalmente, são créditos que a empresa tributada pelo lucro real têm direito a comprar de uma empresa. Então, de modo geral, mesmo nos prestadores de serviço... Vamos supor que alguém preste serviço para a Sadia e ela não tem direito a transferir; se a Sadia não tem o direito de creditar PIS e Cofins para o prestador de serviço, está fora do mercado. Não vai haver interesse de uma empresa tributada pelo lucro real em contratar serviço que não gere crédito para o PIS e Cofins, se assim for confirmado, como está no artigo 23.

Quanto à área de transporte, já foi mencionado aqui que não há como optar pelo Simples Nacional, porque se uma empresa de transporte de carga tiver 40% de folha, é suicídio, ela não pode ter mais que 8% ou 9% de folha de pagamento mais encargos. Então, ela está fora do Simples Nacional, a não ser que se sujeite pagar 15%, porque estando abaixo de 30 e alguma coisa já pega alíquota de 15%.

Na área estadual ela está fora porque, pelo Anexo V, não há como se beneficiar do recolhimento de ICMS.

Tenho dois exemplos bem práticos aqui: uma pequena empresa com faturamento de R\$ 236 mil de janeiro a abril, pagou no Simples R\$ 5.359,00. Outra forma mais barata seria no Pró-Carga, aí ela teria pagado vinte mil cento e poucos reais, o que significa aproximadamente 300% a mais. Um outra empresa pequena que faturou R\$ 126 mil nos primeiros quatro meses, pagou R\$ 1.756,00 de Simples Estadual. No Pró-Carga, que seria outra forma mais econômica, ela teria pagado R\$ 9.054,00. São nada mais nada menos que 415% de aumento; então, está fora do mercado.

Além disso, o transporte de passageiro intermunicipal está fora, está impedido pelo dispositivo da lei.

Então, a par daquilo que foi comentado de bom que tem a lei, e concordo com o presidente da Fampesc nesse aspecto, há essas questões que precisam ser tratadas urgentemente, e, felizmente, temos a preocupação da Fampesc nesse sentido.

Além disso, quem estava, por exemplo, como prestador de serviço - e vamos dar o exemplo de processamento de dados -, hoje vai para o Anexo V e também está inviabilizado, não pode optar pelo Simples porque a carga tributária vai subir substancialmente, uma vez que não tem esses 40% de folha mais encargos para se beneficiar da tabela do Anexo V.

Não é para defender a nossa área, mas a área de contabilidade também vai ter um percentual insignificante de escritórios que possam optar pelo Simples, já que aí também há exigência de 40% de folha mais encargos para poder optar pela tabela.

Então, o segmento também está fora, além de outras atividades que antes podiam utilizar a tabela como prestadoras de serviço e hoje, se foram jogadas para o Anexo V, estão totalmente alijadas desse processo.

O SR. LIZEU MAZZIONI - Sou assessor parlamentar da senadora Ideli Salvatti, e cumprimento todos pela presença.

Gostaria de acrescentar minha opinião no sentido de que precisamos ver a Lei Geral como um momento em que no País se conseguiu unificar um grande pacto político para aprovar uma lei de unificação tributária de incentivos ao pequeno negócio.

Tem sido difícil, ao longo da história do País, construir uma maioria política para aprovar uma lei nessa direção, por isso quero parabenizar a Assembléia Legislativa, os deputados, que tiveram essa iniciativa e que agora trazem também a iniciativa do governador.

Gostaria de ressaltar a importância dos vereadores, dos prefeitos (e vejo aqui também o Paulo, secretário executivo da Ameosc) para que se façam leis estaduais e municipais no sentido de efetivamente ampliar esse movimento. Acho que esse é o desafio: construir no País um entendimento para que Estados e municípios possam dar amplitude aos ganhos que a Lei traz e, nesse aspecto, registrar a quantidade de novos empreendimentos que podem ser beneficiados no Simples, justamente no Anexo V, que abre a porteira para um leque grande de empreendimentos que poderão ser beneficiados por uma lei na qual anteriormente não podiam entrar, embora tenha ficado, como foi levantado aqui, essa questão do percentual da folha de pessoal.

Por que colocar para 25%, para 30% da folha de pessoal, percentuais diferentes? Temos que encontrar o espírito do legislador, buscar a origem desse entendimento. Talvez, o passo adiante seja tirar esse critério da folha de pessoal e resolver.

Portanto, acho que temos que ver isso como um movimento do ponto de vista do País, ter um avanço na questão tributária. Também temos que começar a discutir aquele encontro do presidente com os governadores, no qual surgiu a proposta da criação do IVA federal e do IVA estadual, unificando os impostos que incidem sobre a produção e a circulação de mercadorias, no caso da Cofins, do PIS, do ICMS, do IPI, do ISS e da Cide sobre combustíveis.

A verdade é que o Simples é um sistema diferente do normal. Então, tem dois sistemas convivendo, e em alguns pontos vão ter atrito, contradição.

Acho, portanto, que esse é o movimento em que nós temos que acreditar, e quero parabenizar a Assembléia Legislativa, especialmente a Comissão de Economia, os deputados Sílvio e Dirceu, por essa iniciativa, que tem provocado essa necessidade de tanto o governador como os prefeitos regulamentarem e fazerem suas leis.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Não havendo mais quem queira se manifestar, os integrantes da mesa irão fazer as suas considerações.

Antes, gostaria de registrar um documento do Sebrae chamado "Guia do Prefeito Empreendedor - como e por que implantar a Lei Geral nos municípios". Temos cinco cópias aqui, e se os prefeitos ou vice-prefeitos quiserem essas cópias, elas estarão à disposição.

Passo a palavra ao Cloir, que quer falar sobre o que foi levantado aqui na área da contabilidade.

O SR. CLOIR DASSOLER - E, a área contábil está complicando bastante. Mas, primeiro, quero responder ao deputado Renato que já foi constituída a comissão.

Uma das coisas que eu pedi no início ao deputado Dirceu foi que já na próxima semana marcássemos uma reunião da comissão que foi constituída lá em Florianópolis para começarmos a discutir essas questões do nosso Estado, que são diferentes das dos outros Estados.

Provavelmente, na semana que vem já teremos a primeira reunião. O governo também faz parte da comissão e vai estar inserido nessas primeiras reuniões, para começarmos a discutir isso, que é realmente uma preocupação nossa, não somente da Fampesc. Todas as federações do Estado de Santa Catarina (e já falei no início sobre o Confem, do qual fazem parte sete federações) estão muito preocupadas e estão trabalhando. Então, não é uma questão somente da Fampesc. Por ser a federação das micro e pequenas empresas, a Fampesc está saindo a campo e tentando, de alguma forma, buscar mais subsídios.

Com relação ao que foi levantado pelo meu amigo aqui do escritório de contabilidade (também sou contador, tenho uma empresa em Criciúma), realmente os escritórios de contabilidade tiveram problemas, mas temos que entender que as empresas de serviço contábil não estavam contempladas na lei anterior, foram contempladas agora.

Então, elas têm que analisar: vale a pena entrar? Não. Então, vou ficar como estou. Se vale a pena, eu entro; se não vale, fico de fora. Não existe parâmetro nenhum para você fazer essa análise, pelo menos num primeiro momento. Foi aquilo a que eu me referi no início: nessas atividades tem que se ter calma. Vamos com calma que a gente resolve lá na frente.

Falou-se aqui também sobre a adesão dos municípios. Eu brinquei, deputado Renato, com o Antonelli, prefeito de Criciúma, meu particular amigo e um grande profissional na área médica, quando, num evento que teve lá, ele disse no meu ouvido: eu não vou aderir! Aí eu disse para ele assim: não tem problema, Içara, Siderópolis, Nova Veneza vão aderir, a região toda vai aderir, e quando eu disser na imprensa que só Criciúma não tem, todas as empresas vão para essas cidades e você fica sem nada aqui. Ele olhou para mim e disse: é, tu tens razão.

Portanto, começa por aí. Acho que não é assim, nós temos que realmente discutir toda essa situação.

Sobre não haver ganhos nas empresas menores, eu estou com a tabela aqui: até R\$ 120 mil (me ajudem os palestrantes) são 4%, de R\$ 120 mil até R\$ 240 mil são 5,47%. Analisem Santa Catarina, gente! Mais ou menos 80% das empresas em Santa Catarina são microempresas, que vão faturar até R\$ 240 mil, não vai passar disso. Então, estão favorecendo esse povo.

Se analisarmos os 4% e descontarmos o ICMS, que é 1,25%, caímos para 2,75%. Se analisarmos como era antes, quando essa tabela ficava na faixa de 4% e não tinha o ICMS, que nessa faixa até R\$ 120 mil dava em torno de 2%... Nós teríamos uma carga tributária nessa faixa que chegaria a 5,5%, por aí, hoje vamos ter uma carga tributária de 4%. Portanto, tem favorecimento também, acredito que tem.

Então, há ganhos no Anexo I, no Anexo II, que é a indústria, e no Anexo III também. Essas coisas a gente tem que analisar bastante.

Em termos de resposta, deputado, acho era mais ou menos isso.

Uma outra preocupação que eu anotei aqui e que passou batida é que a indústria com IPI acima de 20% está fora também, gente! Isso também é um problema. Quem tem IPI acima de 20% está fora, não pode ser incluído. Essas coisas têm que ser analisadas, e acho que nós não comentamos isso aqui hoje. É mais um item que tem que ser analisado, discutido com o Comitê Gestor nacional.

Lembro que o deputado Renato, em Florianópolis, levantou o problema do pessoal de Blumenau em relação aos cristais, porque os cristais têm IPI alto, não é? Então, estão fora!

São muitas coisas que têm que ser tratadas, vocês nem imaginam quanta coisa nós temos que tratar ainda dentro dessa Lei Geral. Mas é uma preocupação nossa, e estamos realmente trabalhando nisso.

O SR. ÊNIO ALBERTON PARMEGGIANI - Também queremos agradecer a oportunidade que a Assembléia nos dá e enaltecer a participação de todos que se envolveram no processo de construção dessa lei, informando que existe um canal de comunicação do Sebrae sobre a questão do Comitê Gestor nacional.

Entendemos que essa oportunidade de conexão com o mundo real da nossa região é muito importante, por conta que as maiores preocupações que nos passavam esses dias todos era justamente que os empreendedores, os contadores, enfim, não tinham uma ressonância. A gente não tinha como chegar a eles nem como encaminhar a não ser na linha do Comitê Gestor nacional. Então, essa iniciativa de organização no Estado é importante.

O *software* acabou atrasando um pouquinho, mas estará à disposição já no dia 14. É importante que se façam as simulações, e nós, do Sebrae, estamos à disposição para prestar qualquer informação.

Queremos agradecer mais uma vez e desejar uma jornada profícua nas próximas cidades onde a Assembléia vai executar essa ação também.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Concedo a palavra ao deputado Décio Góes, que esperou até agora para falar.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Antes de me despedir, quero saudar todos que participaram dessa bela audiência, parabenizar a Comissão de Economia, a Subcomissão e agradecer a todos que participaram deste evento.

A lei é uma realidade, não tem essa de aderir ou não aderir, nós vamos ter que aderir. E esse movimento, a partir dessas assembleias, já começa a dar resultado à medida que o governador se prontifica a avançar e mandar a lei para a Assembléia. Nós temos que conseguir do governador o grupo gestor estadual, que, embora formalmente não tenha ligação com o nacional, será um canal para institucionalizar esse debate e a gente poder avançar nessas dificuldades que foram apontadas.

Agora, não resta dúvida que o espírito da lei é o da desburocratização, da desoneração, de criar incentivos. Só na área governamental, tem um mercado amplo que se abre, e imagino quantos setores poderão ser incluídos. É um processo de inclusão empresarial, né?

Quanto que a gente conhece que têm dificuldades porque trabalham na ilegalidade, e isso traz um conjunto de problemas, que agora vão poder ser incluídos.

Então, é um grande avanço, e vamos aperfeiçoar fazendo, não tem outra maneira, porque muda a lógica. Então, vamos ter que fazer esse aperfeiçoamento fazendo. E com os Comitês nacional e estadual, tenho certeza que vamos adquirir esse instrumento de poder aperfeiçoar fazendo.

Boa-noite e obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Sobre essa comissão que o Clóir falou antes, gostaria de dizer que um dos encaminhamentos tirados da audiência pública realizada em Florianópolis foi criar uma comissão de trabalho para encaminhar a questão do Comitê Gestor, trabalhar nessa perspectiva. Estávamos aqui conversando, e havia conversado com o deputado Renato antes, sobre fazermos uma reunião em Florianópolis para discutir esses encaminhamentos, provavelmente na semana que vem, incluindo a própria lei que vem para o Estado.

Uma outra questão importante que está na Lei diz respeito às compras governamentais, e vários vereadores nos procuraram porque querem debater isso. Querem criar a lei municipal (por exemplo, Joinville e outros municípios) das compras governamentais também. Então, o município pode criar leis (e temos a presença aqui do vereador de Chapecó, Marcelino Chiarello).

A idéia é promover na semana que vem, logo após o término dessas audiências públicas, um grande seminário, um grande evento estadual sobre compras governamentais, que é um dos temas da Lei Geral para incentivar as compras públicas pelos municípios.

Passo a palavra para as suas considerações finais ao senhor Clóir.

O SR. CLOIR DASSOLER - Gostaria de chamar atenção para mais um item: exportação. E não esqueçam que sobre ela tem que se pagar imposto de renda e contribuição social. Não se esqueçam disso.

Quero agradecer mais uma vez a Chapecó e a toda essa região; aos nossos palestrantes; ao pessoal do Sebrae pelo apoio que nos tem dado; à Assembléia Legislativa; à Comissão de Economia; à Subcomissão, que realmente tem feito todos os esforços no sentido de disseminar essas informações no Estado.

Amanhã iremos para Lages, depois iremos para Joinville, Blumenau e Criciúma, e hoje pedi mais três, vamos brigar lá na Assembléia por mais três audiências, porque tem outras regiões que estão dizendo "Como é, aqui não vem?" Eu respondi: "Calma, gente! Calma que estamos começando agora!"

Deixo um abraço da Fampesc ao município de Chapecó e aproveito para registrar um pedido do presidente da Fampesc sobre a situação de uma entidade de micro e pequena empresa aqui. Eu não sei como está a situação dela, porque assumi agora em fevereiro e ainda não tive tempo para ver tudo, mas os empresários podem se organizar e verificar a situação dessa entidade, que vamos levantar novamente.

Nós viemos para cá junto com a Assembléia, com o Sebrae, e não temos uma entidade nossa aqui que poderia nos auxiliar, diferentemente de hoje pela manhã em Capinzal, que tem uma entidade que nos ajudou, diferentemente de amanhã em Lages, que também tem uma entidade que está nos ajudando, assim como Joinville, Blumenau, Criciúma. Aqui nós não temos.

Então, quem sabe hoje sai daqui um grupo de empresários, quem sabe os transportadores, que estão aí com um problema sério, poderiam encabeçar um movimento. Vamos pegar essa entidade e resgatá-la, vamos trabalhar. É por aí que começa. Temos que estar unidos, somente assim conseguiremos alguma coisa, senão vai ser muito difícil. Isso é o que a Fampesc prega e é isso que ela está fazendo.

De uma coisa podem ter certeza: jamais, em momento algum, vocês vão ver este presidente dizer assim: "Larguei a toalha e não ajudo a micro e pequena empresa." Não, vou até o fim, doa a quem doer. Em Florianópolis, muitas vezes me chamam de chato, mas não tem problema, sou assim mesmo.

Muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Também gostaria de agradecer a todos que atenderam ao nosso pedido e se fizeram presentes.

Com a palavra o presidente da Comissão de Economia, deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, deputado Dirceu.

De um modo muito especial, quero agradecer mais uma vez a todos aqui. Um grande avanço nosso, Clóir, foi tomar a iniciativa de permitir as manifestações que estão ocorrendo, sejam elas pontuais ou não. Tem coisas boas na Lei? Tem. Tem coisas pontuais? Tem e que são problemas, alguns em Santa Catarina, outros em âmbito nacional.

Se nós continuarmos com essas audiências públicas, nas quais as pessoas podem trazer para nós os problemas... Temos uma responsabilidade grande: mobilização federal e estadual. Temos algumas coisas para as quais o Estado pode colaborar, temos outras que dependem do governo federal, e aí vamos ter que nos aliar com os nossos deputados federais, para que eles também possam atuar em Brasília e ver o que pode ser aperfeiçoado na Lei.

Mais uma vez, agradeço às entidades aqui presentes; aos vereadores; aos prefeitos; às lideranças; aos empresários; à imprensa; ao deputado Décio Góes; ao deputado Renato Hinnig; ao batalhador deputado Dirceu Dresch, que assumiu desde o início e com dedicação essa Subcomissão, que vem se empenhando nesse trabalho; ao Clóir, da Fampesc; ao Parmeggiani, do Sebrae; aos palestrantes; ao Valdir, aqui representando o governo. E não podemos deixar de agradecer aos funcionários da Assembléia. Se eles não estivessem nos acompanhando e nos ajudando, certamente não estaríamos aqui.

Muito obrigado a todos, um bom descanso e um abraço. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Dirceu Dresch) - Os materiais que vocês precisarem estarão à disposição na Assembléia, no nosso gabinete, para vocês tirarem suas dúvidas sobre a Lei e os relatórios.

Está encerrada a reunião.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER PARA DISCUTIR SOBRE A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO DO ADOLESCENTE NO TRABALHO DE SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2007, ÀS 10H, NO PLENARINHO DA ALESC

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Bom-dia a todos.

Damos por aberta a audiência pública da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher sobre o dia 12 de junho, Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, atendendo requerimento do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Santa Catarina.

Convidamos para compor a mesa o senhor Gilberto Polli, coordenador estadual do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público de Santa Catarina; a senhora Alice Sônego Borner, procuradora do Trabalho, representando o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Santa Catarina; o senhor Odilon Silva, delegado regional do Trabalho; a senhora Helen Cristine Sanches, do Fórum pelo Fim da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Santa Catarina; a senhora Nilda Dagostini, representando a senhora Dalva De Luca, secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação; o senhor Acir Alfredo Hack, do Ministério Público do Trabalho; e a senhora Viviane Colucci, do Tribunal Regional do Trabalho.

Gostaria de registrar a presença da senhora Elaine Paes e Lima, representando o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente; do senhor André Viana Custódio, representando a Unesc; do senhor Carlos Alberto Veloso, coordenador do Peti de Florianópolis, representando a Secretaria de Assistência Social de Florianópolis; do senhor Cleber Daniel de Faria, representando a Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis; da senhora Marilene Ribeiro Messa, representando a gerência do Senac Social de São José; da senhora Maria Aparecida Berreta, do Conselho Municipal de Educação de Palhoça; e do senhor Jenilson Domingos, representando a comunidade indígena da Grande Florianópolis.

Inicialmente, senhoras e senhores, eu quero parabenizar o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador de Santa Catarina pelo espetacular trabalho que vem desenvolvendo no sentido de combater o trabalho infantil.

Ontem, uma senadora do Norte do país expôs não só o trabalho infantil familiar, a criança ajudando na lavoura, enfim, mas também coisas horrosas sobre minas, casos de crianças com os pulmões completamente comprometidos em virtude da queima de carvão e outras barbaridades.

Quero dizer que em relação a isso somos todos responsáveis, não só os políticos, os parlamentares, mas a sociedade como um todo. E creio que seja para este fim que estamos aqui hoje: lutar, como há tantos anos vimos lutando, para acabar com o trabalho infantil. Mas acho que também falta um pouco de vontade política nisso aí, porque se a televisão chega a expor o que expõe é porque está ali; não acaba com isso porque às vezes não convém acabar. Mas tenho certeza de que aqui lutaremos para que isso tudo venha a ser exterminado, pelo menos no Estado de Santa Catarina.

Sobre o trabalho doméstico, ontem também foram mostradas na televisão coisas horrosas. Na agricultura, crianças com problemas de saúde pelo contato com o agrotóxico - e quero salientar aqui a parceria da Associação João Paulo II com a Organização Internacional do Trabalho, que estudam as piores formas de trabalho desenvolvidas no Brasil e no nosso Estado.

Convido para fazer uso da palavra a doutora Alice Sônego Borner.

A SRA. ALICE SÔNEGO BÖRNER - Eu gostaria de cumprimentar os membros da mesa na pessoa da deputada Ada De Luca, presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, agradecendo, desde já, pela oportunidade que está sendo dada ao Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e à sociedade para que seja discutida a questão referente ao trabalho infantil no Estado de Santa Catarina.

Quero cumprimentar os demais presentes na pessoa do senhor Miguel Minguillo, da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, que é nosso parceiro de anos no Fórum; e o professor André Viana Custódio, que também desde o início do Fórum tem participado de todas as atividades e hoje faz parte, através do Instituto Ócio Criativo, da coordenação colegiada do Fórum.

Há poucos dias eu estava lendo Adélia Prado e me chamou a atenção a seguinte frase: que toda e qualquer lei só contribui efetivamente para a humanidade se estiver escrita no coração. Realmente isso me chamou muito a atenção, porque, de fato, apenas saber que todas as crianças e adolescentes têm prioridade absoluta como dispõe o artigo 227 da Constituição Federal é muito pouco.

É muito difícil conceder igualdade àqueles que julgamos não ser iguais a nós. Quando acreditamos em mitos como o de que a exploração do trabalho tem que ser considerada um fator positivo no caso de crianças que vivem em condições de pobreza e de risco social, ou, no caso, que é melhor a criança trabalhar do que ficar na rua exposta ao crime, aos maus costumes, estamos ignorando o fato de que elas trabalham em condições desfavoráveis, pagam com o próprio corpo, porque carregam peso excessivo, são submetidas a ambientes nocivos a sua saúde, vivem na rua ou se entregam à exploração sexual. E aí a gente fica pensando: será que concedemos a essa criança ou a esse adolescente um tratamento justo quando já o julgamos em nosso íntimo, aceitando a violação de seus direitos como se isso fosse natural?

Acreditar que todas as crianças e adolescentes, sendo nossos filhos ou não, têm os mesmos sonhos, os mesmos desejos, os mesmos medos, esperanças e aspirações é fazer a nossa parte no sentido de assegurar um novo mundo mais justo e mais igualitário.

O princípio da proteção integral exige da família, da sociedade e do estado que suas crianças e adolescentes tenham oportunidades iguais em desenvolvimento psicológico, físico e social, incluindo aí a educação e a real oportunidade de um emprego descente, não que seja oferecido a elas um atalho para garantir a sua cidadania.

O Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher propuseram esta audiência pública para marcar o dia 12 de junho, Dia Mundial de Luta contra o Trabalho Infantil, como o dia de tolerância contra essa chaga social que vem envergonhando a nossa pátria, o nosso Estado.

O que queremos com esta audiência pública é que os Poderes Executivo e Legislativo de Santa Catarina assumam os seus compromissos de implementação de políticas públicas e disponibilização de recursos orçamentários para atender essas crianças e esses adolescentes.

Eu falo isso porque a destinação orçamentária de um milhão de reais (valor absolutamente irrisório) para atender todo o Estado nas ações de média complexidade, que incluem abordagem de rua, cuidados no domicílio, programa de erradicação do trabalho infantil, crianças vítimas de exploração sexual, plantão social e programa de orientação sócio-familiar, ainda não saiu do papel, o que significa dizer que não há um real sequer para atendimento das crianças, dos adolescentes e das suas famílias.

Nesta manhã, o Fórum propõe uma reflexão sobre a infância no Estado, especialmente essa infância roubada pela exploração do trabalho. Que ao final dessa reflexão tenhamos como fruto encaminhamentos que oportunizem a prevenção e a restituição dos direitos violados.

O Fórum entende que o trabalho infantil e a falta de oportunidades para a profissionalização de adolescentes pode ser melhor externada pelos protagonistas dessa luta. Por isso, preferimos dividir a nossa fala com uma adolescente que faz parte do Centro Cultural Escrava Anastácia, a Aline.

A SRTA. ALINE FRANCO DE LIMA - Bom-dia a todos.

Sou do projeto Aroeira, onde estudo, trabalho e faço um curso de atendimento ao público. Para mim, o projeto Aroeira foi muito importante, porque eu ganhei a minha filha em dezembro e estava desempregada, não tinha serviço. Em janeiro, comecei o curso e dois meses depois comecei a trabalhar ali dentro. Agora eu tenho a minha renda. Como todos sabem, o projeto já está no fim, vou ter que batalhar atrás de um serviço melhor. Já trabalhei em vários outros ramos. Eu lembro que quando era mais nova trabalhava à noite num bar. O dono não assinou a minha carteira, ficou enrolando e eu tive que sair, teve até fiscalização lá. Trabalhei em várias outras coisas, fiz faxina, fui diarista e até limpei quintal.

Sou a mais velha de oito irmãos. A minha mãe também é diarista e o meu pai era carpinteiro. Sempre trabalhamos. Dificuldades todos têm, ainda mais quem tem muitos filhos. A gente teve que se virar muito cedo. Os meus pais nunca deixaram faltar o pão, mas tudo o que a gente queria, como um tênis, uma roupa diferente, a gente tinha que batalhar para conseguir. Os nossos pais sempre nos ensinaram que se quiséssemos alguma coisa teríamos que trabalhar para isso. Eu parei de estudar na 8ª série e como fui para o Aroeira, que exige que a pessoa estude, eu estudo lá dentro. A minha jornada é toda dentro do projeto Aroeira. Às vezes, eu fico pensando como vou seguir em frente sem o projeto Aroeira, porque ali eu posso levar a minha filha quando não tem creche. Em outro serviço jamais vão admitir isso. Vai ser um dia perdido, porque eu não tenho com quem deixá-la. Ali eu posso levá-la, posso trabalhar e continuar estudando - faço curso de manhã, trabalho e estudo à tarde.

É assim, a gente tem que seguir sempre em frente, de um jeito ou de outro! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com a palavra a doutora Helen Cristine Sanches, do Fórum pelo Fim da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Santa Catarina.

A SRA. HELEN CRISTINE SANCHES - Bom-dia a todos e a todas.

Eu gostaria de cumprimentar os integrantes desta mesa de honra, a deputada Ada De Luca, a doutora Alice, procuradora do Trabalho, as demais autoridades já citadas e, em especial, todos os integrantes de organizações não-governamentais e conselheiros tutelares dos Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente.

Felizmente, sempre nos encontramos em eventos como este. Somos poucos ainda, mas é através dessa união de esforços, dessa conjugação de compromissos que vamos conseguir avançar. É com essa demonstração de que nós estamos de fato interessados, extremamente preocupados com a causa da criança e do adolescente, seja no trabalho infantil, seja na exploração sexual, na violação de direitos, que podemos avançar e mudar um pouco a realidade dessa população infanto-juvenil, mesmo depois de dezesseis anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e, aproximadamente, vinte anos da Constituição Federal de 1988, a constituição dita cidadã, que implantou um modelo que na prática pouco melhorou a condição de vida dessas crianças e desses adolescentes ditos excluídos, à margem de todo o nosso sistema social, da nossa produção de riquezas.

Eu vou pedir licença para apresentar alguns dados dessa triste realidade para provocar uma reflexão no dia de hoje, que marca uma data, o dia 12 de junho, Dia do Combate à Exploração do Trabalho Infantil, que, na verdade, anualmente faz essa discussão, mostra no que avançamos e, infelizmente, no que retrocedemos e no que temos que mudar.

Constamos que os avanços são lentos, mas ocorrem, por conta dos compromissos, do sacrifício, do sacerdócio pessoal de muitos que largaram as suas atividades para, mais uma vez, discutir, pensar. Saímos muito motivados de eventos como este, porque vemos que não estamos sozinhos, que vale a pena continuar.

(Procede-se à exibição de imagens.)

Esses dados que trouxe hoje foram apresentados aqui nesta Casa Legislativa numa audiência pública também proposta pela deputada Ada De Luca em alusão ao Dia Nacional de Combate à Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, no dia 18 de maio de 2007.

Muitos podem questionar por que o Fórum pelo Fim da Violência está aqui de novo, qual a razão de se discutir num evento sobre políticas de combate ao trabalho infanto-juvenil ações de combate e prevenção à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes. Tem uma explicação que se baseia na Convenção nº 182 da OIT, que prevê como uma das piores formas de trabalho infantil, dentre as cinco elencadas, a prostituição, a pornografia e a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Felizmente, o Fórum pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil tem se aliado ao Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, na pessoa da doutora Cristina, da doutora Alice e da Liana; temos a felicidade de ter aqui integrantes do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e a Marilene, que trabalha conosco na Secretaria, que têm se aliado a essa causa para que a gente possa unir esforços. Hoje, existe conselho de tudo, fórum de tudo. Normalmente, as pessoas se questionam por que essa descentralização, por que tanto conselho. A gente escuta muito nos municípios: "Eu vou para o Conselho de Saúde, para o Conselho de Assistência ou para o Conselho de Educação?"

Na verdade, talvez seja essa a principal reflexão que temos que fazer: ao mesmo tempo em que a criação desses conselhos permitiu a democratização da gestão do Poder Público através da participação da sociedade civil na gestão do Governo, essa estratégia tem sido muito desvalorizada por ele - e aqui destaco a participação da dona Elaine, que foi coordenadora do CED, que é o nosso Conselho Estadual dos Direitos da Criança, coordenadora do nosso Fórum DCA, Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que representa a sociedade civil na gestão deste governo.

Nós observamos, infelizmente, dona Elaine, assim como todos os integrantes do Fórum DCA, que são feitos discursos, diagnóstico, mas em termos de orçamento não há nenhuma efetividade, como o citado pela doutora Alice aqui no dia de hoje, essa rubrica de um milhão de reais prevista na Lei Orçamentária do Estado para 2007. Grande parte dessa soma é oriunda de recursos da União, de recursos federais, do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do Ministério do Desenvolvimento Social para implantação do Sistema Único de Assistência Social, implantação dos Cras e dos Creas. São poucos os investimentos do Estado nas demandas e nas políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente, e aí não adianta ficar fórum gritando de um lado que a situação é calamitosa, não adianta a Ângela Bazzo, jornalista do Diário Catarinense, publicar uma matéria sobre a questão das adolescentes, dizer que estão em situação de prostituição às margens das rodovias, em casas de prostituição e que agora têm filhos que estão sendo mantidos dentro das casas de prostituição, porque nós vamos conseguir com isso só chocar a sociedade, dizer: "Que horror! Que bom que a minha filha não vive nessa condição!", mas vamos cair no vazio do discurso político, que, infelizmente, não se concretiza.

Neste sentido é que as organizações da sociedade civil, o Fórum pelo Fim da Violência, o Fórum Estadual dos Direitos da Criança, o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil, o Fórum do Portador de Deficiência, o Ministério Público de Santa Catarina, através do Centro de Apoio, a Delegacia do Trabalho, a Procuradoria do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Federal, agora nas novas operações de combate à prostituição e ao tráfico internacional de seres humanos, vêm tentando agregar esforços.

Mas sem querer ser tão pessimista, quero retomar um pouquinho a apresentação dessa realidade na questão da exploração sexual infanto-juvenil - o Marcelo, da Associação João Paulo II, tem trabalhado nos municípios de Palhoça e Biguaçu, aqui na região da Grande Florianópolis, tem abordado diretamente essa realidade, que, infelizmente, está às nossas portas e, ao mesmo tempo, tão longe.

Retomando alguns dados, essa violência contra as crianças e adolescentes se manifesta desde a exploração sexual comercial, essa prostituição tradicional.

Em Santa Catarina, nós não temos um perfil de prostituição em estabelecimentos de adolescentes porque os donos já aprenderam a fugir da polícia. Na verdade, em relação à prostituição propriamente dita, há uma tolerância social muito grande, diferente das regiões Norte e Nordeste, em que está a olhos nus nas ruas. Aqui, a nossa característica de redes de organizações criminosas que exploram a prostituição de adolescentes é através de agências de modelos, de saunas, de telefones, nos classificados, na Internet, o que, infelizmente, impõe uma dificuldade muito grande de investigação, principalmente quando temos órgãos policiais extremamente sucateados, sem possibilidade de fazer uma investigação mais detalhada. Nós temos adolescentes que vêm do interior para trabalhar como domésticas no litoral e chegando aqui são submetidas à exploração sexual comercial, à dependência química para que não possam voltar para suas casas.

Outro aspecto a ser destacado em Santa Catarina é a questão do turismo sexual. A rede hoteleira tem que se conscientizar desse aspecto. Infelizmente, com um destaque muito grande para a região Nordeste na questão do turismo sexual, agora a região Sul tem sido muito procurada por agências, principalmente da Europa, interessadas em turismo sexual, além da pornografia e da exploração via Internet, um fenômeno que tem aumentado muito.

As pesquisas têm demonstrado que são as mulheres, no caso, crianças e adolescentes, as mais envolvidas, mas agora também há a exploração sexual de adolescentes do sexo masculino para fins de prostituição, que é um fenômeno que o Fórum tem trabalhado na campanha Bem-Me-Quer.

No Brasil, assim como em todo o mundo, o fenômeno da violência tem aumentado consideravelmente. E há um aspecto a ser destacado: ainda não se conseguiu concluir se o aumento do número de casos representa um aumento efetivo ou um aumento do número de situações que chegam ao conhecimento das autoridades - a gente sabe que as Nações Unidas trabalham com a estatística de que a cada dez casos de violência, exploração e prostituição infanto-juvenil somente um chega ao conhecimento das autoridades.

É pela atuação desses fóruns e da sociedade civil, com a exigibilidade e o fortalecimento dos mecanismos de denúncia, que se tem conseguido conscientizar a sociedade da importância de participar não só das ações de denúncia, mas, efetivamente, da cobrança de uma política e de programas, seja do fortalecimento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, de atendimento à violência e à exploração sexual, que é o programa Sentinela, agora com a implantação dos Cras, os Centros de Referência de Assistência Social, e dos Creas, os Centros de Referência Especializado de Assistência Social, serão trabalhadas essas demandas, como a doutora Alice falou, a abordagem de rua e o atendimento às famílias. É através desses espaços que a gente tem conseguido trabalhar a sociedade para, de fato, dar maior visibilidade a esse problema.

Esses estudos também apontam que geralmente essas mulheres, crianças e adolescentes, já sofreram algum tipo de violência intrafamiliar. Ou seja, mais uma vez se reforça a situação de que a ineficácia de políticas públicas de promoção à família, de uma educação de qualidade, reflete na violência intrafamiliar e, conseqüentemente, na violência e exploração do trabalho infantil, na exploração sexual comercial dessas crianças e jovens, seja na rua, seja por empresas, seja em casas de prostituição de uma forma geral. Essa violência se manifestou através de abuso, de estupro, dessa negligência e também do abuso extrafamiliar em menor escala.

A gente está fazendo aqui o recorte da violência e exploração sexual, mas temos dentro do trabalho infantil a questão do narcotráfico, da agricultura familiar, dos serviços domésticos, do tráfico e exploração sexual e do trabalho informal urbano, que está nas sinaleiras, ali no camelô e em outros locais.

Não estou mais à frente do Centro de Apoio, mas o doutor Gilberto assumiu agora e está dando continuidade, aprimorado o serviço de disque-denúncia. Temos o número 100, que é um serviço nacional que recebe qualquer denúncia, inclusive de trabalho infantil. Informalmente, já fazíamos uma parceria com a Procuradoria do Trabalho e com a Delegacia do Trabalho, encaminhando as denúncias do Disque que se referiam à exploração e trabalho infantil à Delegacia Regional do Trabalho para fazer a fiscalização e vice-versa. A Delegacia do Trabalho, ao mesmo tempo em que acionava o Conselho Tutelar e fazia a fiscalização, também encaminhava as denúncias aos promotores de Justiça para adoção das medidas pertinentes no sentido de cessar aquela situação.

O Disque-Denúncia hoje está recebendo tudo, está sendo a válvula de escape, porque não existe um número estadual dos Conselhos Tutelares - temos que pensar num disque-denúncia estadual, deputada. Isso já era uma proposta do Cedica, do Fórum DCA.

Então, como não temos esse telefone estadual, a Polícia Militar gentilmente recebe as denúncias pelo 190 e as encaminha aos órgãos competentes, ao Conselho Tutelar, mas as pessoas têm dificuldade de denunciar, porque não sabem o número do Conselho Tutelar do seu município. Antigamente era o 1407, todo mundo sabia, mas agora as pessoas não sabem. Existe uma lei estadual aqui, de autoria da deputada Odete, que obriga que seja colocado em todas as salas o número do telefone do Disque-Denúncia e do Conselho Tutelar, mas a ligação é paga e muitas vezes as pessoas não têm condições.

Portanto, qualquer ligação para o número 100, do Disque-Denúncia Nacional, só para entender o fluxo, cai em Brasília, que tem um serviço de escuta especializada, porque não é qualquer pessoa que pode atender a uma denúncia de uma criança. De lá, vem para o Centro de Apoio e, em seguida, é encaminhada ao Conselho Tutelar e às Promotorias de Justiça.

Então, vejam que nesse fluxo (agora as delegacias de polícia são *on-line*), se a violação estava ocorrendo, ela se concretizou, pouco se pôde fazer, e essas sempre foram as críticas feitas nas oficinas de discussão do Disque-Denúncia Nacional, em Brasília, tanto que agora o Disque está entrando *on-line* para facilitar, como o doutor Gilberto falou, e também estão sendo acionadas as delegacias de polícia.

Quando houve a mudança do número 0800 99 0500 para o número 100, tivemos um aumento de mais de 400% das denúncias realizadas em Santa Catarina, isso englobando tudo, trabalho infantil, violência e maus-tratos, violência e exploração sexual infanto-juvenil, o que nos dá conta de que a população de fato quer que se faça alguma coisa, ao contrário do que muitos prefeitos dizem (o doutor Gilberto, que veio de São Miguel do Oeste, pode confirmar): "Aqui na minha cidade não tem problema, não tem garota se prostituindo, não tem trabalho infantil". Isso demonstra que na verdade eles não querem ver, mas existe, sim.

A região Sul surgiu como uma das menores regiões na proporção de denúncias pelo país, embora esse fenômeno tenha alterado. Santa Catarina tem o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano do País e está entre os dez estados com maior número de denúncias de violência e exploração sexual infanto-juvenil. O que a maioria dos estados da rede nacional não consegue enxergar é como o Estado de Santa Catarina, que, como as pessoas entendem, é rico, tem o melhor Índice de Desenvolvimento Humano, o melhor índice de educação, possa ter um quadro extremamente preocupante na questão da violência e exploração sexual infanto-juvenil.

Essa é uma crítica e uma demanda que também levamos ao Poder Executivo Federal, porque, na verdade, na divisão do Orçamento Público da União, normalmente, se forem levados em conta esses índices, o Estado de Santa Catarina é pouco contemplado. Hoje, dos 293 municípios, 53 são programas Sentinela no Estado. Acho que Peti também nem todos os municípios tem em funcionamento. Agora, na implantação dos Cras e dos Creas, vamos passar dez anos e não vamos conseguir avançar.

Só aqui na questão dos dados do Disque-Denúncia, temos 31,48 na região Sul - a Organização Mundial da Saúde calcula que oitocentos milhões de pessoas já tenham sofrido algum assédio sexual quando criança e adolescente em todo o mundo e a OIT estima que 1.800 milhão de crianças e adolescentes são explorados sexualmente em todo planeta e pelo menos 1.200 milhão de crianças são traficadas para fins de trabalho infantil.

Conclusão: como uma parte relevante das vítimas do trabalho infantil também é para exploração sexual, estima-se que entre dois milhões e dois milhões e meio de crianças sofrem exploração sexual, dessas, cem mil são brasileiras.

Temos também aqui o levantamento realizado pelo Laci: entre 1996 e 2002, foram registradas mais de seis mil ocorrências de violência sexual, mais 73% praticadas contra as meninas. E a Abrapia, a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência, também tem recebido anualmente em média mil e quinhentas denúncias de violência e exploração de crianças e adolescentes, e a grande maioria ocorre dentro da família.

O Relatório Nacional de Direitos Humanos retrata a seguinte situação: embora abriguem os melhores índices de desenvolvimento humano do País, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná enfrentam sérios problemas na questão do trabalho infantil, especialmente em pólos industriais e de turismo.

Nos dados do Disque-Denúncia Nacional, a gente vê que desde 2003, quando foi implantado, até 2006, tivemos 558 denúncias, um aumento considerável de 2003 a 2006, como falei, mais de 400%, em função da mudança do número.

O programa Sentinela, em Santa Catarina, registrou 9.733 atendimentos só no segundo semestre de 2006. No entanto, a gente vê, e aí entra a questão orçamentária, que menos de 22% dos municípios têm algum programa de atendimento a essas vítimas. Em 2005, a Polícia Rodoviária Federal tinha mapeado 78 pontos vulneráveis à prostituição, ou seja, pontos situados à margem de rodovias que favorecem a exploração sexual de crianças e adolescentes. Este ano, no último levantamento, reduziu para 59, mas isso não quer dizer que esses locais foram fechados.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Congresso levantou aqui em Santa Catarina seis casos. Só um outro aspecto a ser destacado: desses seis casos, nenhum resultou em condenação, em função das dificuldades de se apurar, porque a grande maioria desses crimes de abuso, de exploração ocorre sem a presença de testemunhas, levantando aí um problema do sistema de Justiça na apuração desses casos - e o Fórum Catarinense tem atuado justamente nessa questão de conscientização, da mobilização.

Concluindo, não vou falar das atividades que o Fórum vem desenvolvendo porque isso já foi trabalhado em outros momentos.

Além das dificuldades naturais de apuração desses crimes, de deficiências no sistema de Justiça, a questão orçamentária, a gente enfrenta os preconceitos, como a doutora Alice falou, entre nós, na nossa família, na nossa comunidade, nas nossas instituições, ainda tem pessoas que acham normal o trabalho infantil para livrar essas crianças e esses adolescentes da ociosidade, acham melhor eles trabalharem do que ficar nas ruas, assim como acham que adolescente se prostitui porque quer, que está lá na esquina porque quer.

Então, esse tem sido o papel dos fóruns: mudar essa consciência. Mas precisamos avançar nesse sentido. Muito mais do que trabalhar a conscientização da sociedade, precisamos dar visibilidade a esses problemas, fazer mobilização social, trazer o Poder Público para esses espaços de discussão e, efetivamente, concretizar a prioridade absoluta.

Acho que essa rubrica de um milhão representa menos de 0,5% do Orçamento do Estado. É assim que Santa Catarina trata as suas crianças: com absoluto desrespeito, descaso, sem a menor consideração com aquelas que morrem diariamente com o frio, principalmente na região serrana, com as que morrem vítimas de Aids contraída na exploração sexual e com as que morrem vítimas de trabalhos exacerbados.

Por isso, conclamamos, mais uma vez, a implementação da Frente Parlamentar dos Direitos da Criança e do Adolescente nesta Assembleia Legislativa, que já havia realizado um trabalho de acompanhamento do Orçamento e Gestão de Recursos em prol das crianças e dos adolescentes nas leis orçamentárias do Estado, e é por isso que temos que continuar conjugando esforços no sentido de concretizar todos esses ideais. Talvez não estejamos aqui para colher os frutos dessas ações, mas vamos plantar as sementes, pois um dia, com certeza, vão mudar a vida de muitas das nossas crianças e dos nossos jovens.

Agradeço pelo espaço e peço desculpas pelo desabafo.

Quero dizer que o Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil e o Ministério Público (falo pela Promotoria de Justiça da Comarca de Lages, mas também através da parceria com o Centro de Apoio Operacional da Criança e do Adolescente) estão à disposição no sentido de caminhar, de seguir em frente sem desanimar e desistir dos nossos sonhos.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada de Luca) - Gostaria de registrar a presença da senhora Josiane Duarte, neste ato representando a Associação Catarinense dos Conselhos Tutelares, e do deputado Professor Grando.

Convido agora para falar o doutor Gilberto Polli, coordenador estadual do Centro de Apoio às Promotorias da Infância e Adolescência do Ministério Público de Santa Catarina.

O SR. GILBERTO POLLI - Bom-dia a todos.

Nobre deputada, se me permite, vou fazer uma breve exposição de uma experiência que tivemos em São Miguel do Oeste acerca dessa questão do trabalho infanto-juvenil, sobretudo num dos recortes que a doutora Helen bem frisou, que seria o trabalho informal urbano, ou seja, aquele desenvolvido pelas crianças e adolescentes nas ruas dos municípios.

A maior angústia que enfrentamos lá foi em razão da ausência de recursos destinados a essa seara, enfim, à infância e à juventude como um todo. Angustiado com essa situação, diante da escassez de recurso, da escassez de ações, de atitudes por parte dos governantes, o Ministério Público, através da Promotoria, da Curadoria da Infância e Juventude de São Miguel do Oeste, da qual eu era titular, entendeu por desenvolver um programa, que é esse que vou expor para vocês, salientando, desde já, que não era um programa definitivo nem concluído, de maneira que, isoladamente, não buscava resolver definitivamente o problema, mas era uma das maneiras, tanto é que conseguimos bons resultados, como vou mostrar para vocês.

(*Procede-se à exibição de imagens.*)

Como já disse, em São Miguel do Oeste uma das grandes problemáticas envolvendo crianças e adolescentes que constatávamos diuturnamente era crianças e adolescentes na condição de trabalho infantil nas ruas, bem como na condição de mendicantes, no exercício da mendicância.

Diante da ausência, da omissão do Poder Público, e, lamentavelmente, uma realidade inerente à grande parcela, senão todos os municípios de Santa Catarina e, quiçá, do Brasil, nós nos sentimos compelidos a fazer alguma coisa, independentemente de recursos públicos. É importante frisar isso, porque a rede de atendimento à criança e ao adolescente tem como um dos motes, um dos parceiros envolvidos entidades não-governamentais. Muitas vezes, partimos do paradigma equivocado de que é o Poder Público que deve fazer tudo, quando na verdade ele deveria ser o principal articulador, juntamente com entidades não-governamentais, entidades privadas, enfim, para atendimento da rede da criança e do adolescente. E foi a partir desse preceito que passamos a desenvolver esse trabalho.

Inicialmente foi feito um levantamento de crianças e adolescentes para se estimar a condição em que se encontravam nas ruas, o que foi muito bem desenvolvido pelo programa Catavento aqui no município de Biguaçu e, através da iniciativa da Fundação João Paulo, do município de Palhoça, um trabalho que vem iniciando agora, que muito se aproxima do início daquele que foi desenvolvido em São Miguel do Oeste, e desde já o Ministério Público de Santa Catarina se coloca à disposição para dar continuidade, porque tenho certeza de que através de piloto, sobretudo nessas regiões estratégicas, Biguaçu e Palhoça, vamos conseguir disseminar esse tipo de trabalho para o restante do Estado.

Foram conhecidas sessenta crianças e adolescentes que estavam nas ruas em situação irregular, situação de risco. Para que o Ministério Público Estadual tivesse também atribuição para agir, para não invadir a atribuição do Ministério Público do Trabalho, em razão de que o trabalho infantil, em regra, é atribuição desse órgão, para não haver nenhum desencontro de interesse, de atribuições, nós trabalhamos tão-somente com as crianças de rua.

Este aqui é o cadastro que era preenchido através da abordagem pelos conselheiros tutelares, juntamente com o apoio da Polícia Militar, do comissário da Infância e Juventude, do oficial de diligência do Ministério Público, enfim, entidades parceiras dessa atuação na área da infância e juventude. Nesse cadastro constava a identificação da criança ou do adolescente, o nome dos pais, a qualidade da atividade exercida quando da abordagem, o horário, a condição da família, enfim, um resumo da situação familiar daquela criança.

Esse questionário está sendo aplicado até hoje, como vou esclarecer para os senhores, mas agora por outro motivo, não tão somente para apurar, fazer um levantamento das crianças encontradas, mas para efeitos de responsabilizar os pais pelo fato de essas crianças serem encontradas nas ruas.

A principal situação que constatamos em São Miguel do Oeste foi de que os pais eram os principais responsáveis por essas crianças e adolescentes estarem nas ruas. Era para o sustento familiar. Aquele papel que deveria ser exercido pelos pais não ocorria, eles permaneciam em casa, na maioria das vezes no ócio, e faziam de seus filhos empregados para o sustento familiar. Qual foi nosso foco principal? Trabalhar os pais. Através da legislação existente, conseguimos amarrar os pais e alcançar um resultado efetivo.

Feito o levantamento, constatou-se também que a grande maioria dessas famílias recebia algum tipo de benefício financeiro assistencial do governo federal, sobretudo o Bolsa-Família, cujo valor máximo na época era de R\$ 95,00 por família. Era pouco, é bem verdade, não há dúvida disso, mas, sinceramente, aliado ao trabalho que deveria ser desenvolvido pelos pais... O objetivo do Bolsa-Família era exatamente esse: manter as crianças na escola, longe da rua, evidentemente.

Eu percebi aqui, até recentemente em Palhoça, que havia o desconhecimento por parte das autoridades nesse sentido. Então, dá para fazer uma ligação direta em relação a essas duas temáticas, e foi a partir daí que começamos a desenvolver o nosso trabalho.

Paralelamente, ingressamos com uma ação civil pública para assegurar aos pais e às crianças o direito às creches e pré-escola, ensino infantil. Essa situação que a Aline bem colocou aqui de que existe uma carência na oferta de vagas em creches e pré-escolas por parte do município, sendo esse um direito assegurado pela Constituição e, lamentavelmente, vilipendiado pelos governantes, é uma realidade catarinense, uma realidade geral. Em Florianópolis, como vimos através do testemunho da Aline, não é diferente, assim como em São Miguel do Oeste também não era diferente.

Nós ingressamos com uma ação civil pública para obrigar o município a fornecer vagas nas creches municipais, eventualmente construir creches ou, em último caso, não havendo condições, matricular essas crianças numa creche particular e custear. Num primeiro momento conseguimos êxito, mas, lamentavelmente, no Tribunal, recebemos um revés, mas parece que ele está mudando sensivelmente o seu entendimento. Quero crer que em médio prazo consigamos avançar significativamente nessa seara, inclusive através de ações civis públicas e, quem sabe, através do Fundeb agora, possamos exigir com maior facilidade dos municípios a concessão dessas vagas.

Um dos argumentos que os pais utilizavam era o de que não tinham um lugar para deixar o filho menor, um recém-nascido ou de um ou dois anos, e que alguém tinha que sustentar a família. E quem sustentava a família? Os outros filhos, o de 6, o de 9 e o de 10 anos. Eles tinham que resolver a situação nas ruas, angariar os fundos necessários para a manutenção da família.

Esse era um dos principais argumentos utilizados pelos pais, que nós rebatíamos. Dizíamos que creche não era problema, que eles poderiam trabalhar, pois teriam com quem deixar o filho menor, enquanto os mais velhos iriam desenvolver um outro tipo de atividade, sobretudo, a escolar.

De nada adiantaria tirarmos essas crianças das ruas se não tivéssemos meios, instituições, programas para encaminhá-las. Tirar essas crianças das ruas e exigir que ficassem em casa, cuja condição é extremamente precária, em casas são de pau-a-pique, de chão batido, em que a estrutura é praticamente ausente em termos de políticas públicas?! Seria inocência de nossa parte achar que essas crianças permaneceriam em casa, já que muitas vezes em casa é muito pior do que nas ruas, em razão da estrutura familiar. É fundamental que haja políticas de atendimento também às famílias, não se limitando às crianças e aos adolescentes.

Iniciamos um trabalho para a instalação do Peti em São Miguel do Oeste, que até então era inexistente, pois havia uma resistência muito grande por parte do município em instalá-lo. Não obstante grande parte do recurso para o Peti ser do governo federal, existe uma parcela de contribuição por parte do município. E em se tratando de políticas públicas, realmente há uma resistência muito grande na área da infância, o município não queria implantar o Peti, mas, através de uma mobilização geral que fizemos lá, felizmente conseguimos instalá-lo.

Feito o cadastramento dessas famílias, onde entra o Ministério Público mais diretamente? Nós promovemos reuniões com os pais cujos filhos foram abordados nas ruas, reuniões pequenas, nas quais os advertimos das consequências que a partir daquele momento adviriam se porventura os seus filhos fossem encontrados novamente nas ruas.

Tentamos amarrar os pais, porque grande parcela do problema acontecia quando abordávamos as crianças nas ruas e dizíamos que não poderiam estar ali e ao chegarem em casa a mãe dizia exatamente o contrário. Tivemos um caso concreto antes do início desse trabalho: uma criança de 10 ou 11 anos foi abordada pelo Conselho Tutelar em São Miguel do Oeste numa noite chuvosa de inverno, por volta da meia-noite, em situação de risco e quando soube que iria ser levada para os seus pais ela se desesperou, dizendo: "Não, pelo amor de Deus! Para casa, não! Me leva para a casa-lar, para a minha casa, não!" Ela chorava e se debatia. Depois, foi esclarecido o porquê de essa criança não querer ir para a sua casa: a sua mãe exigia que só retornasse com uma quantia x de dinheiro, caso contrário, não poderia voltar para casa, senão seria agredida. O Conselho Tutelar, diante dessa notícia e para flagrar essa situação, entregou a criança e se afastou provisoriamente. Voltando ao local, dito e feito: a criança estava aos prantos e aos berros. A mãe a havia agredido até em razão de ter sido responsável pelo envolvimento do Conselho Tutelar.

Então, esse é um pequeno exemplo de que muitos pais exploram o trabalho infantil para efeito do sustento familiar.

Fizemos as reuniões com essas famílias e tentamos inserir aquelas que não eram beneficiadas por algum programa assistencial, seja no Bolsa-Família, no Vale-Gás, num programa municipal que existia, o Vale-Leite, entre outros relacionados às cestas básicas. Além disso, tentamos inserir as crianças nos programas socioeducativos existentes, e aqui destaco a participação (e municípios como Palhoça e Biguaçu provavelmente devem ou deveriam explorar) da Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina, a Unoesc, que atende através de programas, pois recebe um incentivo para isso. As universidades, sejam públicas ou particulares, mas sobretudo privadas, têm a obrigação de exercer o papel social, geralmente através da concessão de bolsas para os seus alunos, mas parcela disso pode ser através de algum trabalho desenvolvido no município, na sociedade ou no *campus* onde atua. De modo que em São Miguel do Oeste os programas desenvolvidos pela Unoesc para crianças e adolescentes abrangiam em torno de seiscentas crianças e adolescentes. Dentre elas, através de contatos por intermédio do Ministério Público, trezentas eram encaminhadas pela Secretaria de Ação Social, que cuidava da carência financeira dessas famílias, além da ABB Comunidade, do Caic, que é uma entidade municipal, e do próprio Peti.

É importante salientar aqui - e aí volto àquela questão da rede do atendimento - que todo município, por menor que seja, tem um clube social, tem uma igreja, tem uma escola com uma cancha de esportes. Necessariamente, não precisa construir um prédio para abrigar essas crianças e não precisa contratar profissionais. Ora, vamos aproveitar a estrutura que tem na cidade, em termos de espaço físico para pessoas e em termos de profissionais! Vamos firmar convênios, parcerias! O município gastará o mínimo! De repente, apenas com o lanche das crianças!

Essas são alternativas que devemos buscar para não ficar amarrados nem freados nessa situação de ausência de recursos financeiros.

Os pais foram advertidos de quê? Primeiro: não poderíamos, em hipótese alguma, deixar que seus filhos menores de 14 anos... Quanto à idade de 14 anos, doutora Alice, eu esclareço o seguinte: como seria radical esse rompimento, até então era tolerado o trabalho nas ruas, mas a partir daquele momento não seria mais tolerável por parte do Ministério Público Estadual. Entendemos que a partir dos 14 anos, em razão também da nossa atribuição, a situação de risco já estaria minorada, pelo menos para justificar a atuação do Ministério Público Estadual, e aí não é que permitiríamos o trabalho entre 14 anos e 16 anos, absolutamente, só não tomaríamos as mesmas medidas tão radicais que tomaríamos no caso de um adolescente com idade inferior. É um esclarecimento, porque a idade mínima para se trabalhar, salvo na condição de aprendiz, entre 14 anos e 16 anos, é 16 anos, desde que não seja em situação de insalubridade, periculosidade, em horário noturno.

Era comum lá em São Miguel do Oeste a situação de mendicância, que aqui já foi muito comum. Sei disso porque sou de Florianópolis. Estive por seis anos no Oeste mas recordei muito bem que era comum quando saíamos do supermercado sermos abordados por crianças maltrapilhas pedindo alimento, pedindo esmola, extremamente constrangedor, tanto para o cliente como para a própria criança, porque muitas vezes elas eram colocadas em situações vexatórias, sobretudo quando trabalhavam à noite em bares, onde, muitas vezes, pessoas embriagadas acabavam por humilhá-las e constrangê-las de alguma forma. E aí tivemos uma parceria importante do comércio local, mas depois vou tratar sobre isso.

Então, a primeira advertência para os pais era a seguinte: não pode, em hipótese alguma, filhos menores de 14 anos ou em qualquer idade mendigar ou trabalhar nas ruas de São Miguel do Oeste. O compromisso era esse. Se esse compromisso fosse descumprido, o benefício que porventura a família ganhava, como o Bolsa-Família, o próprio Peti, o Vale-Gás e o Vale-Leite, seria suspenso.

Na primeira abordagem os pais eram advertidos, assinavam ou colocavam sua digital para se sentirem compromissados, para saberem que a coisa realmente era séria e com o envolvimento do Ministério Público.

Na primeira abordagem de crianças nas ruas, o que nós fazíamos e ainda fazemos em São Miguel do Oeste? Se os pais já haviam sido advertidos, já estavam sabendo das consequências, oficialíamos a prefeitura, justificando a situação em que a criança foi encontrada trabalhando, através do questionário que já mostrei para vocês, solicitando que o município, que era nosso parceiro, suspendesse durante um mês aquele benefício. Essa suspensão poderia ocorrer uma, duas ou três vezes. A partir daí, os pais perderiam o benefício.

Feito isso, conseguimos sensibilizar os próprios pais, bem verdade que através de uma pressão. Mas mesmo assim não acabava por aí, porque nós tínhamos dois argumentos. Aqueles que não recebiam o benefício ou aqueles que justificavam que o benefício era de R\$50,00 ou R\$95,00 e o seu filho trabalhando arrecadava R\$150,00 ou R\$175,00... Em Palhoça e em Biguaçu, a grande maioria dos cadastrados tinha trabalho informal urbano, alcançando uma cifra de 40%. Quer dizer, é uma realidade que não estamos mais acostumados em Florianópolis, já é incomum, felizmente, mas ainda em municípios da Grande Florianópolis isso ocorre.

Diante do argumento que os pais utilizavam que seu filho trazia muito mais do que o benefício que ganhavam, que valia mais a pena continuar explorando-o, eles corriam o risco de responder criminalmente se houvesse uma segunda ou terceira abordagem da criança, e aí a responsabilidade já é um pouco mais severa, mais grave, as consequências mais sérias. Dentre elas, podemos mencionar o próprio artigo 247, inciso IV, do Código Penal, que menciona que os pais que exploram a mendicância dos filhos estarão sujeitos a penas de um a três meses de detenção - ao menos detenção na nossa legislação, não vamos imaginar que o pai, em razão dessa situação, que muitas vezes é motivada pela carência financeira, vai ser colocado na prisão. Isso não acontece. Na nossa legislação, para efeitos de delitos como esse, é remota a possibilidade de implicar prisão, o que geralmente pode acontecer é a prestação de serviços à comunidade.

Um outro delito seria submeter o próprio filho ao constrangimento, à humilhação. Em São Miguel do Oeste, onde a exploração por parte dos pais do trabalho infantil nas ruas configuraria constrangimento, humilhação dessa criança, nós conseguimos fechar esse cerco.

Então, o que aconteceria com esses pais? De antemão, já estavam prevenidos de que se isso acontecesse estariam sujeitos a uma proposta de transação penal, que é um instituto do Direito Penal, eles teriam que exercer uma pena alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo período de até dois meses. Eles já estavam sabendo disso. Então, os pais também teriam o compromisso de incentivar os seus filhos que frequentassem os programas socioeducativos desenvolvidos e oferecidos através do município, não apenas governamentais, mas também não-governamentais.

Superada essa fase, fizemos um novo levantamento. Conseguimos abordar apenas uma criança daquelas sessenta inicialmente abordadas, sendo que essa criança nem sequer fazia parte daquelas famílias advertidas. Ou seja, já num primeiro momento conseguimos o nosso objetivo primeiro, que era tirar essas crianças das ruas. Esse trabalho foi positivo, demonstrando que os pais são os principais responsáveis pelos filhos estarem nas ruas trabalhando ou mendigando.

Como funciona atualmente? Se uma criança é abordada nas ruas de São Miguel do Oeste, preenche-se aquele cadastro, que é encaminhado à Promotoria de Justiça. Se porventura o pai ainda não tinha sido advertido, não vamos suspender o benefício, vamos primeiro adverti-lo, fazer um trabalho de conscientização.

A partir daí, passamos a conscientizar a comunidade de São Miguel do Oeste. Esses panfletos foram feitos recentemente para esclarecer a comunidade, conscientizá-la dos malefícios que as ruas provocam nas crianças. Porque muitas vezes as pessoas, quando saem de restaurantes, por exemplo, por pena dão R\$1,00, um lanche ou algo nesse sentido, pensando que estão fazendo um bem, quando na verdade o efeito é exatamente o contrário. Ora, se nas ruas as crianças têm como se manter, elas não vão querer sair!

(O senhor Roberto Polli entrega os panfletos à mesa e à plenária.)
Quero frisar que o município e o Ministério Público não gastaram R\$1,00 sequer nesses panfletos, a não ser um pouquinho de neurônio para desenvolver as frases - tivemos a parceria das empresas privadas de São Miguel do Oeste.

O que fizemos também, que é fundamental? Envolvermos crianças e adolescentes da rede pública e particular de ensino. Essa campanha foi feita a partir de *slogans* elaborados por crianças da rede de ensino municipal, estadual e particular de São Miguel do Oeste. As frases foram excepcionais, de uma criatividade enorme, nem eu nem os profissionais do Fórum teríamos esse alcance. Foram apresentadas 37 frases e eleitas essas três: "Sem trabalho nem esmola. Lugar de crianças é na escola"; "Seja grande. Tire os pequenos das ruas"; "Com exploração não há infância. Sem infância não há história."

Essas frases foram elaboradas por esses alunos. Sentimos o envolvimento deles. E a partir do momento em que eles estão envolvidos, o que fazem? Chegam em casa e falam para os pais! Eles são os principais difusores dessa idéia. Então, é importantíssimo quando a gente trata de interesses de crianças e de adolescentes trabalhar com crianças e adolescentes também, muitas vezes com uma situação financeira um pouco melhor, com uma situação de estudo um pouco melhor do que aqueles mais afastados, mais simples, mais carentes financeiramente.

Com o envolvimento desses alunos, conseguimos alcançar o nosso grande objetivo: os pais. Alcançamos uma magnitude extrema nessa campanha.

Fizemos uma cerimônia de entrega de placas para esses alunos que elaboraram as frases. E a partir daí desenvolvemos cartazes com figuras emblemáticas, típicas da imprensa. Aliás, fizemos isso sem a participação da imprensa, mas não por omissão dela, absolutamente, mas porque não procuramos - São Miguel do Oeste, por ser um município pequeno, não teria condições. Agora, um trabalho dessa natureza desenvolvido de repente com a parceria de fundações como a Maurício Sirotsky Sobrinho seria extraordinário, diante do alcance que tem esse meio de comunicação.

Então, foram feitas algumas figuras, dentre elas a de uma mão estendida com dinheiro, significando exatamente a questão da esmola, com a seguinte frase: "Diga não ao trabalho infantil. Não dê esmola. Denuncie no número 190". Em razão de o município de São Miguel do Oeste não ter demanda suficiente para manter um Disque 0800, nós nos valem da Polícia Militar para efeito de comunicação.

Foram distribuídos no município cinco mil cartazes, com as frases, a imagem emblemática e o nome dos apoiadores. Como eu disse, não gastamos um real sequer. Através dos apoiadores, conseguimos desenvolver esse trabalho.

A campanha foi feita através desses cartazes, depois foram confeccionados esses menores. Paralelamente, foi solicitada a imprensa, que sempre foi parceira no desenvolvimento desse trabalho, foi dada continuidade à fiscalização e a partir daí conseguimos o apoio de diversas empresas para a instalação de placas, a parceria para a confecção desses panfletos que foram distribuídos aos senhores.

Para quem não recebeu um panfleto, basicamente são dizeres conscientizando a comunidade de que criança na rua é maléfico, é ruim, não traz nenhum bem para ela; que as ruas, por não haver limites, são locais propícios para a prática de atos infracionais, como pequenos furtos, roubos, danos ao patrimônio alheio, consumo de drogas, a própria questão da prostituição, que, em razão da ausência dos pais, a facilidade de aliciar crianças é muito maior, seja por tráfico de entorpecentes, seja para a exploração sexual. Esclarecemos as pessoas das consequências sofridas pelas crianças, como o baixo desempenho escolar, já que muitas pessoas relativamente instruídas entendem que é melhor a criança trabalhar do que ficar na malandragem. Através dessa campanha, começamos a derrubar esse mito e a construir outros que efetivamente são aqueles que interessam ao desenvolvimento dessas crianças e adolescentes.

Então, como você pode colaborar para diminuir o problema? Não dê esmolas, não se sirva do trabalho infantil; ao ver uma criança ou um adolescente trabalhando ou mendigando nas ruas, acione o Conselho Tutelar ou a própria Polícia Militar. Assim sendo, essa criança será abordada e será feito um cadastro, que será encaminhado à Promotoria de Justiça e aí será esclarecido tudo aquilo que se refere ao programa, os pais que já tinham sido advertidos terão o benefício suspenso em razão dessa situação e eventualmente serão responsabilizados criminalmente.

No final, uma frase de efeito: "Ajude a melhorar o futuro dessas crianças e adolescentes. Estamos fazendo a nossa parte. As autoridades estão fazendo. Comunidade, faça a sua. Ligue. Denuncie."

Foram instaladas placas em São Miguel do Oeste com três faces, como essas que vocês estão vendo. A cidade não tem sinaleiras, apenas rótulas. É um município pequeno, com 35 mil habitantes, mais não vejo nenhum problema desenvolver uma atividade como essa em Biguaçu ou em Palhoça e, eventualmente, até em um município grande como Florianópolis. Essas placas foram custeadas cem por cento pela iniciativa privada. Não gastamos um real sequer, o Fundo da Infância não contribui de nenhuma maneira.

Tratamos da questão da bebida alcoólica e os jovens, que, quem sabe, deputada, pode ser também objeto de uma audiência pública, com a participação de profissionais da Medicina, da Psicologia e da Psiquiatria. Podemos trazer vários jovens para mostrar os malefícios da bebida alcoólica, inclusive na fase adulta.

Conclusão: há necessidade de uma rede de educação, ensino infantil, creches e pré-escolas. Seria fundamental a oferta de atividades socioeducativas para crianças e adolescentes. Parece que já começamos a colher frutos aqui em Palhoça, pelo diálogo que tivemos ontem com o senhor Marcelo, idealizador do programa Catavento, o município já está sensível a isso, começou a se interessar por esse tema, o que é ótimo, esse é o nosso objetivo. Claro que resta sempre uma possibilidade, uma carta na manga. Se os governantes não estão sensíveis para aplicar a prioridade absoluta ditada pela Constituição Federal, se não for por bem, muitas vezes existem outros instrumentos, claro que não são os mais interessantes, pois o interessante é partir do próprio município ou do próprio governante, mas há outros instrumentos, como o Ministério Público, através do ingresso de ações judiciais ou termos de ajustamento de conduta, com a participação quem sabe até em litisconsórcio ativo do Ministério Público do Trabalho com o Ministério Público Estadual. Isso é viável, juridicamente falando. Há instrumentos para forçar o município a criar essa estrutura.

Há necessidade da promoção dessa campanha de conscientização, contando com o envolvimento de estudantes, o que é fundamental para o sucesso, e o entrosamento de todas as entidades envolvidas, Promotoria de Justiça, Polícia Militar, Conselho Tutelar, o próprio Poder Judiciário, a própria prefeitura municipal e assim sucessivamente.

Essa foi uma pequena experiência que obtivemos em São Miguel do Oeste. Quem sabe pode até ser positiva em outras regiões do Estado.

Então, é fundamental que haja uma preocupação, quem sabe até um trabalho a ser desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, a aproximação com instituições como o Senac, instituições profissionalizantes, para efeito de acolhimento de crianças e, sobretudo, de adolescentes, que certamente o fariam de muito bom grado, diante da importância desse tema, coisa que estávamos tentando fazer em São Miguel do Oeste mas em razão da minha saída não pudemos prosseguir.

Muito obrigado pela oportunidade, deputada. O Centro de Apoio se coloca sempre à disposição para qualquer questão relacionada à infância e à juventude. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Convido para fazer uso da palavra o doutor Acir Alfredo Hack, representando o Ministério Público do Trabalho.

O SR. ACIR ALFREDO HACK - Inicialmente, gostaria de cumprimentar a deputada Ada De Luca, que preside esta audiência pública.

Fico satisfeito com o envolvimento do Poder Legislativo nessa questão que afeta diretamente a população brasileira, especialmente os catarinenses.

O Ministério Público do Trabalho é uma entidade que vem se preocupando, desde muito, com o trabalho infantil, adotando políticas institucionais em conjunto com organizações não-governamentais, procurando cobrar das organizações governamentais efetividade nas suas ações. Temos uma parceria muito grande com a Organização Internacional do Trabalho, com vistas à política de erradicação do trabalho infantil, principalmente daquelas piores formas, que já foram citadas anteriormente.

Quero dizer que a proteção integral da criança e do adolescente não passa apenas por uma instituição, passa por todas as instituições, cada uma delas tendo que cumprir o seu dever legal de dar efetividade a essa política.

Em Santa Catarina, desde muito, vimos acompanhando a erradicação do trabalho infantil através da coordenação do Fórum. Desde a sua implantação, o Fórum em Santa Catarina, coordenado brilhantemente pela nossa colega Viviane Colucci, hoje juíza do Tribunal Regional do Trabalho, representando o quinto constitucional, oriunda, então, dos quadros do MPT, tem rendido frutos efetivos, apesar de esses frutos demorarem a amadurecer. Projetos como o João Paulo e a efetividade que conseguimos nas reuniões dos fóruns nos diversos congressos dizem que estamos no caminho certo.

Embora a instituição Ministério Público do Trabalho tenha a sua função voltada ao combate do emprego formal, não podemos nos furtar de tentar, também, junto à sociedade da qual fazemos parte, a erradicação do trabalho não formal, ou seja, o trabalho doméstico, o trabalho nas ruas, o trabalho na agricultura familiar e outros que já foram citados.

Temos um texto que diz o seguinte: (Passa a ler.)

"A baixa escolaridade causada pelo trabalho precoce tem o efeito de limitar as oportunidades de emprego a postos.

Os estudos sobre as consequências socioeconômicas do trabalho infantil geralmente apontam danos para a educação, o salário e a saúde dos trabalhadores.

Na verdade, o trabalho infantil está intimamente ligado a outros problemas sociais como a pobreza, o desemprego, o analfabetismo, a evasão e o baixo rendimento escolar. Essas mazelas sociais funcionam ora como causas, ora como consequências do trabalho precoce.

No Brasil, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE deixam claro que quanto mais jovem o indivíduo começa a trabalhar, menor é o seu salário na fase adulta da vida.

Essa redução é atribuída, em grande parte, à perda dos anos de escolaridade devido ao trabalho na infância. Mesmo as crianças que conciliam trabalho e estudo sofrem prejuízos, tanto na frequência quanto no rendimento escolar.

A baixa escolaridade e o pior desempenho escolar, causados pelo trabalho precoce, têm o efeito de limitar as oportunidades de emprego a postos que não exigem qualificação e que dão baixa remuneração, mantendo o jovem dentro de um ciclo repetitivo de pobreza já experimentado pelos pais" - é a reprodução dos modelos, dos paradigmas, pobre faz pobre e por aí a fora.

"Salvo algumas exceções, as crianças e adolescentes que nunca foram à escola ou a abandonaram em razão do trabalho se tornaram, quando adultos, vítimas dos mesmos males sociais de que foram vítimas seus pais.

Seus filhos, em maior número, foram, desde cedo, igualmente explorados pelo trabalho. É a miséria produzindo trabalho infantil e o trabalho infantil reproduzindo a miséria.

Outra grave consequência do trabalho realizado na infância é piorar o estado de saúde da pessoa. Por causa das diferenças físicas, biológicas e anatómicas das crianças, quando comparadas aos adultos, seus organismos são menos resistentes aos agentes que agredem a saúde, como calor, barulho, produtos químicos, radiações etc., sendo menos tolerantes nas ocupações de risco, que podem trazer problemas de saúde e danos irreversíveis.

Os locais de trabalho, equipamentos, móveis, utensílios e métodos são projetados para serem utilizados por adultos. Quando utilizados por crianças, elas sofrem maiores problemas ergonômicos e fadiga, correndo maior risco de acidentes. Ademais, como as crianças não têm ciência do perigo envolvido em algumas atividades, geralmente não sabem como reagir em caso de acidente.

Quando mais cedo o indivíduo começa a trabalhar, pior será o seu estado de saúde na fase adulta da vida, ainda que porventura a renda, a escolaridade e outros fatores não sejam afetados."

A partir desse estudo, quero afirmar que é falácia, é mito dizer que a criança e o adolescente estão melhor no trabalho, seja ele formal ou não formal, do que estar nas ruas. Retirá-los das ruas é incumbência dos órgãos públicos, do Executivo, que têm de dar a eles as condições necessárias para que lá não permaneçam, como o exemplo muito bem demonstrado, que merece aplausos, efetuado pelo doutor Gilberto em São Miguel do Oeste. São iniciativas como essas que devem ser repetidas, não apenas mostradas. Repetidas, porque estamos dando início à proteção integral à criança e ao adolescente.

Nós não podemos ficar reproduzindo misérias em torno de mitos. Ao colocarmos um menor para substituir a mão-de-obra adulta, nós o estamos prejudicando muito e deixando de dar emprego ao seu pai. Quem se utiliza da falácia de que essa criança estava pedindo, estava necessitando, que empregue o pai. Geralmente ele não emprega o pai porque vai custar mais caro, é com base na possibilidade de redução de custos, e com isso o Ministério Público do Trabalho não concorda, assim como os órgãos governamentais. Agora, política integral se dá com a efetividade de recursos na aplicação da educação, da saúde e do lazer dessas crianças.

Portanto, deputada Ada, parabeno V.Exa. pela sua iniciativa em atender o Fórum e possibilitar que nós, através de audiência pública, possamos esclarecer à população de que não podemos ficar com os olhos fechados e, efetivamente, dar a cara para que nos cobrem, nos comuniquem e que façamos cada qual a sua tarefa.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Passamos a palavra à doutora Viviane.

A SRA. VIVIANE COLUCCI - Bom-dia a todos.

Estou atendendo ao convite da doutora Alice, que pediu que eu fizesse para vocês uma breve exposição acerca da história do Fórum.

Fico muito emocionada quando retomo esse tema, porque, apesar de afastada, verifico que não há nada mais importante do que lutar pela causa da criança.

Embora engajada hoje em outros projetos profissionais que considero relevantes, entendo perfeitamente que lutar pela causa da criança é lutar pela própria emancipação humana. Então, é um projeto que vale a pena. Por isso, parabeno a deputada por essa iniciativa.

Gostaria de registrar que a causa da erradicação do trabalho infantil é relativamente recente. Já na década de 1990, tão logo a OIT, através do Ipec, promoveu suas ações, o Estado de Santa Catarina se engajou.

Então, para mim, é muito especial verificar que pessoas que participaram dessa história, como a doutora Vilma Coral, o doutor André e a querida Nilda, que estão presentes, são testemunhas dessa história que Santa Catarina sempre abraçou, porque, afinal de contas, Santa Catarina, apesar dos índices humanos que são apontados, sempre teve um contingente absurdo de trabalho infantil, o que foi muito difícil levar às autoridades de Brasília.

A implantação do Peti em Santa Catarina foi uma luta muito árdua, porque ninguém acreditava nela. Em 1993, quando cheguei a Santa Catarina, o primeiro caso que recebi foi de trabalho escravo, crianças que dormiam em caixas de tomate.

Quando peguei em 1993 o relatório da Delegacia Regional do Trabalho apontando essa realidade, eu, que atuava em São Paulo como procuradora, fiquei bastante preocupada. Não era uma realidade que se podia simplesmente lidar pelos mecanismos formais. Tivemos então que nos articular através de um fórum, articular todas as instituições para poder enfrentar um fenômeno tão grave.

Lembramos que na Conferência dos Direitos da Criança de Nova Iorque a questão do trabalho infantil nem era cogitada como uma meta. Foi exatamente através dessa iniciativa da OIT, que instituiu o programa do Ipec, sendo o Brasil um dos seis primeiros países a ser contemplado por esse programa, é que essa questão passou a ser fomentada.

Gostaria de registrar que a criação do Fórum Nacional foi fundamental dentro daquela concepção ditada pela Constituição Federal de que política pública pela promoção dos direitos da criança se faz de forma descentralizada, isto é, no município onde a criança tem um nome, um endereço, não é mais um número frio na estatística. E se faz também de uma forma articulada, com as ONGs e com as organizações governamentadas. Isso porque, numa visão sistêmica, cada instituição tem um papel essencial e insubstituível. Nessa visão sistêmica, quando são promovidas ações lá no município, que deve ser o grande protagonista dessa nova concepção até de soberania que hoje se tem, porque é do coletivo, da ação local que podemos resgatar, talvez, aqueles ideais perdidos de emancipação humana... Então, é lá no município que nós, do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil de Santa Catarina, resolvemos, através do bellissimo trabalho que foi feito pela Delegacia Regional do Trabalho, que pioneiramente apresentou para o Estado, entre 1995 e 1996, um diagnóstico da criança trabalhadora.

Foi então demonstrado onde ocorria o maior número de exploração de trabalho infantil, quais as atividades, o número de horas que as crianças trabalhavam e o número de horas que estavam na escola. E aquele mito que até então era propagado de que o Sul não tinha problema passou a ser completamente desmascarado.

Com a generosidade das pessoas que estavam à frente da DRT no sentido de compartilhar esses dados, porque esse diagnóstico foi fruto de uma iniciativa nacional, o que fazer com esses dados? As entidades passaram a ser chamadas - lembro da atuação importantíssima do Ministério Público Estadual, através da doutora Rosa e da doutora Henriqueta, que passaram a dar ao Fórum um caráter de articulador social.

Se não poderíamos e não deveríamos mesmo concorrer nas ações do Conselho Estadual, porque é ele o grande formulador das políticas públicas, deveríamos então subsidiar dentro dessa concepção da Constituição de que o trabalho deve ser feito de forma descentralizada lá no município, com todos os atores sociais que envolvem a problemática, deveríamos subsidiar as ações do Cedica. Então agimos muito nessa concepção de subsidiar, de ajudar o Cedica. Foi um trabalho bastante relevante, porque com o diagnóstico apresentado dói possível verificar que as crianças das olarias sofriam todo tipo de exploração, eram crianças que em razão do ofício que exerciam, principalmente no sul do Estado, passavam por mutilações, estavam distantes da escola, os municípios não tinham creche. Então, toda vez que o Fórum se reunia com a associação de pais e mestres, com a associação dos moradores, com o promotor, com o juiz do Trabalho muitas vezes e com as organizações não-governamentais, toda vez que nos movimentávamos e articulávamos as ações locais, sabíamos que, mais do que solucionar um problema que era muito em longo prazo, estávamos trazendo uma outra consciência para a realidade, porque se fomos pensar que a cidadania é o direito de ter direitos, como fala Hanna Arendt, o que fazer se não conscientizar as pessoas dos direitos que elas têm?

Essa é a grande contribuição que o Fórum pode dar, inclusive através da elaboração de cartilhas pedagógicas que são entregues às escolas, aos prefeitos, quebrando resistências, porque muitas vezes chegávamos aos municípios do sul e ouvíamos frases como esta: "Olha, doutora, aqui não temos problemas nenhum. As crianças estudam de manhã e trabalham à tarde", dentro daquela concepção tão repudiada de que o trabalho é a solução para as crianças carentes.

Então, quebramos essa cultura tão arraigada de que o trabalho é a solução. Num Estado como este, em que a família ajuda nas lavouras e tal, nós podemos dar uma projeção, inclusive, de um outro patamar civilizatório, um patamar em que as pessoas nascem, sim, em condições diferentes, mas têm que ter oportunidade não através de programas compensatórios da pobreza, mas, através de programas emancipatórios, terem chances iguais.

Creio que o Fórum trabalhou nesse tempo tendo a convicção de que essa articulação deveria ser feita com os atores sociais até para que muitas ações não fossem duplicadas, como já vimos, algumas instituições promoviam no âmbito da mesma instituição, às vezes no mesmo andar de prefeituras e secretarias, ações duplicadas em departamentos diferentes, não se articulava nem na própria instituição, e o Fórum, muitas vezes, chamou a atenção para essa questão.

Outra questão que ocorria com muita frequência é que não havia uma coordenação entre as esferas de governo, entre a União, o estado e o município. Não havia, também, uma coordenação entre aqueles municípios que tinham problemas parecidos. Por exemplo: nós sabemos que a região da indústria de calçados agrega vários municípios com problemas muito parecidos. Na região sul do Estado, muitos municípios que têm como objeto as olarias têm problemas parecidos, mas não havia uma coordenação municipal, faltava essa iniciativa. Então, o Fórum promovia essas parcerias.

Também se percebeu a necessidade de os programas serem intersetoriais. Não adiantava cuidar da saúde se não cuidava da assistência, da geração de renda, da educação. Nesse sentido, o papel do Fórum foi o de grande articulador social, abrangendo todas as articulações, tanto em nível das esferas estaduais, no âmbito do município, na esfera horizontal dos municípios, bem como no âmbito das próprias instituições, articulando os vários programas também.

Fico bastante assustada quando vejo que muitos esforços feitos pelo Fórum nesses dez anos de existência vêm sendo solapados por ações bastante simplistas, bastante dissociadas do compromisso que se deve ter com a Constituição. Por exemplo, quando os juizes autorizam o trabalho antes da idade mínima como se essa solução pudesse trazer emancipação para a criança. Na verdade, é uma solução bastante simplista, na medida em que condena a criança menos favorecida ao trabalho, não lhe propiciando educação, como foi muito bem colocado pelo doutor Acir, isso só leva à perpetuação desse círculo perverso da pobreza.

Existe um estudo bem elaborado da Fundação Abrinq, bastante antigo, que indica todos os males causados à criança que trabalha nas ruas. Ela está mais sujeita à prostituição infantil, está sujeita a toda sorte de violência sexual, está sujeita a participar do tráfico de entorpecentes, a sofrer humilhações no que diz respeito à sua auto-estima.

Programas como esse, na verdade, apenas dão uma solução imediata, completamente descompromissada de todos aqueles princípios que o ECA prevê, não contribuem absolutamente para que a criança seja uma cidadã e para que a teoria da proteção integral seja respeitada, e isso deve ser combatido.

Temos que lembrar que os gabinetes precisam ser acordados. Os gabinetes às vezes se fecham para essas questões e acabam adotando soluções talvez mais formais, mais burocráticas, enquanto temos aí uma demanda absurda de crianças que precisa ter o seu lugar.

Falo isso porque ao lado desses programas, muitas vezes apenas compensatórios, sem nenhum compromisso com a cidadania, grandes mudanças não são tentadas, como impostos sobre grandes fortunas, como, talvez, uma divisão de terra mais justa, uma política agrária mais adequada ao nosso país.

Então essas grandes estruturas, os grandes gabinetes têm que verificar que o Brasil é um país de pessoas criativas. É emocionante ver o trabalho no nosso interior com as crianças do Peti, trazendo contribuições tão importantes, exemplo de vivacidade e de esperança. E a esperança não é acreditar que tudo de certo, mas acreditar que as coisas têm sentido, e terão sentido enquanto a gente puder promover programas que tenham por fundo a cidadania apenas, que já é o essencial, que não prolongue absurdamente este estado de necessidade que vivemos.

Gostaria de agradecer por essa oportunidade de dar um testemunho sobre a existência do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e referenciar todos aqueles que trabalham e acreditam na causa. Coloque-me à disposição para que uma sociedade mais justa seja edificada entre nós.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Passo a palavra ao doutor Odilon Silva, delegado regional do Trabalho.

O SR. ODILON SILVA - Deputada Ada, demais integrantes da mesa, parceiros na reflexão e nas iniciativas relacionadas a esse tema e demais presentes.

É desafiador dizer algo além de tudo que já foi abordado pelos que me antecederam, mas gostaria de colocar, de forma objetiva, que esse tema já há muito vem sendo incorporado na agenda do Ministério do Trabalho e Emprego e, por consequência, das Delegacias Regionais do Trabalho.

Vou colocar alguns números aqui que são um certo alento, muito embora, diante do desafio que está colocado para a sociedade, não nos tirem a vontade política e a necessidade de dar cada vez mais importância através de ações concretas e efetivas para atenuar essa chaga que ainda persiste na sociedade brasileira.

Só nesses primeiros meses de 2007, de janeiro a março, as ações desenvolvidas pela fiscalização do Trabalho conseguiram resgatar 1.930 crianças do trabalho precoce. Se falarmos dos últimos quatro anos, esse número chega em torno de 38 mil crianças. Isso é possível quando o ente público incorpora, através de suas políticas, ações que procuram atacar esse problema. E a gente vem desenvolvendo, além das ações de rotina da Fiscalização, geralmente grandes operações focadas na erradicação do trabalho infantil em datas mais significativas, como o 12 de junho e o 12 de outubro, que é o Dia da Criança.

Nesses últimos dias, realizamos ações em vários municípios de Santa Catarina, tanto no trabalho formal como no informal, mais especificamente em Chapecó, Florianópolis, São José e Balneário Camboriú, com o foco mais voltado à atividade informal, que já foi relatado aqui, crianças e adolescentes trabalhando nas ruas.

Também atuamos no mercado formal com ações na área de olarias, cerâmicas, na região sul, especificamente no município de Sangão e na região de Canelinha. Com exceção de Itapoá e Garuva, onde fomos em função das denúncias que chegaram até a DRT mas não conseguimos constatar aquilo que tinha sido denunciado, em todas as demais atividades foi constatado trabalho de menores, e aí tem os desdobramentos dessa ação fiscal, que são, quando se trata do trabalho formal, a penalização do empregador pelo uso do trabalho infantil, além de relatórios ao Ministério Público do Trabalho, que é parceiro no desdobramento dessas ações, e quando se trata do trabalho informal, é feito um cadastro, que é encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Social na perspectiva de que, a partir de uma análise, a família dessa criança possa ser enquadrada em programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família e o Peti.

Enfim, o que estou querendo demonstrar é que o Ministério do Trabalho desenvolve essas ações mas também tem limitações do ponto de vista da sua estrutura, de seus recursos, e temos o entendimento de que a perspectiva concreta de termos a eficácia e a efetividade nessas ações passa por um compromisso compartilhado tanto dos entes públicos, como foi colocado aqui, como a participação da sociedade civil, porque quando se trata do trabalho informal, o papel da fiscalização é mais de colaboração, de detectar aquela irregularidade e encaminhar no sentido de que tanto o Ministério Público como os Poderes constituídos possam, através de ações como a que foi aqui tão bem explanada pelo Ministério Público em São Miguel do Oeste, possam ter desdobramentos que venham a fazer uma abordagem na dimensão que deve ser feita, considerando que o trabalho infantil ou o trabalho do adolescente não protegido só vai reproduzir uma situação... Portanto, a ação tem que ser efetiva e eficaz no sentido de combater o problema, e a raiz do problema é um passivo social que este país tem, que remonta do seu processo histórico, que passa pela necessidade de termos uma série de políticas públicas que passem pela distribuição de renda, pela distribuição de terra, por educação, saúde, cultura e lazer.

Diante desse desafio, volto a afirmar que se a sociedade civil não se envolver teremos mais dificuldades, porque um aspecto que está sempre sendo colocado tanto no desenvolvimento das ações que a gente faz em locais de trabalho como em eventos como este, seminários e congressos, é que a gente esbarra numa questão que é um paradigma, que é um mito, que muitas vezes essa citação de que a solução passa pelo trabalho precoce, e para combater isso é preciso ter campanhas intensivas de sensibilização, de conscientização, para mudar essa cultura, principalmente quando essa cultura nos surpreende, vem de pessoas que estão no Poder Judiciário, que teriam que ter um compromisso muito maior em resgatar esse direito inalienável da criança, o de não ser submetida a um trabalho precoce.

Então, isso é só para exemplificar a dificuldade que a gente ainda encontra para mudar essa cultura que está ainda arraigada na sociedade brasileira e na sociedade catarinense.

E aí é importante que eventos como este possam ser reproduzidos através da mídia. O próprio Ministério do Trabalho também, como mais uma iniciativa, elaborou um *folder* cujo conteúdo se destina mais à família dessas crianças, na perspectiva de trabalhar esse tema, de mudar um pouco a cultura existente. Esse *folder* está sendo distribuído em todo o Brasil, devemos receber agora nos próximos dias, assim como o Fórum Estadual, os Conselhos Tutelares, como mais uma iniciativa na perspectiva de amenizar, atenuar esse problema.

Vejo outras iniciativas que também são extremamente importantes e dependem da participação, da conscientização das próprias redes, das próprias cadeias de produção. Tem iniciativas importantes no setor metalúrgico que utiliza carvão. Ontem passou uma reportagem sobre uma ação fiscal no interior de São Paulo, carvoarias com a presença de crianças e adolescentes, filhos dos próprios trabalhadores que exploravam aquele tipo de trabalho. Mas esse carvão é vendido para alguém, vai para uma cadeia produtiva.

Então, quando você assume compromissos com grandes siderúrgicas no sentido de não comprar aquela matéria-prima porque foi produzida através do trabalho infantil ou através de uma condição irregular, isso também é uma ação que pode trazer, em médio prazo, uma consequência positiva. Infelizmente, muitas vezes é o aspecto econômico que acaba provocando a solução de um problema, isso vai trazer uma perspectiva de que para continuar produzindo aquela matéria-prima, para continuar prestando aquele serviço vai ter que ter um olhar, uma conscientização de que não poderá utilizar mão-de-obra de forma irregular.

Acho também importante, do ponto de vista da sensibilização, da conscientização, nós, como cidadãos, no meio em que interagimos, familiar, social, fazermos campanhas no sentido de não se adquirir produtos, não se contratar serviços se tiver conhecimento de que se utiliza mão-de-obra infantil, de que aquele serviço está sendo prestado por um menor ainda em idade precoce para o trabalho.

Essas são ações que a gente pode praticar no nosso dia-a-dia, ou seja, ter isso presente na nossa agenda cotidiana. Não adianta participar de uma audiência pública, de um fórum, de um seminário, fazer aqui belos discursos e depois, no cotidiano, colocar na gaveta ou fechar isso do ponto de vista da nossa sensibilidade como ser humano, porque aí haverá mais dificuldade para atenuar essa chaga.

Quero dizer que além de fazer isso como agente público, e devo também ressaltar o trabalho da Vilma, da Cristine, que representa um pouco a equipe da DRT, nós o fazemos como cidadãos, como pessoas conscientes da importância de combater efetivamente as desigualdades sociais existentes neste país através da inclusão social, e uma das formas de incluir, com certeza, é através de trabalho e de renda, mas que isso seja feito na concepção do trabalho descente e não do trabalho como uma alternativa que vai apenas propiciar algum tipo de renda, mas não tirar aquela pessoa, a família de onde ela vive, de um processo que reproduz a pobreza, que reproduz a desigualdade.

Quero ratificar essa nossa posição e nos colocarmos à disposição para, como parceiros, como agentes públicos, nos envolvemos nesse tema.

Agradeço pela possibilidade de participar deste Fórum.

Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com a palavra a senhora Nilda Dagostini, representando a senhora Dalva De Luca, secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

A SRA. NILDA DAGOSTINI - Em nome da secretária Dalva, cumprimento todas as autoridades aqui da mesa já nominadas, especialmente vocês que vieram nesta manhã discutir conosco e não deixar a população de Santa Catarina esquecer que aqui o trabalho infantil existe.

Quero dizer que a secretária Dalva, por motivo de agenda, não pôde comparecer a esta audiência pública, ela está em Porto Alegre.

O Peti é uma das estratégias que o governo do Estado tem para a resposta do trabalho infantil em Santa Catarina. Sou técnica da Secretária de Estado, servidora de carreira e coordeno atualmente o Peti.

Hoje, o Peti está em 207 municípios em Santa Catarina, já atende 33 mil crianças. Entendemos que ainda não estamos atendendo aquela demanda que a última Pnad aponta - parece que a última Pnad tem demonstrado que Santa Catarina, se não me engano, doutora Alice, deve ter 87 mil crianças trabalhadoras, de 7 a 14 anos, mas essa é uma demanda apontada pelos municípios e hoje o Peti já tirou 33 mil crianças do trabalho infantil.

O Peti, não sei se é do conhecimento de todos, funciona da seguinte forma: retira a criança do trabalho e, em contrapartida, repassa à família um recurso de transferência de renda. Essa criança é incluída em um programa de ações socioeducativas no município e, obrigatoriamente, deverá frequentar o ensino regular.

Como já falei, sou técnica de carreira e gostaria de me pronunciar na hora do debate, quando, com certeza, surgirão questões que dentro do possível vou tentar responder.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Antes de deixar a palavra livre, gostaria de colocar esta Comissão à disposição. O problema é grande, tem raízes profundas, que são bastante diversificadas.

Para ser mais prática, já que o governo do Estado não tomou conhecimento disso, como escutei aqui os relatos todos e sei que também temos o problema financeiro, e todos sabem que tudo isso implica subsidiar, conseguir patrocínio, enfim, uma luta grande, eu me ofereço, digamos assim, a todos aqui presentes, que são líderes e presidentes de associações, para conseguir uma audiência com o governador. Mas não estou prometendo a data, estou dizendo que tenho condições de conseguir uma audiência com o governo e com a Secretária de Assistência Social, que a Dalva Dias dirige, fazer uma parceira, inclusive colocando o exemplo de São Miguel do Oeste. Não adianta fazermos um programa piloto e outros municípios só ficarem olhando.

Então, levaríamos tudo o que o foi feito em São Miguel do Oeste, Biguaçu e Palhoça, por intermédio de áudio, para o governador também conhecer. Os problemas são tantos, que às vezes são levados de uma maneira muito burocrática para ele, muito oficial.

Acho também que temos que mexer com a sensibilidade dos políticos, convocar mais deputados, mesmo na esfera federal. Tenho consciência de que devemos, pelo menos, ter deputados federais interessados em trazer para o nosso Estado mais subvenções, e tem como fazer isso. Vocês podem formar uma comissão para levar substâncias ao governador.

Acho que devemos tentar tudo. Por quê? Porque o problema é grave, é gravíssimo. Essas crianças amanhã serão adultos que farão o futuro deste Estado, desta Nação. Todos sabem da ramificação que tem isso, e tem uma seqüência, vem do pai, que foi habituado, é um processo já desencadeado há muitos anos, e isso aí não é fácil combater.

Agora, como disse aqui o doutor Gilberto, temos que botar a cara à tapa, temos que jogar isso na rua. Falar de nós para nós não adianta, temos que pôr na rua isso aí! É seguir o exemplo de Biguaçu, de Palhoça e, principalmente, de São Miguel do Oeste, que achei bárbaro!

Deixo a palavra livre para quem quiser externar seu ponto de vista.

O SR. ANDRÉ VIANA CUSTÓDIO - Primeiramente, gostaria de cumprimentar a deputada Ada pela iniciativa e, em nome da doutora Alice, todos os integrantes do Fórum, especialmente a Nilda, uma das primeiras componentes do Fórum; a doutora Viviane Colucci, e as demais autoridades presentes.

Gostaria de pontuar algumas necessidades que ao longo desses mais de dez anos de experiência do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil fomos constatando.

Primeiro aspecto: não há possibilidade de efetivação de erradicação do trabalho infantil sem a superação da cultura do trabalho, não é apenas um mero afastamento da criança do trabalho; segundo aspecto: é indispensável a existência de um plano estadual de erradicação do trabalho infantil que leve em consideração a intersetorialidade e a articulação (*inaudível*); terceiro aspecto: precisamos garantir que as políticas públicas de atendimento sejam de qualidade, que a política pública de educação garanta acesso, frequência e permanência e que a política de assistência social garanta um programa de erradicação do trabalho infantil de acesso universal e com qualidade - eu ainda estou usando aquele dado de 141 mil crianças e adolescentes, até 18 anos, trabalhando em Santa Catarina, e precisamos considerar que 25 mil crianças têm idade entre 5 e 9 anos, ou seja, terão danos irreversíveis ao seu desenvolvimento.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Santa Catarina, hoje, não atende nem 20% dessas crianças. O Peti é um programa que não está instalado em todos os municípios, embora tenhamos como referência que naqueles municípios em que foram instalados estão atendendo bem, estão mobilizando recursos locais e fazendo uma jornada ampliada de qualidade, promovendo transformações substanciais.

É necessário que, dentro de uma perspectiva da política estadual de erradicação do trabalho infantil, o governo do Estado tenha ciência de que política pública sem recurso cai no mero discurso.

Também não podemos esquecer que a questão da erradicação do trabalho infantil depende da construção de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Não podemos pensar que erradicação do trabalho infantil se faz apenas reproduzindo esse modelo deveras excludente, que é o modelo capitalista de produção. Precisamos pensar num modelo de desenvolvimento que seja sustentável. Portanto, a política de erradicação do trabalho infantil faz parte do plano de efetivação dos direitos da criança e do adolescente - o Conselho Estadual de Direitos também tem uma responsabilidade importante. E o Poder Público precisa se expor diante do Fórum, diante do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, apontando quais são os recursos disponíveis para a política pública nessa área, quanto será executado, que tipo de política pública será articulada nos processos de descentralização, como é que lá nos municípios o prefeito, os conselhos municipais e os Conselhos Tutelares poderão se integrar na construção dessa política.

Nós precisamos ter noção de quanto tempo precisamos para erradicar, efetivamente, o trabalho infantil em Santa Catarina. Hoje são 240 mil crianças. Nós estamos em condições precárias, o Peti não atende todo mundo, há uma omissão completa por parte do governo estadual. O governo federal também tem responsabilidade, porque o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil está reduzido às piores formas de trabalho infantil, e erradicar o trabalho infantil tem que envolver a erradicação de todas as formas de trabalho - a gente sabe das suas seqüências. Também precisamos de programas que tratem de questões temáticas específicas, que hoje não temos.

A exploração do trabalho infantil doméstico precisa de metodologias e programas especializados. A macropolítica do Peti não consegue dar conta disso. A erradicação do trabalho infantil em atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, precisa de programa específico para fazer tratamento. Então, precisamos pensar num conjunto de políticas públicas especializadas também.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com a palavra o senhor Marcelo de Assis Corrêa.

O SR. MARCELO DE ASSIS CORRÊA - Cumprimentando todas as autoridades da mesa e todos os presentes, gostaria de dizer que o projeto Catavento teve início em agosto de 2006, por iniciativa do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. A decisão foi abordar os municípios de Palhoça e Biguaçu com o intuito de fomentar a política do Peti.

Uma das primeiras ações do projeto foi uma pesquisa de campo, nos moldes do que aconteceu em São Miguel do Oeste, para tentar qualificar o tipo de trabalho infantil que acontece nesses municípios. Essa pesquisa foi feita com o apoio de lideranças comunitárias, agentes de saúde e instituições universitárias, como a Univali.

Como podemos observar, os dados estão em todo o Estado, mas queria destacar que no município de Biguaçu identificamos 216 casos, e desses 40% dizem respeito a trabalho informal urbano, na qualidade de reciclagem de lixo - então já temos aí uma ligação com a questão do lixo - e no município de Palhoça 246 casos na mesma proporção, mantendo-se pouca diferença.

A segunda forma de trabalho que mais apareceu nessa pesquisa foi o trabalho doméstico. E aí vem, como já foi mencionado aqui, todo o desafio de abordar essa questão do trabalho doméstico também.

Prostituição e tráfico não apareceram, porque o problema é mais complexo, exige muito mais coragem assumir uma postura de realmente denunciar os casos de adolescentes que se encontram na prostituição, uma postura de realmente querer enfrentar esse problema. Então, isso acabou ficando mascarado na pesquisa.

Eu gostaria de trazer esses dados e dizer que estamos preparando uma publicação que vai ser lançada em parceria com a OIT e com a Univali que mostra a realidade, o resultado da pesquisa, que passo à mesa.

Voltando à questão do plano estadual, que também acho premente - depois de tudo o que já foi exposto e o que já se conseguiu evoluir em termos de combate ao trabalho infantil nesses anos de Fórum e todas as articulações apresentadas aqui, acho importante que comecemos também a trabalhar na construção de um plano estadual de erradicação do trabalho infantil. Como a OIT desenvolve o projeto Catavento em âmbito nacional, em alguns estados, no ano de 2003 ou 2004 existiram estados-pilotos que desenvolveram o mesmo programa que está sendo desenvolvido hoje nos municípios de Palhoça e Biguaçu. E nesses estados (o estado-irmão de Santa Catarina foi Rio Grande do Sul) foi construído um modelo, uma metodologia para a construção do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil.

Então gostaria de passar à mesa esse material e dizer que o projeto Catavento está à disposição para contribuir nesse processo. E se houver interesse de qualquer parte aqui, poderemos passar esse material, que está em formato digital, que seria uma proposta de como construir a metodologia do plano estadual.

Era isso.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Com a palavra o senhor Miguel Minguillo.

O SR. MILGUEL MINGUILLO - Cumprimentando a senhora deputada Ada, cumprimento as demais autoridades da mesa e todos os presentes.

Eu me motivei a usar da palavra a partir da própria deputada, que comentava aqui que já participei de várias audiências públicas. Muitas vezes temos a visibilidade de diversas autoridades se pronunciarem não só retratando a realidade como também de alguma forma o que está fazendo no seu protocolo de ação institucional. Agora, a partir da deputada, observamos que o encaminhamento aqui foi protocolado. Neste sentido, acho que todos nós, de alguma forma, vamos aderir a esse encaminhamento, na medida do possível, em relação às nossas atribuições institucionais.

A Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho tem uma parceria com o Ministério Público Estadual e com a Assembleia Legislativa, através da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, que é a realização das Jornadas Catarinenses pela Infância e Adolescência Protegidas pelo Estado de Santa Catarina (também desenvolvemos isso no Rio Grande do Sul) sob o caráter de audiências públicas. Nós nos colocamos à disposição para que as Jornadas sejam também portavozes desses pronunciamentos mais propositivos e de formulação de encaminhamentos.

Neste ano, nós conversamos com todos os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente onde existe sede da RBS para, em conjunto com as conferências municipais, agregar valor em proposição de metas aos municípios em que circulam as Jornadas.

Então, colocamo-nos à disposição, como propositores, e acredito que a adesão dos nossos dois parceiros que também conjugam o Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infantil será imediata. De alguma forma nos (*ininteligível*) a esses fóruns que se agregam agora às conferências, para que, de fato, além de colocarmos em prática as nossas missões institucionais, dois segmentos da nossa sociedade possam sentir que existe apoio para tocar a sua missão institucional e, segundo, que precisam, sim, de alguma forma ser propositivos, que são as políticas públicas municipais, estaduais e federais e a comunidade empresarial.

Então nós nos colocamos à disposição para fazer parte desse diálogo com o Poder Público, quer seja estadual ou municipal, onde temos abrangência, e também com as associações comerciais e industriais, nas quais temos circulação, muitos dos nossos gerentes de regionais da nossa mantenedora fazem parte das associações comerciais e industriais. Portanto, também nos colocamos à disposição, além do exemplo de Palhoça e Biguaçu, com os quais já estamos agendando reuniões, para que, de fato, façamos uma mobilização com todos os segmentos, não esquecendo os cidadãos, que são, além de nós, aqueles que quando saem do supermercado dão um trocadinho para as crianças que estão ali.

Fundamentalmente, precisamos de muita partilha, de muito companheirismo e parceria, mas alertando que se essa realidade acontece é porque alguns agentes estão deixando de fazer a sua parte. Não é o momento de acusar, mas, sim de apontar, de alguma forma criar um ambiente favorável para que todos possam cumprir a sua missão institucional.

Fica aqui o registro da nossa adesão aos encaminhamentos desta audiência pública, na qualidade de coordenador da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho.

Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Muito obrigada e parabéns.

Com a palavra a senhora Elaine Paes e Lima.

A SRA. ELAINE PAES E LIMA - Um bom-dia a todos. Eu sou conselheira estadual do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Para nós, como Conselho Estadual, a preocupação maior que passa e perpassa pela situação da criança e do adolescente em Santa Catarina é justamente o descaso do Poder Público com as políticas públicas para criança e adolescente, porque pensamos que não basta tentar resolver esse aspecto, dar sempre uma de bombeiro, apagando o fogo. Nós precisamos, na verdade, de políticas públicas claras, definidas para o nosso Estado. E quando nós, Conselho Estadual, falamos de política pública para criança e adolescente, estamos falando de orçamento público.

Há pouco tempo, o secretário de Estado da Educação, responsável pela política pública de educação, acesso, permanência, qualidade, pediu aos pais que, por favor, comprassem o caderninho, o lápis e a caneta para seus filhos e que aguardassem um período de sessenta dias (isso em março) para que o material chegasse às escolas. Agora vai à televisão novamente e diz que quem recebeu uniforme no ano passado este ano não vai receber e quem receber este ano só vai receber em setembro.

Esse Secretário de Estado, parece-me, esquece que a criança e o adolescente não podem esperar. Criança e adolescente é aqui, agora, hoje!

Eu represento no Conselho a Omep, a Organização Mundial para Educação Pré-Escolar, que é uma organização internacional, e faço parte do Fórum Catarinense da Educação Infantil. Gostaria de dizer ao doutor Gilberto que o último dado que apresentei no dia 31 de maio agora é de que, de aproximadamente 750 mil crianças no Estado, de zero a seis anos, apenas duzentos e quarenta mil e um pontinho têm acesso a alguma instituição de educação infantil. Se fôssemos pegar os dados estatísticos de Santa Catarina da área da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), teríamos um retrato vermelho do nosso Estado.

Sei que este não é o momento, mas não posso sair daqui sem dizer isso.

Então, vejo muito claro, como Conselho, que o Poder Público estadual tem que assumir de uma vez por todas, como aqui foi muito bem colocado pelo doutor André; tem que dar a sua cara, tem que chegar ao Conselho Estadual dos Direitos e dizer para que existe e ouvi-lo. O Poder Público estadual não está ouvindo o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente!

Pasmem, não temos um centavo para correio, não podemos pôr uma carta no correio porque não tem dinheiro! O Conselho está fechado! Eu, a Nilda e mais alguns conselheiros estamos fazendo isso nas nossas entidades para não fechar o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberador e controlador das políticas públicas.

Então, penso eu, com todo respeito à deputada, que não sei se o caminho é irmos ao governador levar o que ouvimos nesta manhã. Eu vejo muito mais. E faço a proposição de que o Ministério Público de Santa Catarina - não sei o nome certo, talvez não fale certo - entre com um ajuste de conduta ao governo estadual frente à política da criança e do adolescente. Essa, para mim, é a proposta. Reafirmo a proposta que tiramos no dia 24 de maio, quando fizemos uma audiência pública com Conselho Estadual com a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, quando foi feita essa proposição do ajuste de conduta.

Eu estou há quase vinte anos nessa caminhada e todas as vezes é a mesma história, todas as vezes são as mesmas proposições. A nossa voz não tem eco, não sai dessas quatro paredes. O povo não nos ouve. Nós não temos acesso à mídia!

Eu cito um exemplo aqui, o meu exemplo: pelas forças internas e externas, governamentais e não-governamentais, entreguei a função de coordenadora-geral do Conselho há vinte dias. Então acho que temos que botar os pés no chão e ver, de fato, o que queremos com esta audiência pública. Para que estamos aqui? Para continuar do mesmo jeito?

Obrigada. (Palmas.)

O SR. GILBERTO POLLI - Só para esclarecer à senhora que a proposição desta audiência pública chegou à minha mesa na semana passada, encaminhada pelo deputado Pedro Uczai, salvo engano...

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Que é membro desta Comissão.

O SR. GILBERTO POLLI - Nós já estamos providenciando o levantamento de qual numerário é repassado para os municípios para atender especificamente as políticas públicas municipais da área da infância e juventude.

E essa proposição, não há dúvida, é bem-vinda, e está na pauta, está na atuação do Centro de Apoio à Infância e Juventude, até porque políticas públicas municipais da área da infância e juventude é o básico. Também pretendemos desenvolver um trabalho com o Ministério Público Estadual para que haja um incremento desse tema em cada município do nosso Estado, através da articulação até dos promotores de justiça.

A sua proposição está sendo considerada pelo Ministério Público Estadual, pela Procuradoria-Geral de Justiça, e, certamente, num futuro próximo, quero crer, tenhamos alguma posição no sentido de tomar algumas medidas, dentre elas, quem sabe, um termo de ajustamento de conduta.

Obrigado.

A SRA. HELEN CRISTINE SANCHES - Gostaria apenas para fazer um esclarecimento em relação a essa questão colocada pela senhora Elaine.

Em relação ao funcionamento do Conselho Estadual, a competência é exclusiva da Promotoria da Capital. Em função da representação, até porque o Fórum Catarinense participa do Fórum DCA e é conselheiro Estadual dos Direitos da Criança, tem assento no Conselho, já no Fórum DCA foi encaminhada a representação ao doutor Thiago Carriço de Oliveira, da Capital, que instaurou inquérito civil, pelo que me disse, para apurar a questão do fechamento do Conselho, do não-pagamento de diárias e para que, de fato, ele funcionasse como se propõe.

Então, já há um encaminhamento, mas penso que a sua proposição é bastante válida. E falo isso em nome do Fórum Catarinense para que nós, perante a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, possamos encaminhar o resultado desta audiência ao doutor Thiago Carriço para que possa adotar as providências necessárias à regularização do funcionamento do Conselho Estadual.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Gostaria de saber se mais alguém deseja fazer uso da palavra.

O SR. JENILSON DOMINGOS - Eu gostaria de agradecer à mesa e a todas as autoridades aqui presentes.

Eu estou representando as comunidades indígenas da Grande Florianópolis. Sou professor e também universitário. Trabalho com o meu povo, com o povo guarani. Sou descendente de kaingang e guarani, meu pai é kaingang e minha mãe é guarani.

Em se tratando das comunidades indígenas, eu faço uma pergunta às autoridades: o que realmente está sendo feito ou o que se pensa em fazer pelas nossas crianças indígenas, que não são diferentes das crianças de vocês aqui? Também temos crianças com trabalho infantil, muitos jovens ou meninas estão sendo explorados sexualmente também. Eu passo muitas vezes aqui pela praça e fico olhando. Vocês certamente já passaram e já viram muitas crianças indígenas jogadas na rua, com suas mães vendendo artesanato, e aí as pessoas passam e dão umas moedinhas.

O que podemos fazer juntos, comunidades, lideranças indígenas, para discutir alguma coisa pelas nossas crianças indígenas? Muitas pessoas não conhecem a nossa realidade. Só agora, com o projeto Catavento, no município de Palhoça, estão dando espaço para a comunidade indígena falar e mostrar realmente para a sociedade aqui fora o que acontece - muitos políticos vão lá, fazem de conta e ignoram.

A mesma agonia que a senhora passou aqui, eu tenho. Nós não temos voz, as pessoas não nos ouvem, não nos dão oportunidade de falar o que realmente as comunidades indígenas estão passando hoje. Em Palhoça detectamos várias crianças também, pelo projeto Catavento está sendo detectado. Eu fico preocupado com o restante das etnias que existem em nosso Estado, como kaingang e xokleng. Estão pensando neles também? Eu estou preocupado com isso, eu me preocupo com as minhas crianças indígenas!

Eu estou aqui para fazer mais um desabafo: vocês recorrem à Funai como se ela fosse a mãe, que decide tudo por nós, mas quero deixar claro que vocês estão totalmente errados. Quando vocês falam sobre o índio, a primeira coisa que fazem é falar Funai e ela faz de conta que está tudo bem, que não acontece nada nas comunidades indígenas, que está tudo bem com as nossas crianças. Na realidade, a Funai não faz nada, ela cria um obstáculo para ninguém penetrar e ver a realidade ou ajudar as nossas crianças.

Muitas vezes, quando deito na cama à noite, fico pensando nas crianças e não tenho muito como ajudar, porque sou apenas um índio lutando por um espaço aqui fora, no meio da sociedade, e muitas vezes já fui discriminado. Para a sociedade, o índio não precisa estudar, tem que ficar isolado na mata para continuar sendo índio. Mas para que a população indígena tenha futuro, os jovens índios têm que estudar, porque só através do estudo podemos lutar aqui fora pelos direitos do nosso povo, das comunidades indígenas.

Então, estou aqui hoje para dizer que todas as autoridades têm o dever de fazer alguma coisa pelas comunidades indígenas, pelas nossas crianças.

E eu deixo aberto para a gente discutir o que realmente está sendo feito. Será que realmente estão pensando nas nossas crianças índias também? Eu, por exemplo, nem conheço o Peti. Ele nem existe para as comunidades indígenas, até hoje não chegou, e aí fico preocupado com isso. Vocês discutem, mas as nossas comunidades não estão sendo ouvidas, vocês não sabem dos problemas das nossas crianças. Os órgãos competentes precisam conversar com as comunidades indígenas para saber os problemas que passam as nossas crianças. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Parabéns pela sua coragem. Quando precisar, recorra aos componentes da mesa.

Continua livre a palavra.

O SR. ODILON SILVA - Reconheço a importância do teu desabafo, do teu depoimento, só quero aqui colocar uma informação: um dos programas que o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolve é o chamado Consórcio Social da Juventude, e a presença de componentes do Aroeira é o resultado prático e objetivo desse programa. Como ele está sendo desenvolvido aqui na Grande Florianópolis no primeiro momento, conseguimos atingir as comunidades indígenas localizadas em Biguaçu e no Morro dos Cavalos... (A senhora Maria Aparecida Berreta, do Conselho Municipal de Educação de Palhoça, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Bom, se há um próprio reconhecimento, acho então que não há necessidade aqui de fazer ênfase. Mas é um programa que trabalha na perspectiva desse tema, que é não só o combate ao trabalho infantil mas também a proteção ao trabalho do adolescente. Então, quando você disponibiliza, através de um programa, de uma política pública, a possibilidade de o jovem, de o adolescente resgatar o direito de aumentar a sua escolaridade, de ter uma qualificação social e profissional com uma linguagem apropriada, com metodologias que fogem daquelas tradicionais que sempre foram aplicadas historicamente, você possibilita oportunidades que não são exatamente a única alternativa que hoje é colocada para milhares de adolescente, que é a do narcotráfico, a da prostituição, da violência e da criminalidade.

Esse trabalho está sendo executado, está sendo aperfeiçoado, tem mostrado resultados positivos na perspectiva de combater essas desigualdades e está dando reais oportunidades de o jovem, de o adolescente trabalhar numa idade adequada em atividades para as quais desenvolveu algum tipo de habilidade, de capacitação, de profissionalização, mas colocando também para ele a alternativa de ser um empreendedor, ou de forma associada ou de forma cooperada, de ter acesso ao trabalho e à renda, o que irá modificar a sua realidade e a realidade do meio social em que vive.

Então, Maria Aparecida, só estou te dando uma resposta do que é possível fazer. Entendo que ainda é insuficiente, mas são iniciativas como esta que devem ser ampliadas e fortalecidas.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Mais alguém deseja se pronunciar?

A SRA. NILDA DAGOSTINI - Com relação às crianças que estão trabalhando, professor, uma sugestão é que o senhor, com esse esclarecimento, pode procurar as coordenações municipais do Peti, tanto da Palhoça quanto de Biguaçu, e apresentar essa demanda, porque eles incluem as crianças no Peti e para a família é feita uma transferência de renda. (O senhor Jenilson Domingos manifesta-se fora do microfone: "Muitas prefeituras sequer pensam que existe índio em seus municípios!")

Mas então o senhor pode fazer. Se a prefeitura não vai à aldeia, o senhor pode levar a demanda ao cadastramento único e incluir as famílias e as crianças no Peti. Não há, tanto por parte do Bolsa-Família quanto do Peti, qualquer aspecto que impeça o índio de acessar. Inclusive, por parte do governo federal, há agora toda uma ação para este ano no sentido de incluir especialmente a população indígena nesses dois programas.

A SRA. PRESIDENTE (deputada Ada De Luca) - Em virtude do adiantado da hora, dou por encerrada a audiência pública.

Agradeço a todos pela presença e espero que não fiquemos só nesta audiência pública, que tenhamos progresso e sucesso.

Boa-tarde a todos.

DEPUTADA ADA DE LUCA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS
FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

*** X X X ***

EXTRATO

EXTRATO Nº 059/2007

REFERENTE: 06 Termo Aditivo ao Contrato CLnº 012/2005-00, celebrado em 22/12/2004.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: DOBEL - Distribuidora de Diário Oficial de Brasília e Estados Ltda.

OBJETO: Proceder às alterações quantitativas no objeto do Contrato original, subtraindo 40 assinaturas do Jornal O Estado, ao custo de R\$ 38,33 por assinatura. remanesce a contratação de 217 assinaturas, que juntas somam o valor mensal de R\$ 8.832,10, e o global de R\$ 113.574,54, considerando os 12 meses do ano de 2007.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I "a" e "b" e seu § 1º da Lei nº 8.666/93; item 7.2 Cláusula Sétima do Contrato original; e, autorização administrativa

Florianópolis, 06 de julho de 2007.

Signatários:

Deputado Júlio Garcia - ALESC

Marlene Munch - Sócia

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 271/07

"Altera artigo 3º da lei nº. 12.571, de 04 de abril de 2003, que "Proíbe exigência de depósito para internação hospitalar de emergência."

Art. 1º. O artigo 3º da lei nº. 12.571, de 04 de abril de 2003, que "Proíbe exigência de depósito para internação hospitalar de emergência", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. Ficam os hospitais da rede pública e privada, obrigados a fixarem em local visível placa ou cartaz com dimensões mínimas de 30 cm (trinta centímetros) por 50 cm (cinquenta centímetros), contendo o seguinte texto: "Proibida a exigência de depósito de qualquer natureza como condição para internamento de pacientes, conforme Lei Estadual"."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões, em

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente

Sessão de 11/07/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A Lei nº 12.571, de 04 de abril de 2003, que "Proíbe exigência de depósito para internação hospitalar de emergência" está em vigor desde abril de 2003.

Para dar mais visibilidade e proteção a esse sagrado direito e caminhar na esteira dos princípios constitucionais e dos princípios norteadores do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) onde deve estar previsto a garantia da clara e adequada informação sobre os serviços.

Assim com a referida alteração proposta, destacamos sob todos os aspectos a importância e a necessidade da exibição de informação com sua afixação em local visível e que permita a boa leitura dos usuários nas Instituições que menciona o presente disposto legal.

Como membro da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, preocupada com o consumidor assim como os demais pares desta Casa é que apresentamos o presente projeto.

Pelo acima exposto, considerando a relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares. Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 272/07

Denomina "Rodovia dos Motoristas" a rodovia planejada SC-284, no trecho Celso Ramos - Barragem Usina Hidrelétrica Campos Novos - entroncamento da BR-470.

Art. 1º Fica denominada "Rodovia dos Motoristas" a rodovia planejada SC-284, no trecho Celso Ramos - Barragem Usina Hidrelétrica Campos Novos - entroncamento da BR-470.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Romildo Titon

JUSTIFICATIVA

Trata-se do Projeto de Lei que visa denominar "Rodovia dos Motoristas" o trecho da rodovia SC-284 que liga a BR-470, em Campos Novos, à Celso Ramos, recentemente pavimentado através de uma parceria público privada entre o Governo do Estado, as prefeituras de Campos Novos e Celso Ramos e a empresa Enercan, concessionária da Usina Hidrelétrica Campos Novos.

O município de Celso Ramos possui 2.843 habitantes e 60 veículos do tipo carreta. Antes da pavimentação da SC 458, os motoristas de carretas, chamados popularmente de "carreteiros", precisavam deixar os veículos com as quais trabalhavam no município de Campos Novos - distante cerca de 25 quilômetros de Celso Ramos - por causa da impossibilidade de acesso à sede do município, à época feito através de balsa.

A denominação é uma forma de homenagear os profissionais motoristas que são de extrema importância para a economia do município e que com o asfaltamento do trecho podem chegar com seus veículos às suas casas.

Face ao exposto, solicito-vos a devida acolhida.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 273/07

Obriga estabelecimentos comerciais a utilizarem material biodegradável ou reutilizável para embalagens de produtos e incentiva estes estabelecimentos a adotarem programas ambientais.

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais que oferecerem a seus clientes sacolas plásticas para embalagem dos produtos devem:

I - substituir as embalagens plásticas oferecidas por produtos semelhantes na forma oxi-biodegradáveis;

II - manter disponível, para a venda, bolsas, sacolas ou cestas confeccionadas com material resistente para o uso continuado na acomodação e transporte dos produtos adquiridos;

Parágrafo único. Entende-se por sacola plástica oxi-biodegradável aquela que apresenta degradação inicial por oxidação acelerada por luz e calor, e posterior capacidade de ser biodegradada por microorganismo, cujos resíduos finais não sejam tóxicos.

Art. 2º Somente as sacolas plásticas fornecidas pelos estabelecimentos comerciais aos consumidores finais estão incluso nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor a partir de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Onofre Agostini

Lido no Expediente

Sessão de 11/07/07

JUSTIFICATIVA

O parlamentar destaca que algumas estimativas indicam a produção anual de 210 mil toneladas de plástico-filme no Brasil. O composto é utilizado principalmente para a fabricação de saquinhos de supermercado. "Na maioria das cidades não existe a coleta seletiva e todo esse plástico termina em aterros sanitários e lixões a céu aberto. Além de usar petróleo na produção, algumas embalagens precisam de 300 anos para se decompor no ambiente. "Os sacos biodegradáveis desaparecem em até 40 dias dependendo da condição em que for estocado".

A proposição apresentada determina a adoção de embalagens plástica oxi-biodegradáveis, que apresentam degradação inicial por oxidação acelerada pela luz e pelo calor e em um período de tempo especificado. "O mais importante é que esse plástico seja biodegradado por microorganismos, tendo como resultado CO2, água e biomassa para que os resíduos finais desse processo não poluam o Meio Ambiente".

Cabe salientar, que a idéia não é punir os estabelecimentos comerciais, que ganhariam um ano de prazo para se adequarem, e muito menos os produtores das sacolas de plástico que não são biodegradáveis. De acordo com o projeto, a lei vale somente para as embalagens fornecidas pelos estabelecimentos comerciais, deixando de fora as embalagens originais das mercadorias.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Altera a Resolução nº 09, de 2006, que dispõe sobre as honorarias instituídas pela Assembléia Legislativa.

Art. 1º Ficam acrescidos a Sessão X-C e o art. 20-C à Resolução nº 09, de 19 de abril de 2006, que dispõe sobre as honorarias instituídas pela Assembléia Legislativa, com a seguinte redação:

"Seção X-C

Medalha do Mérito Ambiental do Legislativo Catarinense

Art. 20 -C Fica instituída a Medalha do Mérito Ambiental do Legislativo Catarinense

§ 1º A comenda será outorgada pela Assembléia Legislativa, anualmente, no Dia Mundial do Meio Ambiente, a pessoas, empresas e instituições que desenvolvam ações de destaque em defesa do meio ambiente.

§ 2º As homenagens serão encaminhadas à Mesa pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, após análise das propostas recebidas dos Senhores Deputados.

§ 3º O número de agraciados não deverá ultrapassar a quinze em cada ano."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada por ato da Mesa.

Sala das Sessões,

Deputado Narcizo Parisotto

Lido no Expediente

Sessão de 11/07/07

JUSTIFICATIVA

A proteção do meio ambiente, além de outros fatores, deve envolver fundamentalmente o caráter educativo e de conscientização ecológica da comunidade e não somente a aplicação de atos punitivos, o que exige procedimentos voltados à sua efetiva concretização.

Exemplo disso são as ações tomadas pela Mesa atual, que tem buscado a conscientização dos funcionários com a implementação do Projeto Consciência Limpa.

É relevante para a promoção ambiental o reconhecimento do Poder Legislativo àqueles que, por sua consciência na defesa e tutela do meio ambiente, se façam merecedores da distinção que desejamos instituir.

Por isso Senhores Deputados, é que proponho a instituição da Medalha do Mérito Ambiental do Estado de Santa Catarina, prestando assim nossa humilde contribuição à causa ambiental, defendida por toda a sociedade.

*** X X X ***